



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO
DE ECONOMIA, SOCIEDADE E
POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
(PPGRI)**

**DESENVOLVENDO UMA PAZ FEMINISTA INTERSECCIONAL: O PAPEL
DA *CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ* NAS NEGOCIAÇÕES DO ACORDO
DE PAZ COLOMBIANO (2013 - 2016)**

ALICE VAZARIN PEREZ

Foz do Iguaçu/PR

2026



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO
DE ECONOMIA, SOCIEDADE E
POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
(PPGRI)**

**DESENVOLVENDO UMA PAZ FEMINISTA INTERSECCIONAL: O PAPEL DA
CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ NAS NEGOCIAÇÕES DO ACORDO DE PAZ
COLOMBIANO (2013 - 2016)**

ALICE VAZARIN PEREZ

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais ao Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

Orientador: Prof. Dr. Ramon Blanco de Freitas

Foz do Iguaçu/PR

2026

ALICE VAZARIN PEREZ

**DESENVOLVENDO UMA PAZ FEMINISTA INTERSECCIONAL: O PAPEL DA
CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ NAS NEGOCIAÇÕES DO ACORDO DE PAZ
COLOMBIANO (2013 - 2016)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais ao Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ramon Blanco de Freitas – UNILA

Prof. Dra. Karen dos Santos Honório - UNILA

Dra. Helena Salim de Castro - UFPR

Foz do Iguaçu/PR

2026

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - CENTRAL

V393

Vazarin Perez, Alice.

Desenvolvendo uma paz feminista interseccional: o papel da *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz* nas negociações do acordo de paz colombiano (2013 - 2016) / Alice Vazarin Perez. - Foz do Iguaçu, 2026. 134 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Foz do Iguaçu - PR, 2026.

Orientador: Ramon Blanco de Freitas.

1. Paz - Estudos para a Paz. 2. Feminismo. 3. Interseccionalidade (Sociologia). 4. Colômbia. 5. Organização - *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz*. I. Blanco, Ramon. II. Título.

CDU 327.36:305-055.2(862)"2013/2016"

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Valquiria e Walter, e ao meu irmão, Gabriel. Sem vocês, nada disso seria possível. Agradeço pelo apoio emocional, financeiro e intelectual; vocês acreditaram em mim, ensinaram-me a sonhar e me ajudam a continuar acreditando e sonhando todos os dias.

Agradeço às minhas primas, Clara, Laura e Vitória, pela torcida diária desde a infância. É um privilégio crescer ao lado de vocês.

Agradeço à minha melhor amiga, Carolina, por sempre estar presente e acreditar em mim, mesmo quando nem eu mesma acredito. É uma honra ter você ao meu lado. Agradeço também aos meus amigos de Rio Preto, que, mesmo de longe, me acompanham e mostram que sempre há um lugar para voltar.

Agradeço ainda aos meus amigos da graduação e do mestrado, em especial à Maria Eduarda, que esteve presente em todas as etapas, apoiando-me diariamente, sou grata pela possibilidade de cultivar uma amizade para além da universidade. Agradeço também aos companheiros que a cidade de Foz do Iguaçu me proporcionou, Amanda e Gustavo, por tornarem esses anos de vivências muito mais alegres e leves.

Agradeço às professoras Karen Honório e Helena Salim pela leitura atenta, pelas reflexões e pelos comentários durante a banca de qualificação, bem como pela disponibilidade em compor a banca de defesa, sendo referências acadêmicas que inspiram minha trajetória.

Agradeço ao meu orientador, professor Ramon Blanco, pelo auxílio e pela parceria desde a iniciação científica, passando pelo TCC, agora culminando na conclusão do mestrado e na continuidade da trajetória rumo ao doutorado.

Por fim, agradeço à Universidade Federal da Integração Latino-Americana pelos seis anos de aprendizado, partilhas e desafios que me transformaram como pesquisadora e como ser humano. Todas as trocas proporcionadas pela universidade moldaram minha trajetória e ampliaram meus horizontes para ideias antes inimagináveis. Agradeço imensamente à CAPES pelo financiamento da pesquisa e pela possibilidade de me dedicar integralmente ao desenvolvimento desta dissertação.

E a história? Ela está na rua. Na multidão. Acredito que em cada um de nós há um pedacinho da história. Um tem meia paginazinha, outro tem duas ou três.

A guerra não tem rosto de mulher, Svetlana Aleksievitch

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo entender o papel dos movimentos sociais de mulheres na construção da paz a fim do desenvolvimento de uma teoria de paz feminista interseccional, tendo como base as discussões encabeçadas pela *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz* no contexto das negociações do Acordo Final entre o governo colombiano e as FARC-EP. Para isso, o texto se apoia na teoria dos Estudos para a Paz, a fim de desenvolver os antecedentes da ideia de uma paz feminista, além de desenvolver os pontos mais importantes dos pensamentos feministas latino-americanos. Junto a isso, é desenvolvido o conceito de interseccionalidade e as diferentes formulações discursivas presentes na América Latina, a fim de contribuir teoricamente na ampliação das formas de pensar os imbricamentos das desigualdades, colocando em foco outros pontos de análise, relacionando a luta prática dos movimentos sociais de mulheres sobre paz para a construção de teorias únicas. A segunda parte do trabalho se debruça no contexto colombiano, entendendo como o desenvolvimento do Estado Colombiano levou a uma sequência de processos de violência e inseguranças para com a sociedade civil que desencadeou a formação das guerrilhas e o florescimento do conflito, que perdurou por mais de 40 anos. Além disso, o capítulo analisa o Acordo Final discutido e firmado entre o governo colombiano e as FARC-EP e o papel dos movimentos sociais e da sociedade civil em tal processo. Por fim, o trabalho finaliza analisando especificamente o papel da *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz* no cenário de construção de um acordo de resolução de conflitos, onde ela se instaura com o objetivo de inserir as questões das mulheres e do gênero nas discussões, possibilitando entender, de maneira inovadora, como as teorias conseguem ser construídas por meio de processos críticos e participativos, no qual, com sua diversidade de organizações e temáticas pertinentes, as tomadas de decisões foram carregadas de diferentes contextos de lutas e, assim, possibilitaram pensar em uma paz feministas interseccional, ou intrinsecamente imbricada.

Palavras-Chave: Estudos para a Paz; Feminismos; Interseccionalidade; Colômbia; *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz*.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo comprender el papel de los movimientos sociales de mujeres en la construcción de la paz con el fin de desarrollar una teoría feminista interseccional de la paz, basándose en los debates impulsados por la Cumbre Nacional de Mujeres y Paz en el contexto de las negociaciones del Acuerdo Final entre el Gobierno colombiano y las FARC-EP. Para ello, el texto se apoya en la teoría de los Estudios para la Paz, con el fin de desarrollar los antecedentes de la idea de una paz feminista, además de abordar los puntos más relevantes de los pensamientos feministas latinoamericanos. Junto a ello, se desarrolla el concepto de interseccionalidad y las diferentes formulaciones discursivas presentes en América Latina, con el propósito de contribuir teóricamente a la ampliación de las formas de pensar los entrelazamientos de las desigualdades, poniendo en foco otros puntos de análisis y relacionando la lucha práctica de los movimientos sociales de mujeres por la paz con la construcción de teorías propias. La segunda parte del trabajo se centra en el contexto colombiano, analizando cómo el desarrollo del Estado colombiano condujo a una secuencia de procesos de violencia e inseguridad hacia la sociedad civil, lo que desencadenó la formación de las guerrillas y el surgimiento del conflicto, el cual perduró durante más de 40 años. Además, el capítulo analiza el Acuerdo Final discutido y firmado entre el gobierno colombiano y las FARC-EP, así como el papel de los movimientos sociales y de la sociedad civil en dicho proceso. Por último, el trabajo concluye analizando específicamente el papel de la Cumbre Nacional de Mujeres y Paz en el escenario de construcción de un acuerdo de resolución de conflictos, donde se establece con el objetivo de incorporar las cuestiones de las mujeres y del género en las discusiones, permitiendo comprender, de manera innovadora, cómo las teorías pueden construirse a través de procesos críticos y participativos, en los cuales, dada su diversidad de organizaciones y temáticas pertinentes, la toma de decisiones estuvo marcada por diferentes contextos de lucha y, así, permitió pensar en una paz feminista interseccional, o intrínsecamente imbricada.

Palabras-Claves: Estudios para la Paz; Feminismos; Interseccionalidad; Colombia; Cumbre Nacional de Mujeres y Paz

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. O IMBRICAMENTO ENTRE PAZ, FEMINISMOS LATINO-AMERICANOS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	16
1.1. ESTUDOS PARA A PAZ E A PAZ FEMINISTA.....	17
1.1.1. Antecedentes dos Estudos para a Paz Feminista.....	17
1.1.2. Os Estudos para a Paz Feminista.....	22
1.2. FEMINISMOS LATINO-AMERICANOS E INTERSECCIONALIDADE.....	30
1.2.1. Interseccionalidade, imbricamento e outras maneiras de se pensar as relações e marcadores sociais.....	35
1.3. MOVIMENTOS SOCIAIS E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL.....	41
1.3.1 Formação e desenvolvimento dos Movimentos Sociais na América Latina.....	41
1.3.2 Movimentos sociais feministas e para a paz na América Latina.....	47
1.4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	51
2. O CONFLITO COLOMBIANO E AS NEGOCIAÇÕES PARA O ACORDO DE PAZ	53
2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO CONFLITO COLOMBIANO: ATORES E PROBLEMÁTICAS.....	54
2.1.1 Processos de negociação e iniciativas de paz na Colômbia antes do Acordo de Havana.....	58
2.1.2. Limites estruturais das tentativas de paz no conflito colombiano.....	62
2.2. NEGOCIAÇÕES PARA O ACORDO DE PAZ: INÍCIO, TENTATIVAS E EFETIVAÇÃO.....	65
2.2.1. Caminhos que levaram ao acordo final.....	66
2.2.2. Acordo Geral para a finalização do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Duradoura.....	68
2.2.2.1. Pontos do acordo.....	69
2.2.3. O Acordo como um processo inicial.....	74
2.3. PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DA SOCIEDADE CIVIL.....	75
2.3.1. Participação da sociedade civil nas negociações do Acordo de La Habana.....	76
2.4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	82
3. A CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ NA CONSTRUÇÃO DA PAZ FEMINISTA INTERSECCIONAL.....	85
3.1. ¡PORQUE LA PAZ SIN LAS MUJERES NO VA! QUEM SÃO E COMO PARTICIPAVAM ESSES ATORES.....	86
3.1.1. A realização dos Encontros e suas consequências nas negociações.....	89
3.2. IMBRICAMENTO DE MULHERES DIVERSAS E A COLETIVIDADE PARA A CONSTRUÇÃO DA PAZ.....	98
3.2.1. Construção da Coletividade como uma Construção de Paz.....	100
3.2.2 Como A Prática Auxilia No Desenvolvimento De Uma Ideia De Paz Interseccional.....	107
3.3. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	110
CONCLUSÃO.....	113

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 118

INTRODUÇÃO

A presente dissertação objetiva analisar o papel dos movimentos sociais feministas para a paz na América Latina, através do estudo de caso da *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz*, ativas no processo de paz colombiano, para o desenvolvimento de uma paz feminista interseccional. Desse modo, entende-se a necessidade de se debruçar nos Estudos para a Paz, focando nas noções de violência (Galtung, 1969) e na perspectiva de paz feminista a fim de estabelecer um panorama geral do enquadramento da paz nas Relações Internacionais. Além disso, ao se analisar um movimento feminino latino-americano, se vê necessário o aprofundamento dos pensamentos feministas geolocalizados.

Dado que, estar epistemologicamente e politicamente localizada em meio a teorias tão diversas mas ao mesmo tempo que convergem tanto como os feminismos latino americanos nos possibilita um alargamento das noções de como se é e se deve produzir o conhecimento científico. Isto é, as teorias feministas, principalmente latino-americanas lutam para que a produção científica seja para além dos métodos cartesianos. Junto, uma vertente dos estudos para a paz caminham de maneira coordenada à tais teorias feministas, principalmente pensando sobre a possibilidade de desenvolver estudos mais críticos.

Ademais, o trabalho se enfoca na crítica às noções de interseccionalidade como uma ideia monolítica estabelecida e definida por Kimberlé Crenshaw (1991) nos Estados Unidos, visto que, diferente do que a autora entende, se torna importante pensar as interseccionalidades de raça, classe, sexualidade, etc como realidades concretas que não podem ser desarticuladas e, como apresenta Ochy Curiel (2017), “produzem opressões, subordinações e exclusões” (p. 42). Uma vez que nos permite referenciar a importância da inserção de tais discussões para os estudos recentes que visam uma discussão de paz que seja verdadeiramente inclusiva.

Os Estudos para Paz surgem em meio a um cenário de pós guerra mundial e da necessidade de entender e, conseqüentemente, evitar futuros conflitos. Desse modo, tem-se a emergência do desenvolvimento de uma “pesquisa do conflito” (conflict research) pensando na resolução, de maneira pacífica, de controvérsias em larga escala (Oliveira, 2017, p. 151). Entretanto, de um objetivo específico, é exposto o carecimento de um pensamento para além da guerra e uma parte dos estudos para a paz se desenvolve a fim de entender a paz por si só, e não apenas a ausência do confronto. Com isso se separam os conceitos como paz negativa e paz positiva.

Assim, se entende que a paz não tem um significado único e seu estabelecimento se baseia na realidade em que cada um está inserido. Complementarmente, as missões de

manutenção e reconstrução da paz, organizada por organismos internacionais como a ONU, surgem com tal objetivo exposto anteriormente, entretanto fica evidente a falta de discussão sobre as múltiplas formas de desenvolvimento de uma sociedade, demandando, assim, uma construção complexa de mecanismos contra a desigualdade e que possibilite o desenvolvimento de uma sociedade fragilizada em um ambiente.

Estes pensamentos se enquadram na terceira geração¹ dos estudos para a paz, categorizada por Richmond (2014), no qual se compreende a necessidade de que missões de paz auxiliem e/ou verifiquem os Estados pós conflito na implementação de padrões internacionais de segurança, direitos humanos, desenvolvimento, entre outras coisas (Blanco, 2014). Desse modo, os processos de reconstrução e verificação, como a da Colômbia, se moldam à roupagem do sistema internacional liberal e, conseqüentemente, pouco se aprofundam em questões para além (Richmond; Franks, 2008).

Em concomitância, dentro dessa perspectiva se instaura a paz feminista, de suma importância para situar o papel do gênero dentro desse processo anteriormente apresentado e contextualizado. A teoria da paz feminista surge através de pensadoras como Brock-Utne (1989), Enloe (2000) e Tickner (2008) a fim de estabelecer uma maior ruptura entre a paz positiva e a paz negativa. Dentro do principal argumento, está presente a provocação quanto ao conceito utilizado de paz e guerra, uma vez que eles

Negligenciam violências de ordem estrutural e cultural, que operam no longo prazo e que estão na base de muitas das expressões violentas de larga escala, naturalizando assim violências micro, sentidas na esfera interpessoal e comuns a nível global, que constituem um dos eixos de alimentação de novas espirais de violência. (Santos, 2011b, p. 7)

Assim, se entende que a paz feminista se desenvolve por meio da superação de noções pré-estabelecidas de paz e guerra que entendem que o estudo do internacional é relacionado apenas com o interestatal, não considerando, desse modo, noções de violência desatreladas a ideia weberiana de uso legítimo da força. Dessa forma, a paz feminista vê o poder central que as relações de poder provenientes do gênero na perpetuação de conflitos e violência e, conseqüentemente, se entende o local de destaque fundamental que o gênero necessita ocupar quando se pensa em reconstrução da paz.

Mais diretamente nos processos de construção da paz, tal problemática envolvendo o

¹ As gerações ou ondas são formas de separar os Estudos para a Paz em diferentes períodos marcados por diferentes focos. A primeira geração é marcada pela paz entendida como a ausência de guerra (paz negativa); a segunda amplia essa noção entendendo a justiça social e a violência estrutural como impactantes para a paz (paz positiva); a terceira geração foca na resolução de conflitos e na construção da paz. Se fala de uma quarta geração pensando no peacebuilding pós-guerra fria e a paz liberal e, por fim, a quinta geração foca nas agendas críticas como feministas, pós-coloniais e críticas a paz liberal (Galtung, 1969; Cockburn, 2010; Blanco, 2014; Richmond, 2020).

descaso nas relações de gênero desencadeiam condutas, mesmo operacionais, que reproduzem noções erradas de gênero, corroborando para desigualdades já comuns (Puechguirbal, 2010). Desse modo, a paz feminista se movimenta a fim de trazer em destaque, dentro e tais processos, a noção de que a construção da paz vai além de uma reconstrução baseada nos estabelecimentos hegemônicos, visando conhecer e resgatar pazes concretas, atitudes pacifistas cotidianas (Santos, 2011b).

Entretanto, ao se analisar casos como o processo da Colômbia é imprescindível pensar sobre como o modelo histórico de dominação, primeiro pela colonização e posteriormente pelos Estados Unidos, pode se perpetuar através dos processos de paz e o poder que a paz feminista tem de romper com isso. Ademais, “historicamente, a Colômbia tem tido baixos níveis de participação das mulheres nos espaços políticos e de tomada de decisões formais, e o reconhecimento daquelas que estiveram presentes tem sido marginal.” (Humanas; Ciase, 2020, p. 16), com isso, entender como a presença das mulheres no desenvolvimento do acordo tem um destaque primordial. (Humanas; Ciase, 2020). Assim sendo, a utilização do feminismo e da paz feminista atrelado aos pensamentos feministas latino-americanos se torna importante para o desenvolvimento da presente pesquisa, uma vez que, tal teoria também auxilia no entendimento e na problematização do acordo de paz.

E para se pensar sobre, tem-se a *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz*, uma força coletiva de diversas organizações e plataformas de mulheres, com presença nacional em praticamente todo território colombiano, ela foi fundada com o objetivo de incidir na construção da paz no país defendendo os direitos das mulheres. Tal força foi criada a partir da percepção de uma necessidade de se pensar especificamente a mulher em meio ao conflito nas mesas de negociação. Além disso, esteve presente nos fóruns consultivos de todas as temáticas, nos diálogos entre o Governo e as FARC-EP como também na implementação do acordo que surgiu do movimento. Contando com nove organizações de mulheres e com o apoio de organismos internacionais de diversos países, a *Cumbre* através da proposição e “*ser pactantes y no pactadas*” trabalhou para inserir as mulheres nos mecanismos de participação, aprovação, verificação e aplicação do Acordo de Paz relacionado com os direitos das mulheres.

A *Cumbre* possibilitou a integração entre diferentes coletivos femininos sobre a paz, com diferentes especificidades e objetivos, mas que se juntaram com o propósito final de colocar as mulheres como uma ação ativa. Durante sua formação e desenvolvimento se estabeleceram diversas discussões relacionadas a inclusão de grupos sub-representados, como a população indígena, afro-colombiana, LGBTQIA+, população campesina (Pallares;

Ramírez, 2014), entre outros tiveram protagonismo, dessa maneira evidenciando a gama de diferentes marcadores e desigualdades que devem e são inseridas dentro de um processo que a primeira vista apenas está ligado a mulheres e paz. Desse modo, a Cumbre parte de uma vivência interseccional dos movimentos sociais femininos a fim de se pensar a inserção do gênero nas discussões de paz e no Acordo Geral colombiano, sendo, assim, um caso amplo para se pensar a noção de uma Paz Feminista Interseccional.

O esforço da Cumbre teve resultados como a possibilidade de nomear três delegadas do governo para integrar a equipe de negociação, além da criação da Subcomissão de Gênero no processo de acordo com as FARC-EP. Através da *Cumbre* foi possível inserir as mulheres nas mais diferentes etapas do processo de reconciliação. Entretanto ainda se vê necessário entender como os marcadores interseccionais de gênero, classe, raça e outros foram trabalhados dentro do acordo de *La Habana*. A autora Carla Akotirene (2019) reapropria do conceito de interseccionalidade de Crenshaw o complementando, no qual discute sobre como os marcadores sociais, como raça, gênero, classe, sexualidade, entre outros se relacionam entre si e influenciam a maneira como os indivíduos experienciam a vida em sociedade, por meio de desigualdades e privilégios acoplados.

Dentro das discussões feministas foi visto a necessidade de se entender as opressões e desigualdades de gênero junto à presença de outros marcadores sociais, uma vez que diferentes grupos sofrem diferentes níveis de preconceitos e inseguranças. Ademais, as teorias feministas latinoamericanas incluem as questões voltadas a colonialidade e territorialidade. Assim, refletir sobre a interseccionalidade dentro dos movimentos sociais latino-americanos em prol da luta feminina auxilia a teorizar sobre os processos de dominação que, historicamente estão presentes no território e foram se moldando aos acontecimentos.

Os cenários de conflito e de construção da paz são analisados e construídos a partir de uma lente da teoria liberal e, conseqüentemente, apresentam altos níveis de insegurança de gênero e poucas mudanças efetivas com os acordos de paz (McLeod; O'Reilly, 2019). Desse modo, perspectivas feministas críticas para a paz, entre muitas coisas, apresentam a necessidade de desenvolver um caminho de paz que perpassasse situações cotidianas, uma vez que não é possível falar de uma paz efetiva e duradoura sem se pensar nas inseguranças e violências de gênero.

As questões relacionadas às violências de gênero, objetificação do corpo feminino e desumanização de determinados grupos deveriam se tornar tópicos centrais nas discussões sobre paz, além de ter um protagonismo nos acordos firmados, para que fosse possível o

estabelecimento de uma paz duradoura. Além disso, as teóricas feministas também apresentam uma falta da presença das mulheres dentro dessas ações e discussões práticas para a construção de acordos e processos de paz, o que leva a discussões e decisões superficiais, muitas vezes, desconectadas das realidades vivenciadas em cada local.

A *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz* foi organizada por meio de duas conferências e teve um trabalho importante como uma plataforma que permitiu às mulheres colombianas se articularem e poderem apresentar suas demandas para as negociações de paz, desenvolvendo uma parte crucial para assegurar que as vozes feministas fossem ouvidas. Nesse sentido, considerando que a Cumbre de Mujeres por la Paz se configurou como a organização com maior incidência nos fóruns deliberativos, com destacada representação na Subcomissão de Gênero e elevada participação na formulação de propostas nos espaços consultivos, sua análise revela-se fundamental para a compreensão dos mecanismos por meio dos quais as demandas das mulheres foram integradas ao Acordo de Paz. Ademais, ao adotar uma abordagem feminista interseccional sensível às múltiplas dimensões de opressão que atravessam os sujeitos envolvidos no conflito, torna-se possível avaliar em que medida essa perspectiva contribui para a construção de acordos mais inclusivos, equitativos e eficazes, comprometidos com a justiça social e com a reparação das distintas violências vivenciadas pelas populações historicamente marginalizadas.

Além disso, pensar uma teoria feminista interseccional da paz dentro de um contexto latino americano nos permite, além de reflexionar sobre as dominações de gênero, também teorizar sobre a exploração histórica e, conseqüentemente, a colonialidade presente no território, que auxiliam na perpetuação de problemáticas patriarcais. Desse modo, este trabalho se desenvolve por meio da pergunta de pesquisa: De que forma a concepção de paz ancorada em abordagens interseccionais e nas teorizações da Paz Feminista se desenvolve no contexto da *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz*, a entendendo como uma aglutinação de movimentos sociais em prol da luta pelas mulheres, promovendo condições para o estabelecimento de uma paz estável e duradoura?

Se entende que a *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz* teve um papel primordial em englobar diferentes organizações de mulheres, com diferentes focos de luta, mas com o objetivo principal de buscar a paz, em conferências a fim de buscar uma pauta em conjunto, que representasse a todas. Desse modo, se percebe que a presença de organizações como, por exemplo, a ANMUCIC (*Asociación Nacional de Mujeres Campesinas, Negras e Indígenas de Colombia*) e a CNOA (*Conferencia Nacional de Organizaciones Afrocolombianas*) presentes nos encontros da *Cumbre*, possibilitou o alargamento das discussões para temáticas voltadas

às diversas realidades femininas presentes no território colombiano. Uma vez que, dentro de um território, dentro de um ambiente em conflito, diferentes realidades sociais, diferentes marcadores levam a diferentes vivências e desigualdades que precisam ser discutidas, colocadas em debate e vistas como importante a ser superadas.

A pesquisa se guia pela hipótese de que as discussões encabeçadas pela *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz* estavam apoiadas na perspectiva do que pode ser chamado de uma ideia de paz feminista interseccional, ligando as teorias feministas para a paz às problemáticas de outros grupos marginalizados, como por exemplo no viés racial, indígena e de movimentos campesinos. Além disso, a presença das ativistas nos processos de negociação possibilitaram as discussões de questões voltadas ao gênero ao longo do acordo, como desigualdade de oportunidades, financiamentos rurais voltados ao público feminino, LGBTQIA+, etc, desenvolvendo um acordo mais justo e igualitário para as populações marginalizadas, ligadas às desigualdades de gênero, raça e classe. Visando entender que mesmo sem se nomearem como interseccionais, tal movimento de mulheres luta para o desenvolvimento de um processo de paz democrático e inclusivo.

A metodologia da presente pesquisa é feita de forma qualitativa, uma vez que esse método entende que as ações humanas estão dotadas de significados e existe uma diversidade de formas para se conceitualizar a vida e a sociedade, uma vez que são feitos culturais, assim tem um foco no processo, nas experiências, para além de apenas os resultados, isso é, o produto desse processo (Barragán, 2001, p. 97). Do ponto de vista metodológico-operacional a pesquisa se desenvolve por meio do estudo de caso, tendo como objeto empírico a Cumbre Nacional de Mujeres y Paz, enquanto espaço de articulação política de movimentos de mulheres que incidiram no processo de negociação do Acordo de Paz colombiano entre 2012 e 2016.

A escolha do estudo de caso justifica-se por permitir uma análise aprofundada e contextualizada de um fenômeno complexo, situado historicamente e atravessado por múltiplas dimensões de poder, para isso, é necessário o entendimento do contexto colombiano, o conflito mais longo do continente americano e o nono mais longo do mundo, no século XX, além do desenvolvimento das mesas de negociação e do processo de construção da paz. O trabalho se constitui através da identificação de quem são os negociadores e de como estabelecem dentro dos grupos sociais racializados, tendo como objetivo entender como se desenvolvem as propostas. Dessa forma, a metodologia articula análise bibliográfica, análise documental e leitura crítica das dinâmicas de poder presentes

nos processos de negociação, permitindo compreender não apenas o que foi proposto, mas como essas propostas foram construídas, negociadas e legitimadas no âmbito da construção da paz colombiana.

Através da revisão de literatura, o trabalho se debruça primeiramente nos debates teóricos, a fim de desenvolver o subsídio para o entendimento dos que virão posteriormente. Desse modo, por meio da revisão da literatura dos autores clássicos dos estudos para a paz, como Richmond (2010, 2014, 2020) e Johan Galtung (1969, 1979, 1990), apresentando um contraponto aos estudos contemporâneos que trazem as noções de gênero como Catia Confortini (2010). Nas teorias feministas latino-americanas se desenvolve uma revisão dos pensamentos importantes na América Latina a fim de expor suas relações com a ideia de interseccionalidade, apresentada por feministas estadunidenses, como Crenshaw (1991). Por fim, nas considerações teóricas, por meio do desenvolvimento de uma busca ativa dos principais autores sobre as teorias dos movimentos sociais, se estabelece suas relações com os movimentos pela paz e feministas.

Dessa forma, a pesquisa se organiza em três partes principais. A primeira, debruça nos aspectos teóricos e, através da teoria, focará na compreensão, definição e problematização dos principais temas do trabalho, estabelecendo convergências aos recortes trabalhados. É de aporte do processo teórico a revisão e análise bibliográfica por meio de livros e artigos científicos de relevância para as teorias de destaques. Os trabalhos selecionados são relacionados à temática de paz, teorias feministas, interseccionalidade e movimentos sociais. O primeiro capítulo fica a cargo das considerações e problemáticas teóricas ligadas às noções de paz, feminismos e movimentos sociais, para que seja possível, assim, estabelecer uma conexão a fim de possibilitar o entendimento sequencial dos desenvolvimentos futuros do trabalho.

O segundo capítulo do trabalho se dedica na contextualização histórica do conflito colombiano, bem como o desenvolvimento do acordo de paz, seus processos e desdobramentos. Desse modo, por meio de autores relevantes a discussão do conflito colombiano como Daniel Pécaut (1987), Eduardo Pizarro (2017) e Jerónimo Ríos (2017, 2023) busca entender o contexto colombiano, desde a contextualização do conflito, que tem raízes históricas, desde os anos 70, apresentando algumas problemáticas importantes para se entender como se desenvolveu o processo que levou ao acordo de paz que já tinha tentado ser discutido nos anos 90 mas apenas em 2013 entrou efetivamente em negociações.

Além disso, o segundo capítulo fica a cargo da pesquisa documental do Acordo de Paz, conhecido como “*Acuerdo Final Para la Terminación del Conflicto y La Construcción*

de una Paz Estable y Duradera” com o objetivo de analisar sua estrutura, seus eixos centrais e seus principais dispositivos normativos. A pesquisa documental se define como “[...] aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados)” (Pádua, 1997, p. 62). A análise concentra-se especialmente nos pontos fundamentais do acordo, tais como a reforma rural integral, a participação política, o fim do conflito e os mecanismos de implementação, buscando identificar em quais momentos e de que forma as mulheres são mencionadas, bem como a incorporação de uma perspectiva de gênero ao longo do texto. Além disso, é obra do segundo capítulo entender o papel da sociedade civil e dos movimentos sociais dentro das negociações, a partir dos modelos de participação civil.

Assim, o terceiro capítulo objetiva entender, mais especificamente como a *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz*, por meio de seus encontros e presença, teve papel fundamental para pensar as questões interseccionais de gênero dentro do acordo, por meio da implementação, dentro do acordo de uma área especificamente de “enfoque de gênero”, presente em cada ponto de discussão. Para isso é necessário o estudo das atas que precedem as decisões e documentos oficiais, como os relatórios de cada encontro realizado nas mesas de negociação do acordo, o próprio documento do acordo de paz, disponíveis na *Biblioteca Abierta del Proceso de Paz Colombiano* (BAPP) além da utilização do site oficial da *Cumbre* (<https://www.cumbrenacionaldemujeresypaz.com.co/>) onde é possível encontrar as atas, relatórios e sistematizações dos encontros.

Com isso, entender como os atores presentes na *Cumbre* atuavam e principalmente quais as ideias de feminismo e paz tais atores acreditavam e, conseqüentemente, tentavam propagar e colocar no acordo. Assim, é possível entender como as práticas desenvolvidas por meio dos encontros e processos que se desmembraram possibilitam o estabelecimento do entendimento do que seria a ideia de uma paz interseccional.

1. O IMBRICAMENTO ENTRE PAZ, FEMINISMOS LATINO-AMERICANOS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS.

Este capítulo tem como objetivo apresentar o marco teórico utilizado para o desenvolvimento da pesquisa. Desse modo, ele passará, através das três seções principais, pelos Estudos para a Paz Feminista, pelos Feminismos Latino-americanos, fechando com a atuação dos Movimentos Sociais atrelado a tais teorias na América Latina, a fim de entender como os processos teóricos possuem matrizes de desenvolvimento e luta convergentes, possibilitando juntarem em uma análise única e completa.

Para isso, na primeira seção, se debruça nos antecedentes dos Estudos para a Paz mais críticos, entendendo como a teoria dos Estudos para a Paz se fortaleceu por meio de uma ideia de paz liberal e os esforços de teóricos para romper com essa noção e desenvolver um processo mais questionador. O trabalho se esforça em expor alguns conceitos importantes para a formação da teoria, como as noções de violência propostas por Galtung (1969) como uma forma de se pensar a oposição da paz para além da ideia simplória de guerra e, consequentemente se debruça em duas formas de se ver paz, paz negativa e paz positiva, que serão fundamentais posteriormente para a caracterização dos processos estudados no segundo capítulo.

Ademais, é de papel da segunda seção, entender de que maneira se formam e estabelecem os pensamentos feministas na América Latina e, por meio deles, se aprofundar sobre noções como interseccionalidade, suas variações e críticas para com o desenvolvimento de uma agenda feminista ligada as interrelações entre raça, classe, gênero, sexualidade, territorialidade, etc. Com esse objetivo, essa segunda seção discute sobre como a América Latina tem o potencial em se desenvolver uma teoria feminista intrinsecamente imbricada, entendendo a importância da colonialidade pra formação social e teórica. Para que seja possível desenhar um cenário de desenvolvimento de teorias próprias latino-americanas que englobam noções estruturalmente únicas.

Por fim, a última seção conta com a importante conceitualização, de maneira breve, das teorias dos movimentos sociais, entendendo como se definem os processos de mobilização coletiva a fim de possibilitar o desenvolvimento de tais movimentos no contexto latino-americano, ligados aos processos feministas e de paz. Para isso, a seção apresenta algumas teorias clássicas dos movimentos sociais e a sua formação pensada na América Latina, segundo Svampa (2010), além de desenvolver os processos relacionados aos movimentos sociais para a paz e ligados aos movimentos feministas.

1.1. ESTUDOS PARA A PAZ E A PAZ FEMINISTA

A noção de paz e o se pensar a paz, diferente do que muitos acreditam, não é uma invenção moderna ou que partiu de um lugar específico (Richmond, 2014, p. 37). O que se entende como paz atualmente na realidade engloba uma série de representações políticas, culturais e teóricas que moldaram uma forma de se compreender, isso é, “a paz pode ser organizada internamente dentro do Estado, internacionalmente por meio de organizações e instituições globais ou transnacionalmente por meio de atores cujo âmbito abrange todos esses níveis” (Richmond, 2014, p. 21). Consequentemente, cada ator, cada local, cada grupo determina características e especificidades para o que é a paz.

Com isso, múltiplas versões de paz existem em concomitância, o que torna uma definição única sobre tal praticamente impossível. Entretanto, com o aparato das Relações Internacionais e das teorias que dela se desenvolveram é possível traçar alguns temas e agendas importantes que a paz se instaura. Por exemplo, para as teorias mais tradicionais que pensam a paz, não se pode falar dela sem pensar sobre a guerra, outras linhas entendem a violência, de uma maneira mais abrangente, é uma antagonista mais fiel. De qualquer maneira, é claro entender que cada forma de se pensar a paz coloca em destaque determinados atores, conceitos e termos, assim, é necessário ter uma definição objetiva sobre o que se considera importante para assim conseguir definir possibilidades de teorização.

Desse modo, os Estudos para a Paz, para além de seu desafio em teorizar sobre a paz e maneiras de construí-la, também precisa encontrar formas de traduzir tais ideias a fim de possibilitar um entendimento mais claro do que é a paz. Assim, esta seção tem como objetivo apresentar os antecedentes e noções de paz a fim de entender o que é e como é possível atingir uma paz verdadeira, por meio das contribuições das teorias feministas e estudos de paz feminista.

1.1.1. Antecedentes dos Estudos para a Paz Feminista

O estudo sobre a paz e formas de se estabelecer a mesma surgiu em concomitância com a disciplina de Relações Internacionais, no final da Primeira Guerra Mundial (Blanco, 2014). De maneira ampla, as pesquisas envolvendo a paz e as formas de se estabelecer a paz, se seguiram por muitas décadas ligadas ao desenvolvimento da guerra, sendo assim, a definição de paz era, basicamente, uma estrutura estabelecida com a ausência de guerra, muitas vezes de forma passageira. Desse modo, em paralelo ao estabelecimento das teorias

clássicas da disciplina de Relações Internacionais, sendo a teoria liberal uma das principais, os Estudos para a Paz também caminharam com o desenvolvimento de uma teoria liberal da paz, ligada à noção de cumprimento dos tratados, negociações e leis, na qual pouco se falava de mecanismos para essa manutenção (Young, 2013).

Com isso, se entende que esse início do se pensar os Estudos para a Paz pouco se problematizam sobre a origem dos conflitos, tal como suas fontes internas e excluía atores e temas que não eram ligados ao Estado (Blanco, 2014, p. 268). Os estudos se voltavam à resolução pacífica dos conflitos, em larga escala, entretanto colocando o conflito ainda como foco (Oliveira, 2017, p. 151), a centralidade do termo “paz” surge com pesquisadores europeus e com a “pretensão de desenvolver uma ciência normativa da paz, dentro da qual o rigor analítico e o respeito aos protocolos científicos de validação do conhecimento seriam temperados pela ideia de que a violência e a guerra têm valor negativo” (Oliveira, 2017, p. 152).

Assim, os Estudos para a Paz engloba diferentes vertentes de pesquisa, que, a partir desse desenvolvimento normativo, seguiu distintos caminhos, se entrelaçando com outras teorias, das ciências sociais e das Relações Internacionais, a fim de se complexificar e possibilitar explicar diferentes acontecimentos. Após a queda do muro de Berlin e o fim da Guerra Fria se fortalecem as teorias liberais, ou também chamadas pejorativamente de idealistas, que pensavam em “uma paz ambiciosa, universal mas talvez inatingível” (Richmond, 2008, p. 29), todavia, essa ideia universal caminhava junto a uma perspectiva de manutenção tradicional da paz (Blanco, 2014, p. 268). Isso é, um enfoque no desenvolvimento de uma paz que tem como objetivo a estabilidade das estruturas sociais, focada no peacekeeping. Assim, estabelecimento da paz

[...] significava a implantação de uma pequena força militar que se limitava a vigiar o cessar fogo ou a patrulhar um terreno neutro entre antigos combatentes. [...] a manutenção da paz implicava uma força militar que servia como uma espécie de amortecedor entre dois estados e era visto como um mero instrumento para manejar o conflito. (Blanco, 2014, p. 268)

As teorias liberais sobre paz entendiam que a guerra não era de nenhum interesse para os grupos que operavam em harmonia e cooperação (Richmond, 2008). As teorias liberais, de modo geral, focam na cooperação e acabam suprimindo a noção de que o comércio e as grandes potências são beneficiadas com a guerra, através do enfraquecimento de outras potências que possam vir a surgir ou através da venda de suprimentos e armamentos para realização da guerra. Além disso, a maneira como a ideia defendida pelos liberais, de que as Relações Internacionais devem ser uma zona de paz, deixa explícito a simplicidade que tal

teoria entende o que é paz, sendo, como definido por Galtung (1969) uma paz negativa. Assim, para que fossem consideradas discussões sobre a paz como foco principal, entendendo causas, especificidades e contextos para tal, foi necessário um distanciamento dos Estudos para a Paz da ideia de paz liberal (Richmond, 2020) e, conseqüentemente, um afastamento da paz negativa.

Para se entender a definição de paz negativa e, conseqüentemente, a alternativa a ela, a paz positiva, é necessário, dar uma passo para trás para refletir que tais perspectivas não se opõem unicamente a guerra, mas sim a noção de violência. Desse modo, Galtung inaugura uma nova forma de se ver e entender a paz, pensando não mais no conflito direto armado como opositor (Lopes, 2013) mas entendendo que a guerra faz parte de vários processos, acontecimentos e situações no qual podem ser colocadas em um guarda chuva de violência. Entretanto, o próprio conceito de violência é redefinido e, conseqüentemente, alargado, pelo autor.

Assim, a fim de concretizar sua ideia defendida de paz, Galtung (1969) se debruça, inicialmente, sobre a conceitualização de violência e suas diferenças, uma vez que, o autor acredita que, sem definições claras do que a paz se opõe, tanto a paz positiva quanto a negativa podem ser considerados conceitos problemáticos (Galtung, 1967). Primeiramente, o autor define que o conceito de violência que ele está trabalhando é definido pela “diferença entre o potencial e o real” (Galtung, 1969, p. 168), isso é, a diferença entre: como um dado acontecimento ou fato ocorreria em um cenário ideal, com justiça social e como ele ocorre, na realidade. Isto quer dizer que, o conceito de violência entendido por Johan Galtung (1969), se distancia da ideia de comum de violência como o uso da força para coerção, seja física ou psicológica, sendo que, a distância entre esse potencial e o real apresenta o tamanho da violência (Galtung, 1969; Lopes, 2013) isso é, a violência é representada pela sua ameaça (o potencial) e a sua realização (o real), desse modo quanto mais perto dessa ameaça ser concretizada, maior é a violência.

Pode-se entender a violência como a diferença do que poderia ser e do que é (Galtung, 1990), ou seja, entender que a violência vai além do sentido da coerção apresentada anteriormente, mas também poder ser entendida como a diferença entre o que é (injustiça, insegurança, desigualdade) e o que poderia ser (justiça, equidade, segurança). Isto nos possibilita pensar em cenários que, à primeira vista, não há violência, de forma mais ampla, entretanto claramente representa uma desigualdade que poderia ser evitada. Como uma explicação, o autor apresenta que vê a violência como “[...] insultos evitáveis às necessidades

humanas básicas e, de modo mais geral, à vida, diminuindo o nível real de satisfação das necessidades abaixo do que é potencialmente possível.” (Galtung, 1990, p. 292).

Em seus trabalhos, Galtung (1969) apresenta o exemplo da tuberculose como uma forma de explicar esses cenários. No exemplo ele expõe que a morte de uma pessoa por tuberculose no século XVIII não pode ser considerada uma violência, dado que, nesse período, a morte devido tal doença era quase inevitável. Entretanto, a morte de uma pessoa no século XXI por tuberculose pode ser considerado uma violência, uma vez que, com a aperfeiçoamento da medicina, uma doença como a tuberculose é tratável, desse modo, a própria a evolução de uma doença respiratória para a tuberculose já apresenta uma série de violências presentes no processo. Então, se entende que “quando o efetivo é inevitável, não existe violência ainda que o efetivo esteja situado em um nível muito baixo” (Galtung, 1969, p. 31).

O autor reconhece que a ideia de “potencial” defendido em suas primeiras definições pode ser problemático a partir do momento que se distancia de aspectos puramente somáticos e se foca em outras questões, como culturais. Todavia, as definições de violência por meio do potencial, como apresenta Lopes (2013), ainda possibilitam a superação de uma definição simplória, uma vez que,

Embora suscite alguns problemas analíticos, a definição de violência proposta por Galtung evita uma tendência, prevalente na literatura acadêmica e também no senso-comum, de reduzir a violência à incapacidade somática ou à privação de saúde importante intencionalmente por um agente determinado. [...] Conforme observa o autor, se a reduzimos a isto, corremos o risco de aceitar que práticas sociais inaceitáveis, apesar de tudo, podem ser compatíveis com a paz. (Lopes, 2013, p. 172)

Desse modo, Galtung separa a ideia de violência em violência direta, violência estrutural, e posteriormente apresenta a ideia de violência cultural, mais presente em seus estudos após os acontecimentos como a queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria. (Galtung, 1990; Lopes, 2013). O autor apresenta que, enquanto a violência direta pode ser considerada um evento, a estrutural é um processo, por outro lado, a cultural se apresenta como uma invariante permanente (Galtung, 1996a; 1990). Isso é, a violência direta representa a forma comum de se pensar a mesma, através do uso da força e da coerção, desse modo, ela expressa um acontecimento direto, pessoal e pontual, mesmo que seja recorrente.

Já a violência estrutural, como o próprio nome já apresenta, expressa uma violência impressa nas estruturas, isso é, não é pessoal (Lopes, 2013). Entretanto, tal violência “está edificada dentro da estrutura, e se manifesta como um poder desigual, e conseqüentemente

como oportunidades de vida distintas” (Galtung, 1969, p. 36), representa, então, episódios permanentes, naturais e atemporais, que levam ou não ao final da violência direta.

Como o exemplo exposto anteriormente dado pelo autor, a morte de uma pessoa por tuberculose atualmente não denota nenhuma violência direta, entretanto há uma série de processos de violências no qual essa pessoa é submetida para que o fim seja uma morte que poderia facilmente ser evitada em outros contextos. E é assim que é possível diferenciar facilmente a paz negativa da paz positiva. Enquanto a paz negativa representa essa violência direta, de coerção; a paz positiva se debruça em todos esses processos que não tem, necessariamente, no fim da guerra uma finalização e a instauração de uma paz (Galtung, 1969; Richmond, 2014).

Por fim, a violência cultural enfatiza conflitos ligados a processos de diferenças ideológicas, étnicas, entre outras. Além disso, a violência cultural pensa sobre aspectos da cultura, ao “âmbito simbólico da nossa existência (materializado a religião e ideologia, língua e arte, ciências empíricas e ciências formais - lógica matemáticas -), que são utilizados para justificar e legitimar a violência” (Galtung, 1996a, p. 261) podendo ela ser uma violência estrutural ou direta, pessoal. Como exemplo de templos, simbologias religiosas, bandeiras, cartazes, obras de artes, entre outras (Lopes, 2013). Vale ressaltar que o autor apresenta sempre a ideia de “aspectos da cultura” uma vez que não se pode classificar a totalidade de uma cultura como violenta (ou pacífica) (Galtung, 1990; Lopes, 2013).

Dessa maneira, pode-se voltar a discussão anterior das definições do que seria, efetivamente uma paz negativa, uma vez que, a denominação de “negativa” se coloca principalmente pois “a ausência de violência pessoal não conduz a uma condição definida positivamente” (Galtung, 1969, p. 183). Assim, se entende que a ideia de paz negativa se associa única e exclusivamente como a ideia de guerra, como um oposto, o que coloca uma foco no conflito. Já a paz positiva, como uma forma mais ampla de se ver a paz e a entende como protagonista, usando as ideias de violência estrutural e cultural a fim de se pensar em um real processo de construção (Galtung, 1969). Isso é, “uma compreensão mais ampla da paz, que indica tanto a falta de violência aberta entre e dentro dos Estados, quanto o objetivo de criar condições para que a sociedade viva sem medo ou pobreza.” (Richmond, 2014, p. 27, tradução nossa).

Com isso, se intensificou uma diferente forma de se pensar e entender a paz, a fim de possibilitar que os processos de construção da paz levassem, efetivamente, ao desenvolvimento de modelos políticos, sociais e econômicos que se vinculasse ao estabelecimento e manutenção de estruturas justas e, principalmente, não perpetuar

desigualdades e injustiças, isso é, pensando na justiça social, como uma distribuição de recursos e participação nas decisões, de maneira igual (Galtung, 1969; Trifu, 2018). Para isso, surge a ideia de paz positiva, em oposição a forma como a paz era assimilada e analisada.

A paz positiva entende a importância da violência direta, todavia abre os horizontes de se pensar a construção da paz para além disso, compreende a mesma como um processo, que muitas vezes não vai ter a cara clara da violência mas, sem pensar tais questões não é possível ter uma paz verdadeira (Galtung, 1967). Uma vez que, pensar unicamente sobre a guerra como ocasionador da violência tira o foco de questões como a fome em ambientes teoricamente pacíficos, que mata mais do que a guerra². Desse modo, a ideia de paz positiva se torna uma base para complexificação dos estudos para a paz e o entendimento do que é a paz, e é através desse aprofundamento teórico que surge a noção de Paz Feminista, a ser apresentada no próximo tópico.

1.1.2. Os Estudos para a Paz Feminista

Com o fim das grandes guerras, muitos teóricos dos Estudos para a Paz, que já sentiam inquietações sobre a maneira com a ideia de paz era retratada, viram a necessidade de começar a separar os conceitos de paz e guerra e assim, desenvolver um pensamento mais crítico sobre as temáticas de paz, colocando a paz como foco. Desse modo, os Estudos para a paz assumem um compromisso de se “[...] olhar para os diversos níveis implicados na formação dos conflitos e nas condições para a paz, incluindo o individual, o comunitário, o estatal e o internacional”. (Oliveira, 2017, p. 154). Assim, complexificando as pesquisas e, através disso, somando a necessidade de se incluir diferentes visões de se pensar as relações, o internacional, as resoluções de conflito e, principalmente, a paz. Desse modo, se fortalecem as noções voltadas a se pensar o gênero dentro do contexto internacional e, por consequência, seu papel inerente e transformador na visão sobre conflitos e resolução do mesmo.

Para se entender como se desenvolveram os Estudos para a Paz Feministas, é necessário voltar um pouco para pensar como se deu os primeiros movimentos de teorias feministas e lutas para se pensar o gênero dentro das Relações Internacionais como um todo. Uma vez que, pensar o gênero na disciplina de Relações Internacionais evoluíram conjuntamente com as noções feministas dentro dos Estudos para a Paz no qual autoras como Ann Tickner (1992, 1997) e Cynthia Enloe (2004, 2010) se esforçaram para teorizar sobre a

² Estima-se que cerca de 10 milhões de pessoas morrem anualmente devido à desnutrição (DIAS, 2024). Já as mortes por conflitos armados, segundo a Organização das Nações Unidas, no ano de 2023, cerca de 33.443 mil pessoas morreram em conflitos.

ideia do gênero como político do mesmo modo que se esforçaram para desenvolver teorias sobre segurança e feminismo.

Então, os esforços feministas nas Relações Internacionais, por meio dessas e de outras autoras, ganharam força no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 através de diversas conferências e publicações que tinham como objetivo colocar as discussões de gênero como protagonistas nas análises de relações internacionais (Tickner, 1997). A fim de derrubar a suposta neutralidade da disciplina, as teóricas feministas focaram suas discussões, em um primeiro momento, sobre onde estavam as mulheres e, posteriormente, focaram nas problemáticas ligadas ao gênero como categoria de análise (Sjoberg, Tickner, 2012; Scott, 1989). Desse modo, as teorias feministas “se engajaram em uma variedade de questões internacionais, incluindo segurança, economia global, desenvolvimento, direitos humanos, governança global e democratização” (Sjoberg, Tickner, 2012, p. 278), assim, teorizando sobre segurança e, conseqüentemente, as noções de paz atreladas ao feminismo desde seu início.

Assim como as teorias de paz liberal, o feminismo liberal teve um papel importante no desenvolvimento de um projeto de estruturação do que é ser mulher dentro dos estudos para a paz. O feminismo liberal dentro das RI ganha força em um cenário no qual se critica a falha dentro da disciplina em teorizar o gênero e a falha dentro dos movimentos feministas para se pensar as relações internacionais, uma vez que

o pressuposto de que as mulheres não têm sido constitutivas das relações internacionais conjuga-se facilmente com a visão feminista liberal de que a base da desigualdade de gênero é a expropriação do poder político das mulheres através da sua relegação para a esfera privada (Brown, 1988, p. 462).

Desse modo, a visão liberal do internacional possibilitou o crescimento do feminismo liberal como principal teoria para se pensar a mulher, uma vez que, para ele, a inclusão feminina é um sinônimo de igualdade de gênero (Brown, 1988). Isto é, a ideia principal do feminismo liberal coloca, de maneira universal, a inclusão das mulheres nas tomadas de decisões, cargos e discussões como a maneira de se ter igualdade de gênero, conseqüentemente, universaliza o ser mulher, sem colocar em pauta de discussão ou análise outros marcadores sociais e territoriais que fazem com que as necessidades femininas para a igualdade e/ou o fim das violências sejam específicas.

Em concomitância à disciplina de Relações Internacionais, dentro dos Estudos para a Paz se fortalecem algumas representações do feminismo liberal e da própria doutrina da paz liberal, que são problematizados (Espinós Blasco; Yadav, 2022). No qual, por meio de suas

teorizações universais, teorizam a mulher e as desigualdades e inseguranças da mulher como igual e coletivo para todas as mulheres, sem pensar em recortes de raça, classe, sexualidade, etnia, etc, uma vez que, o feminismo liberal entende que a opressão de gênero é unicamente uma violação dos valores fundamentais do liberalismo, sendo eles a liberdade, equidade e justiça (Brown, 1988, p. 462), mas, para além disso, não complexifica a existência de diferentes formas de opressão de gênero, assim como a somatória de diferentes violações. A exclusão do corpo feminino não branco em detrimento do corpo branco faz-se uso da biopolítica foucaultiana, que entende que existem

[...] dois corpos da biopolítica, a população como a unidade para a qual as técnicas governamentais específicas são orientadas e que são alvo, e o corpo do sujeito individual como a unidade onde estas tecnologias governamentais produtivas se efetivam e se tornam visíveis. (Smith; Agius, 2021, p. 276)

Ou seja, o corpo não é algo genérico e coletivo, mas marcado por uma série de violências exclusivas e simbólicas (Smith; Agius, 2021). Nas teorias feministas tradicionais, como a teoria liberal, não se pensa a ideia de corpo, uma vez que é universalizado e, segundo Kandida Purnell (2021), o corpo só é visto como um corpo dentro das Relações Internacionais quando tem um problema ou mesmo quando ele escapa da norma. Ao se pensar a paz, o mesmo ocorre, no desenvolvimento de teorias sobre paz que insistem em manter uma universalidade que não levam em conta biopolítica presente, acabam por manter processo de dominação e opressão.

Justamente com essa variedade de engajamentos, a temática da segurança e dos processos de construção da paz como idealizações incompletas, uma vez que apenas representavam uma paz negativa, já cresciam dentro das temáticas desenvolvidas pelas teóricas feministas. Em paralelo, as teorias feministas dentro dos Estudos para a Paz surgem com esse objetivo de superar as proposições sobre paz defendidas pelos liberais, para isso, tais teorias bebem do conceito oposto a paz negativa, isto é, a ideia de paz positiva (Galtung, 1969). Como já apresentado anteriormente, ela tem como objetivo explorar outros caminhos para se pensar o conceito de paz, sendo, assim, um conceito mais amplo e com a paz como principal (Galtung, 1969). Com ela pode se pensar formas de se superar as violências indiretas, tidas como a violência estrutural e cultural, e é nesse conceito que os estudos mais recentes e críticos irão se apoiar.

É possível observar uma conexão quase inerente entre a luta do feminismo e o movimento pela paz, uma vez que junto com a emancipação feminina e a luta pelos direitos das mulheres, pautas precursoras dos movimentos feministas, as lutas a favor da paz sempre estiveram presentes. Posteriormente permitiu o desenvolvimento de reflexões feministas

vinculadas a esse tema, culminando na chamada "paz feminista". Esse processo teve início no contexto do final da Primeira Guerra Mundial, com a organização do Congresso Internacional das Mulheres (*International Congress of Women*). Nesse evento, foi elaborada uma série de "princípios para a paz permanente", que, segundo Potter (2006), influenciaram os Quatorze Pontos de Woodrow Wilson.

Como desdobramento desse congresso internacional, surgiu a Liga Internacional das Mulheres para a Paz e a Liberdade (*Women's International League for Peace and Freedom - WILPF*). Essa organização reuniu mulheres dos Estados Unidos e da Europa com experiência em movimentos sufragistas e ações sociais (Confortini, 2010, p. 09), tendo como objetivo principal o fim das guerras. Embora sua criação não estivesse diretamente relacionada à formulação de teorias feministas, a liga contribuiu para a formação de discussões que serviram de base para analisar, teorizar e criticar o papel e a presença das mulheres, impulsionando o surgimento e a consolidação de teorias feministas.

Essa Liga Internacional, possibilitou o fortalecimento de algumas ligações, como as feministas liberais, se conectavam ao movimento de emancipação feminina, muito ligado aos princípios do liberalismo internacional, priorizando movimentos de não violência e o estabelecimento da paz relacionado a um método, isso é, orientado por estratégias, valores e abordagens específicas, presentes nos movimentos pacifistas e de não violência. Outros grupos que se solidificaram na Liga representavam o movimento radical sufragista, movimentos anarquistas, além de grupos feministas de outras escolas críticas (Wibben, 2021).

Desse modo, as discussões se mostraram muito mais complexas do que o feminismo e o desenvolvimento de uma sociedade sem guerra, como era inerente da paz negativa, e incorporavam ideias como a opressão por meio do capitalismo, pelas anarquistas, e também a ideia do desenvolvimento de um relacionamento colonial entre o sul e o norte global (WIBBEN, 2021). É importante citar o WILPF, uma vez que foi uma organização que sobreviveu aos turbulentos anos que antecederam e durante a Segunda Guerra até o “trabalho contra a proliferação nuclear, o desarmamento e mais” (Confortini, 2010) que sucederam a Segunda Grande Guerra, desse modo, lançando as bases para o desenvolvimento, mais robusto de teorias feministas para a paz.

Como já exposto, as teorias feministas são, para além de uma posição metodológica e teórica, um posicionamento político que visa mostrar como o gênero é inerente a qualquer relação, dado que, ao entender que o gênero como uma questão central e, conseqüentemente, as relações de poder generificadas, é possível desenvolver como se dá as hierarquias de

estruturas políticas, econômicas, seja interna ou externamente (Ackerly, Stern; True, 2006), o que leva a entender as questões voltadas ao conflito e a paz também atreladas ao gênero. Assim, tais teorias nos Estudos para a Paz, assim como nas Relações Internacionais, seguiram e seguem uma variedade de diferentes enfoques nas suas investigações (Sjoberg; Tickner, 2012). Desse modo, os movimentos de mulheres que buscavam a paz entendiam a necessidade de se relacionar com outras perspectivas ideológicas e políticas, uma vez que já estavam ligadas a conceitos e ideias que iam para além da teoria normativa da paz e introduzia, em maior ou menor medida, diferentes entendimentos sobre o se pensar a paz.

Torna-se claro, dessa forma, que as pensadoras feministas, em um caminho similar aos questionamentos realizados pelos teóricos sobre paz, viram a necessidade de desvincular a guerra dos movimentos feministas pela paz. E, com isso, entender que a paz feminista se distanciava do pensar a luta feminista dentro dos cenários de guerra e se aproximava dos estudos de paz positiva (Sjoberg; Tickner, 2012). Isso é, os estudos feministas para a paz colocam um foco na segurança feminina para além apenas de um conflito armado, mas entende que, cenários e relativa paz não necessariamente são espaços de segurança para as mulheres.

Assim surge a ideia de Paz Feminista, tal teoria entende a paz não como um evento singular e linear, mas como “um processo com múltiplas contestações e desafios, que demanda trabalho apaixonado e incessante de teóricos, pensadores críticos, educadores, ativistas e praticantes” (Vayrynen *et al*, 2021, p. 04). Argumenta que as relações de poder baseadas no gênero estão intrinsecamente presentes na construção social da violência e da guerra (Confortini, 2010). Além disso, a paz feminista entende a necessidade de se pensar como a paz é baseada em uma hierarquia de gênero, na qual a paz é associada a uma noção de feminilidade e a violência é ligada a masculinidade (Tickner, 1992; Vayrynen *et al*, 2021).

Outrossim, quando se associa as teorias feministas dentro do pensar a paz se abre uma gama de problemáticas, tanto de justiça e desigualdades sociais quanto de questões mais extremas de violações de direitos humanos, como noções voltadas ao uso da violência sexual como arma de guerra, a falta de mulheres em processos de construção de paz, a binariedade em se pensar a vitimização da guerra, entre outros. Catia Confortini (2012) expõe que desde os anos 1960, através da WILPF, as mulheres estavam fortemente presentes no desenvolvimento de contribuições para se pensar tanto o papel feminino quanto da questão da paz dentro dos movimentos, desse modo, elas foram pioneiras no reconhecimento da relação existente de gênero na paz e na guerra, uma vez que é uma temática que, com o

acontecimento recente das grandes guerras, perpassava a vida de todas as mulheres, de alguma maneira.

Além disso, a paz feminista vem através do objetivo de “desafiar o sistema de opressões e hierarquia, confrontando o poder patriarcal e a violência e danos baseado no sistema de gênero” (Sapiano; True, 2022, p. 01). Desse modo, a paz feminista se debruça na paz positiva, mas precisa se fortalecer e pautar em uma análise sobre paz mais radical e emancipatória (Vayrynen *et al*, 2021; Sapiano; True, 2022), uma vez que para além das questões de gênero, é preciso se esforçar para não cair em binarismos e hierarquias de gênero já muito instauradas nas estruturas sociais, nem reproduzir a lógica capitalista neoliberal e neocolonial (Sapiano; True, 2022). Desse modo, pode-se entender que a paz feminista pensa sobre as desigualdades sociais ligadas as mulheres a fim de desenvolver uma compreensão e um estudo que coloque as mulheres como foco.

A frase “*peace have no meaning without freedom*” (Confortini, 2010, p. 03), na tradução, a paz não tem nenhum significado sem a liberdade, foi dita por feministas francesas no encontro do *Women's International League for Peace and Freedom* de 1946, ao descrever a ocupação nazistas experienciada por elas no período da Segunda Guerra Mundial. Esta frase pode ser utilizada como um resumo do que as teóricas feministas ao se estudar a paz entendiam e pretendiam chegar, na liberdade. Essa liberdade, dentro do contexto da frase, estava ligada a análises minuciosas e desenvolvimento a partir de processos individuais, colocando assim, como Enloe (2004) expõe, a vida e a vivência de mulheres com protagonismo nas discussões. Todavia, tais discussões ainda pouco se relacionavam com outros processos e marcadores sociais, tendo, dessa maneira, uma visão muito ligada ao ser mulher como algo universal.

Entretanto, como os Estudos para a Paz, a paz feminista também se inicia com um viés liberal, seguindo através de uma ideia de mulher universal e, conseqüentemente, injustiças e violências de maneira única. Tornando assim a ideia da liberdade, presente na fala das feministas francesas, como uma liberdade universal, sem localidade, raça, classe, etc. Dessa forma, os início dos esforços para a paz feminista ainda estavam ligadas a uma individualidade pregada pelo liberalismo. Em contrapartida, Lorena Cárdenas (2022) apresenta a necessidade de se pensar além uma definição monolítica, isso é, levando em conta as diversidades e complexidades presentes no próprio feminismo, e inserir as organizações e ativismos feministas dentro das definições, desenvolvendo práticas concretas e diferentes formas de atuação da teoria para com a prática. Uma vez que, segundo Cárdenas, a maioria

dos movimentos feministas estão conectados com os conflitos (Cárdenas, 2022; Sapiano; True, 2022).

Com isso, para além de se pensar em uma liberdade individual, se tornou imprescindível pensar nela de forma coletiva. Para isso, Cynthia Enloe (2004) dá prioridade, primeiramente, no entendimento das margens, e, através de suas discussões sobre a marginalidade e como uma sociedade se estabelece por meio da criação e manutenção de grupos marginais, que possibilitam, assim, o fortalecimento das minorias com o poder. É importante salientar que tal temática, mesmo sem uma relação direta com a paz feminista, apresenta temáticas caras aos estudos feministas para a paz, uma vez que a teoria da paz feminista surge a partir dessa marginalidade das teorias feministas dentro dos Estudos para a Paz, uma vez que a mesma era vista, assim como as teorias feministas nas RI, como uma teoria doméstica, que não se relacionava com as problemáticas do cenário internacional e dos conflitos (Tickner, 1997; Confortini, 2012). Dentro das Relações Internacionais, disciplina que os Estudos para a Paz se abriga e bebe de muitas fontes, se entende que a existência do poder implica relações sociais, relações essas que são assimétricas, uma vez que sempre existe um centro e uma margem/periferia. De maneira estrutural, tal assimetria é dada como normativa uma vez que, o sistema tenta estabelecer que

por definição, as pessoas que se encontram à margem, as que são silenciadas, as que se encontram no último degrau, são precisamente aquelas que, por qualquer razão - e as razões podem ser grosseiramente injustas - não têm o que é preciso para ter um impacto significativo no curso desses acontecimentos particulares que, em conjunto, fazem com que certos padrões regionais ou mundiais tomem a forma que tomam. (Enloe, 2004, p. 22)

Ou seja, para os processos teóricos e práticos das Relações Internacionais, disciplina que procura se respaldar uma neutralidade inexistente do ramo das ciências naturais/exatas, no qual teóricos e pensadores, por muito tempo, se pautaram na ideia de que temáticas ligadas a grupos marginais, como gênero e raça pouco se tinha a ver com a disciplina e mesmo a prática de política internacional (Tickner, 1997). Desse modo, tais grupos são colocados na margem por meio do argumento de que não possuem a relevância necessária para ocupar os espaços centrais. Consequentemente, tais grupos não fazem relações internacionais nem modificam o cenário internacional por meio de seus processos e reivindicações e, assim, não possuem a legitimidade de pensar sobre a paz ou mesmo questionar a falta de diversidade presente nas discussões já existentes.

Desse modo, se entende que, os estudos feministas, mesmo que a primeira vista possa ser desatrelado das discussões de paz, na realidade convergem no entendimento sobre a

necessidade de se pensar as marginalidades, sempre no plural, e a noção de que, para que seja possível superar as desigualdades de gênero é necessário pensar e trabalhar junto com a superação de outras formas de opressão, como a raça, classe, territorialidade, sexualidade, etc. Assim, desmistificando as noções liberais de igualdade de gênero como igualdade de oportunidades.

Com isso, os Estudos para a Paz feminista se desenvolvem por meio dessa desconstrução, atrelando as problemáticas a já discutidos pelos feminismos críticos com o Estudos para a paz críticos. Assim, desenvolvem mecanismos para uma metodologia de paz feminista, seguindo pelo pressuposto de que todas as epistemologias e metodologias são excludentes, de alguma maneira, se esforçam a fim de “descolonizar os modos de pensamento e descentralizar os modos de conhecimento dominantes” (Bjorkdahl; Selimovic, 2021, p. 40).

Se destacam três abordagens que possibilitam um desenvolvimento plural e, ao mesmo tempo, influente para as pesquisas de paz feministas, eles são a etnografia, com o foco na investigação analítica do cotidiano, sendo uma busca, além dos acontecimentos e experiências, uma busca de ausências e silêncios (Bjorkdahl; Selimovic, 2021); além disso tem-se as abordagens ligadas à análise de discurso e de representações visuais, uma vez que possuem o potencial de pensar sobre a construção do poder e das representações de gênero (Bjorkdahl; Selimovic, 2021); por fim, também é importante o foco das metodologias qualitativas, dado que elas possibilitam o reconhecimento de padrões e relações causais que são importantes para uma agenda feminista para paz.

Dessa maneira, se entende que as abordagens feministas para a paz e, conseqüentemente, a paz feminista, é plural e extremamente ampla, seja em seus antecedentes, definições e metodologias. Entretanto é possível definir desafios que são inerentes a todas, ligadas às emoções, às relações de poder (Bjorkdahl; Selimovic, 2021) e aos descontentamentos com as teorias e pensamentos vigentes. Portanto, é através da territorialidade, ou seja de onde cada teoria feminista se inicia, cria raízes e se fortalece que possibilita o alargamento e as diferentes noções do que é importante. Com isso, o próximo tópico via tratar dos feminismos latino-americanos e da interseccionalidade, a fim de entender como tais especificidades podem moldar o desenvolvimento de uma ideia de paz feminista próprio.

1.2. FEMINISMOS LATINO-AMERICANOS E INTERSECCIONALIDADE

Como já exposto anteriormente, é impossível entender o feminismo ou a teoria feminista como algo universal e único, uma vez que, a partir do momento que é uma teoria preocupada com o micro, ou seja, com questões voltadas ao cotidiano e a especificidades, a fim de entender as formas de opressão, se percebe que não é possível uma teoria monolítica, assim sendo teorias com diferentes abordagens. Para se pensar sobre as teorias feministas é necessário saber de onde, para quem e para que se fala e, a partir disso, entender quais maneiras de se pensar o mundo, através da lente feminista, melhor encaixam. Desse modo, é impossível falar sobre movimentos de mulheres latino-americanas sem, anteriormente, entender como se dá o desenvolvimento dos feminismos latino-americanos, suas peculiaridades e semelhanças com outras vertentes globais para que, com isso, possamos pensar em teorias e práxis que representam, realmente, as lutas.

Entendendo o passado comum latino-americano de dominação externa, colonização, escravidão e sequenciais lutas e ditaduras, os feminismos latino-americanos têm o potencial de se definirem, por si só, como intrinsecamente interseccionais, entendendo todas as especificidades. Uma vez que “existe uma crescente ‘unidade da diferença’ entre os multifacetados e heterogêneos feminismos presentes nos diversos cenários nacionais da América Latina” (Alvarez, 1998, p. 91). Isso é, por entre as diferenças teóricas metodológicas dos feminismos latino-americanos, existem determinadas temáticas e discussões que podem se ver presentes em várias vertentes das teorias feministas latinas e caribenhas. Tais temáticas possibilitam uma interação entre marcadores sociais de raça, classe, territorialidade e sexualidade que são singulares aos movimentos feministas latino-americanos e exportam os pensamentos e as lutas (Vargas, 2021).

Entretanto, como os feminismos de maneira geral, os feminismos latino-americanos também não são uma unidade fechada com as mesmas pautas, ideologias e políticas. Dessa maneira, essa potencialidade não é uma realidade quando se pensa na totalidade das inúmeras maneiras que as teorias feministas se desenvolvem nesse território, os feminismos latino-americanos muitas vezes misturam vivências, violências e contextos próprios para se desenvolver uma teoria única, como Grijalva (2012) coloca em

[...] asumo a mi cuerpo como territorio político debido a que lo comprendo como histórico y no biológico. Y en consecuencia asumo que ha sido nombrado y construido a partir de ideologías, discursos e ideas que han justificado su opresión,

su explotación, su sometimiento, su enajenación y su devaluación.³ (Grijalva, 2012, p. 06)

Em tal trecho é possível entender como a noção de território e territorialidade está presente nas discussões sobre o se pensar o feminismo e as lutas das mulheres. O conceito de territorialidade se dá “às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas – uma localidade, uma região ou um país – e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico” (Albagli, 2004, p. 28). Com esse entendimento pode-se concluir como, a partir das relações e desigualdades presentes no território, os grupos sociais se unem em prol de uma ideia de feminismo que inclui não apenas as questões voltadas às mulheres, mas a esse sentimento comum que surge através do processo histórico de formação da cultura territorial, mas também da exploração do território.

Assim, pensamentos feministas na América Latina, de modo geral, se desenvolvem longe das estruturas da academia. Como Curiel (2017, p. 43) apresenta, as teorias feministas estão sendo construídas tanto desde os movimentos sociais quanto dentro da acadêmica crítica. Isso se dá uma vez que, a teoria está intrinsecamente ligada às práticas, vivências e lutas coletivas, desse modo, as teorizações feministas no contexto das América Latina e Caribe encontraram nesses processos o meio para se desenvolver, por meio da prática mas também ligada a uma escrita descolada das estruturas coloniais estabelecidas. Estruturas essas ligadas a um passado positivista, na tentativa de transformar as ciências sociais e humanas em teorizações neutras, imparciais e totalmente moldadas, como uma ciência exata.

As estruturas da universidade, e conseqüentemente da academia, tem como característica principal a elitização, se desenvolvendo por meio da lógica da dominação estabelecida pela modernidade, se pautando por meio da lógica colonial-moderna (Ferreira; Souza; Lima, 2021). Assim, a racionalidade se torna a única possibilidade de se desenvolver o conhecimento, de maneira legítima. Conseqüentemente “outras formas de produzir conhecimento, baseadas na experiência, sensibilidade e/ou corporalidade foram hierarquizadas e racializadas” (Ferreira; Souza; Lima, 2021, p. 15), uma vez que o campo acadêmico-científico leva a um

[...] lócus de relações que envolvem como protagonistas agentes que possuem a delegação para gerir e produzir práticas universitárias, isto é, uma modalidade de produção consagrada e legitimada. É um espaço social institucionalizado, delimitado, com objetivos e finalidades específicas, onde se instala uma verdadeira

³ Na tradução: “assumo meu corpo como território político porque o entendo como histórico e não biológico. E, conseqüentemente, presumo que ele tenha sido nomeado e construído com base em ideologias, discursos e ideias que justificaram sua opressão, exploração, subjugação, alienação e desvalorização.”

luta para classificar o que pertence ou não a esse mundo e onde são produzidos distintos *enjeux* [embates, desafios] de poder. (Catani, 2011, p. 198)

Assim, os modelos epistemológicos modernos ocidentais se pautam, por meio da legitimação de determinadas formas de se fazer ciência, ligada ao pensamento europeu iluminista e, conseqüentemente, positivista, elegem as teorizações não-europeias à condição de mito (Ferreira; Souza; Lima, 2021). Ironicamente, na tentativa de pautar o conhecimento europeu como racional, se estabelece o corpo colonizador, branco heterossexual, europeu e performativamente masculino, como a sede da razão e do conhecimento (Ferreira; Souza; Lima, 2021), o que, reafirma a necessidade de se pensar para além da racionalidade, inserindo a questão do corpo - ou como referencia algumas feministas latino-americanas, como Grijalva (2012), corpo-território. Isso leva a uma deslegitimação dos modelos epistemológicos feministas, que ao irem contra essa forma pré determinada de se desenvolver ciência, são desconsideradas como uma forma real de ciência.

Além de uma deslegitimação dos modelos epistemológicos modernos para com as teorias feminista de maneira geral, os pensamento feministas latino-americanos sofrem dentro do próprio meio do feminismo. As teorias feministas ocidentais, nomeadas assim por Mohanty (2008) como as teorias feministas vindas dos Estados Unidos e Europa, perpetuam a colonialidade discursiva, que se coloca como uma prática política e ligada a propósitos e ideologias (Mohanty, 2008). Ela pode ser facilmente entendida como

[...] uma forma de intervenção em certos discursos hegemônicos (por exemplo, a antropologia, sociologia e crítica literária tradicionais, entre outras); é uma práxis política que vai em contramão e resiste ao imperativo totalizados dos corpos de conhecimento “legítimos” ou “científicos” estabelecidos através dos séculos. (Mohanty, 2008, p.02, tradução minha)

Desse modo, mesmo dentro das discussões, as mulheres do chamado “terceiro mundo”, como sujeitos históricos diversos, são inseridas em análises que prezam por uma representação de mulher, produzido por discursos hegemônicos e viram uma categoria de análise que as homogeneiza (Mohanty, 2008). Assim, Mohanty apresenta algumas formas que as mulheres da periferia mundial aparecem como categorias de análise dentro das pesquisas realizadas pelas feministas do norte global, sendo através de vítima de violência masculina, no qual coloca a mulher como um objeto que carece de poder, em uma sociedade em que apenas um grupo tem poder os homens (Mohanty, 2008, p. 07); como dependentes universais, uma vez que as mulheres, como seres apolíticos, se formam como grupo através das relações de dependência (Mohanty, 2008, p. 08).

Por fim, a autora apresenta que as feministas do norte global ainda colocam as mulheres em grupo de vítimas do processo colonial, por meio dos sistemas familiares, ligado

a um patriarcado familiar, no qual as mulheres se estabelecem em uma estrutura de grupo oprimido (Mohanty, 2008, p. 10) e ligadas às ideologias religiosas (Mohanty, 2008). É evidente como, em todas as separações apresentadas pela autora, a opressão e a falta de voz ativa das mulheres as colocam apenas como um objeto sem poder algum para com as desigualdades e violências perpassadas por elas.

Consequentemente, os feminismos hegemônicos, isto é, teorias como o feminismo liberal, desenvolvidos no norte global e que reproduzem uma matriz hegemônica do conhecimento, partem do pressuposto da universalização da mulher, seja através da definição do que é ser mulher, seja por meio das definições de determinadas opressões como universais (Puechguirbal, 2010). Isso, para além da homogeneização do que é ser mulher, em modos gerais, também generaliza as violências presentes nos processos do sul global. Desse modo, os feminismos hegemônicos, em sua maioria representados por um feminismo liberal, seguem o mesmo parâmetro das ciências sociais, de um “movimento que projetava sobre as ciências sociais um aparato de validação científica inspirado nas ciências da natureza” (Oliveira, 2017, p. 151).

Em contrapartida a esse modelo ocidental de se fazer ciência, os escritos feministas latino-americanos se desenvolvem por meio da parcialidade, da definição clara de quem, onde e porque está sendo falado. Cypriano (2013) apresenta que os feminismos “do terceiro mundo”, como define Mohanty (1998, 2008), estão ligados a experiência, que tem como objetivo articular “uma noção que pode rearticular a prática política e de conhecimento feminista na produção de diferentes referências e significados” (Cypriano, 2013, p. 18).

Os escritos feministas, principalmente do chamado “terceiro mundo” se rebelam na forma de desenvolver a escrita, através de processos como a escrevivência (Evaristo, 2021), isto é, através da própria vivência como mulher e uma determinada realidade, articulam noções que vão além do esperado para a escrita acadêmica, levam em conta a criação de conceitos, termos e teorias de maneira orgânica que, através dos encontros, desencontros e reencontros, se alteram, reformam e/ou caem por terra. Tal processo leva ao surgimento de diferentes conceitos importantes como corpo-território (Grijalva, 2012), autonomia (Alvarez, 2003), entre outras, que possibilitam o alargamento das formas de se pensar as teorias feministas, tanto dentro dos movimentos sociais práticos quanto e, especialmente, dentro da academia.

Os movimentos feministas latino-americanos, a partir dos anos 80, se complexificaram por meio de questionamentos ligados à discussão sobre o pensamento universal e hegemônico nas ciências sociais e humanas, desenvolvidos devido aos contextos

sociopolíticos, culturais, econômicos e sexuais que se desenvolviam (Vargas, 2002). Mais precisamente na América Latina, por meio dos Encontros Feministas de América Latina e Caribe (EFLACs) (Alvarez *et al*, 2003), os movimentos feministas tiveram papel ativo nesse processo, intensificando os movimentos empíricos e, através deles se fortalecendo por meio do desenvolvimento de teorias que não estavam tão preocupadas com as estruturas vigentes, em contrapartida as teorias feministas hegemônicas.

Uma vez que,

As feministas norte-americanas estão cada vez mais conscientes do trabalho das feministas canadenses e europeias, especialmente escritoras francesas e britânicas, mas elas ainda tendem a ver as mulheres do Terceiro Mundo como vítimas da opressão e não como criadoras da teoria feminista ou como agentes de mudança. (Jaquette, 1989, p. 01)

Mesmo que essa citação tenha sido proferida a mais de 30 anos atrás, é possível perceber que pouco mudou em relação à representação e aceitação das teorias feministas latino-americanas e/ou terceiro mundistas para o cenário teórico mundial. Claudia Costa (2000), a fim de explicar tal ideia, expõe o conceito de “tradição cultural”, presente nos estudos pós-coloniais e que reforça a assimetria entre as periferias e a metrópole (Cypriano, 2013). Enquanto a metrópole trabalha nos conceitos, para a periferia resta o estudo de caso, ademais, Cypriano (2013) expressa que o tráfego de conceitos, isto é, as exportações de conceitos advindas do norte para o sul, levam a um enfraquecimento da relação entre teorias e lugares.

Assim, os movimentos feministas latino-americanos são um dos mais organizados do mundo, entretanto enfrentam a movimentação de uma problemática ligada principalmente a importação de conceitos e definições do norte global, lide Estados Unidos e Europa, como uma forma de melhor enquadramento no cenário de luta mundial. Dessa forma, os feminismos, na América Latina, se estruturam inicialmente por meio da ideia de um feminismo autônomo, que se deslocava e desloca dos movimentos mundiais feministas, ligadas aos processos europeus e estadunidenses, de luta por direitos, etc, e seguiam no desenvolvimento de pautas ligadas aos movimentos sociais feministas. Isso é,

Trata-se de uma ampla e diversa gama de coletivos e individualidades que se distanciam do feminismo institucional, tanto a de longa data quanto a que emergiu das recentes mobilizações, apostando na autonomia e na autogestão como meio de relacionamento e construção coletiva. (Makaran; Ramos, 2023, p. 208-209)

Além disso, se engana quem acredita que as teorias feministas latino-americanas se resumem a pensar sobre gênero ligada à colonialidade, se entendendo abaixo do guarda-chuva da teoria decolonial. Autoras como Lorena Cabnal (2010) se esforçam para não

se definir como decoloniais, uma vez que além da falta de referências a ideia de gênero nas teorias decoloniais tradicionais, algumas teorias feministas, como a de Cabnal, se ancoram na ancestralidade e importância do território, assim, distanciando-se de teorias como a decolonial. Entretanto, a necessidade de se pensar em uma desvinculação dos modos de produção do conhecimento estão presentes nas autoras latino-americanas, como Ochy Curiel expõe,

Como um ato de descolonização, parto da premissa de que a separação entre teoria e prática política, como foi instalado no imaginário social e sobre todo o campo acadêmico a partir da herança eurocêntrica, não existe como tal, pois entendo que ambas produzem discursos, mudanças e transformações sociais. (Curiel, 2017, p. 42, tradução nossa)

Assim como apresenta Ochy Curiel (2017) algumas teorias feministas latino-americanas se ancoram, para além de uma decolonialidade, na descolonização, se desvinculando mais profundamente da herança eurocêntrica e se esforçando no desenvolvimento de algo unicamente do território. Além disso, a autora reforça que, para qualquer pessoa que queira estudar a América Latina e o Caribe através de suas estruturas e relações sociais, devido a herança colonial, deve levar em consideração as noções de gênero, raça e sexualidade nas suas propostas epistêmicas “ao contrário se seguirá sendo parte de uma massa de intelectuais e ativistas que seguem os cânones estabelecidos para continuar colonizadoras e colonizadas” (Curiel, 2017, p. 43).

Dessa forma, se torna importante pensar sobre esses marcadores sociais e como que os feminismos latino americanos, possuem o potencial de se estabelecer a partir da interdependência de noções como raça, classe, gênero, sexualidade e territorialidade, no âmbito do desenvolvimento de uma teoria própria, descolonizada e que siga os processos históricos da região. Assim, o próximo tópico se encarregará de pensar sobre isso.

1.2.1. Interseccionalidade, imbricamento e outras maneiras de se pensar as relações e marcadores sociais

Entre 1980 e 1990, Kimberlé Crenshaw, jurista estadunidense, cunhava um dos principais conceitos norteadores de movimentos e teorias feministas, a interseccionalidade (Casemiro; Silva, 2021). Assim, principalmente nos Estados Unidos, visto que é o local onde o termo foi criado e onde mais teve influência, se fortalece as discussões representadas e conceitualizadas pela discussão do feminismo atrelado à ideia de interseccionalidade. Tal vertente se fortalece por meio de teóricas do feminismo negro, uma vez que o movimento

entendia que, pensar só o gênero ou só a raça resultaria em uma ineficiência nas propostas práticas e mesmo na falta de aplicabilidade das teorias (Akotirene, 2019), uma vez que

[...] opressões de gênero, classe e raça, dentre outras, se relacionam entre si e interferem na vida de cada mulher, que acaba assim por experimentar a opressão de gênero a partir de um ponto de vista único [...] adoção do feminismo interseccional como ferramenta teórico-metodológica. (Figueiredo; Martins, 2020, p. 334)

Em paralelo, situando-se dentro da América Latina é importante ter em mente que tais conexões e discussões já aparecem em algumas formas de se pensar os feminismos latinoamericanos (Espinosa-Miñoso, 2009), mesmo sem uma conceitualização específica ou um nome para tal. Destaca-se que

Vozes feministas brasileiras das décadas de 1970 e 1980 já chamavam atenção para a multiplicidade de opressões e seus atravessamentos na vida dos sujeitos e/ou grupos sociais e historicamente marginalizados, voltando seus olhares à adoção de ferramentas que pudesse diminuir as injustiças sociais (Casemiro; Silva, 2021, p. 03)

Espinosa-Miñoso (2009) expõe que a “algumas décadas que o feminismo latino-americano vem desenvolvendo um pensamento crítico e uma política que tente levar em conta as desigualdades de raça e classe que vivenciam uma porcentagem importante das mulheres da região” (Espinosa-Miñoso, 2009, p. 01). Ou seja, os pensamentos feministas latino-americanos, vêm a algum período, mesmo anterior às proposições de Crenshaw, pensando sobre como os diferentes marcadores se interligam e trabalham para o desenvolvimento de níveis de opressão desiguais.

Contudo, a autora discute como a ideia de uma colonização discursiva, como apresentado anteriormente referentes às práticas acadêmicas que o feminismo ocidental impõe às mulheres do terceiro mundo (Mohanty, 2008), estabelece um caminho que dificulta a quebra de relações desiguais e, conseqüentemente, uma não valorização dessas ideias anteriores. Para isso, o feminismo pós-colonial e decolonial interagem, na possibilidade de se pensar como, através dos processos de colonialidade, é impossível discutir marcadores sociais como o gênero sem atrelá-lo à raça, classe, território, etc. Lugones (2008), expõe que

[...] colonialidade não se refere apenas à classificação racial. Ela é um fenômeno abrangente, pois é um dos eixos do sistema de poder e, como tal, permeia todo o controle do acesso sexual, da autoridade coletiva, do trabalho e da subjetividade/intersubjetividade, bem como a produção de conhecimento a partir dessas relações intersubjetivas. (Lugones, 2008, p. 79)

Por meio da pergunta “quais corpos se tornaram o objeto da representação desse esquecimento e quais foram borrados uma vez?” (Espinosa-Miñoso, 2009, p. 03) se entende

que, os trabalhos que cada vez mais representam essa margem da colonização enfrentam dificuldades e necessidade de desconstrução mesmo dentro das teorias feministas. Em outras palavras, entende-se que existe uma relutância por trabalhos que apresentem a ferida da subjugação entre o que é produzido hegemonicamente e o que vem das periferias (Espinosa-Miñoso, 2009; Mohanty, 2008). É a partir disso que se torna tão importante sair dos meios teóricos acadêmicos e entender como tais ideias bebem e possibilitam aprimoração dentro dos trabalhos práticos, sejam eles para construção da paz, para a luta patriarcal antirracista ou mesmo na intersecção desses assuntos.

A ideia da interseccionalidade no ocidente caminha junto a mobilização feminina de grupos como o movimento negro, quando as mulheres negras entenderam que o movimento feminista não englobavam as desigualdades sofridas por serem negras e o movimento negro possuía um viés descontextualizado de gênero, sofrendo assim, racismo por parte do movimento feminista e machismo por parte do movimento negro. Desse modo, a teoria do feminismo interseccional surge com o objetivo de dialogar com as “avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo” (Akotirene, 2019, p. 18). Isso se dá, principalmente, como apresenta Carla Akotirene em seu livro da coletânea “Feminismos Plurais”,

não poderemos mais ignorar o padrão global basilar e administrador de todas as opressões contra mulheres, construídas heterogeneamente nestes grupos [LGBTQIA+, pessoas deficientes, indígenas, religiosos de religiões de matriz africana e trabalhadoras], vítimas das colisões múltiplas do capacitismo, terrorismo religioso, cisheteropatriarcado e imperialismo. (Akotirene, 2019, p. 18)

Ou seja, os padrões de opressão das mulheres não são isolados nem iguais para todas, mas estão inseridos em um padrão global que age de diferentes formas, conforme a interseccionalidade de tais marcadores. É necessário entender a heterogeneidade do entendimento do que é interseccionalidade e como tal conceito pode ser usado, analiticamente, de diferentes formas. Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) apresentam que o uso da interseccionalidade muito se deu na tentativa de lidar melhor com problemas sociais, problemas estes normalmente ligados com questões próprias ou situações próximas a que se pensa sobre isso. Entretanto as autoras apresentam que generalizar o que seria o pensamento interseccional por meio de casos particulares e específicos de um determinado grupo pode levar a uma perda da “descoberta subjacente à forma como as pessoas realmente entendem e usam as estruturas interseccionais” (Collins; Bilge, 2021, p. 55).

Entretanto, para além de tais marcadores, importa compreender que “a essência da interseccionalidade está no atravessamento de eixos de dominação, os quais podem estar, ou

não, relacionados a esses marcadores” (Oliveira; Murad, 2022, p. 132). Isso é, a ideia da interseccionalidade se dá como um processo de práxis teórico-metodológico que deve ir além apenas das questões voltadas à raça, gênero e classe e integrar, como as feministas latino-americanas desenvolvem, questões voltada também, por exemplo, a territorialidade ao processo histórico do espaço, que perpassa questões de colonialidade, ditaduras e opressões que se colocam muito específicas em cada ambiente. Uma vez que, opressões de mulheres brancas do meio rural se diferenciam de opressões de problemáticas de mulheres negras em grandes cidades, mesmo sem comparações classistas, que devem ser feitas.

Assim, a ideia da interseccionalidade por meio da investigação e da prática crítica, que visam entender, estudar e transformar as relações de poder. Dentro da acadêmica, o termo e o estudo da interseccionalidade cresceu e se transformou, possibilitando seu alargamento, todavia é importante entender o esforço das iniciativas e trabalhos em prol da inclusão, equidade e diversidade, seja dentro da própria academia ou através das ações do meio empírico (Collins; Bilge, 2021). Tais ideias se formam em ampliação ao que Crenshaw desenvolve em seus textos, uma vez que para autora que cunhou o termo, a interseccionalidade, para ela, não visa construir uma “nova teoria da identidade totalizante”, mas uma “metodologia”, ou “conceito provisório” (Crenshaw, 1991). Adicionalmente, autoras como Patrícia Hill Collins e Carla Akotirene colocam a interseccionalidade como um conceito vivo, não totalizante mas com a tentativa de abarcar diferentes temáticas, problemáticas e discussões.

Em contraponto, Ochy Curiel, autora e feminista lesbica dominicana, pensa a interseccionalidade e, principalmente expõe críticas do porquê tal conceito desenvolvido por Crenshaw, em sua totalidade, não passa de “uma proposta liberal e moderna, embora tenha sido proposta por uma mulher afro-americana” (Curiel, 2019, p. 42). A ideia de interseccionalidade no cerne formador, isso é, como foi pensado nos anos 1980 pela estudiosa estadunidense, segundo critica a autora, entende que a raça e o gênero possuem uma certa autonomia, mas, como eixos de subordinação, estão ligados, logo interseccionados (Curiel, 2019). Entretanto o conceito caminha por um multiculturalismo liberal, isto é, pouco se aborda e questiona as especificidades das mulheres fundamentalmente racializadas, não pensando assim no porquê dessa inclusão (Curiel, 2019).

Assim, Ochy Curiel (2017, 2019), ao se referir a essa inter relação, utiliza-se o conceito de imbricação, dado que “tanto a raça quanto o gênero, a classe, a heterossexualidade, etc. foram constitutivos da episteme moderna colonial, não são simples eixos de diferenças, mas são diferenciações produzidas pelas opressões imbricadas que o

sistema colonial moderno produziu.” (Curiel, 2019, p. 45). Vale ressaltar que, para Ochy Curiel, que se define como uma feminista lésbica e se propõe a pensar a sexualidade em seus trabalhos, a interseccionalidade como teoria, criada e pensada no norte, pouco se discute sobre as pressões voltadas à heterossexualidade compulsória.

A imbricação dessas categorias [raça, gênero, classe, sexualidade, etc] nos permite compreender como o regime da heterossexualidade não só afeta as lésbicas ou as pessoas com sexualidades não normativas, como também, e sobretudo, a todas as mulheres, dada sua dependência emocional, material e simbólica dos homens. (Curiel, 2017, p. 57)

A noção de sexualidade compulsória, ou heterossexualidade compulsória possibilita, para além da interseccionalidade, entender um regime de opressões que está presente desde a colonização, por meio da construção de uma cidadania liberal que desenvolve uma família nuclear onde “definem categorias de cidadania e estas, por sua vez, estão atravessadas por relações de gênero, de raça, de sexualidade e classe na colonialidade” (Curiel, 2017, p. 58).

Além disso, principalmente por meio do movimento feminista negro brasileiro se entendem outras formas de se pensar para além da interseccionalidade, uma vez que,

[...] o conceito de interseccionalidade não mais serve para preencher de sentidos as suas experiências nas encruzilhadas de múltiplos sistemas de opressão, uma vez que este é apropriado e esvaziado do seu sentido enquanto ferramenta de luta a partir de sua circulação acadêmica, controlada pelas formas de racismo por omissão ou pela alteração do seu sentido político. (Bueno; Dos Anjos, 2021, p. 364)

Como a própria citação apresenta, algumas autoras optam pela ideia de encruzilhada a fim de pensar em uma ideia de representação não essencialista das experiências e realidades (Bueno; Dos Anjos, 2021; Honorato; Honorato, 2021). Entretanto, ao entender a interseccionalidade como uma metodologia e/ou como um conceito vivo, é possível ampliar sua conceitualização a partir dos complementos e das críticas apresentados por autoras como Ochy Curiel e pelo movimento feminista negro brasileiro, o que possibilita a análise dos cruzamentos das desigualdades de maneira conjunta, sem a exclusão de uma forma de análise em detrimento de outra. Dado que, de modo geral, todas trabalham a fim de pensar a construção de processos de opressão e desigualdade.

Se entende a necessidade das propostas latino-americanas, que, para além do entendimento interseccional de raça, classe e gênero, se pensar a América Latina, se torna impossível sem a ideia da colonialidade. Através das críticas a Quijano (2000), um dos principais pensadores e expoentes da teoria decolonial, ligadas à falta da ideia de gênero dentro dos estudos decoloniais clássicos, é possível unir e entrelaçar tais discussões.

Além disso, dentro da América Latina se soma a discussão da interseccionalidade a superação da colonialidade discursiva (Mohanty, 2008) e, conseqüentemente, a colonialidade do saber e do poder (Quijano, 2000) e a colonialidade de gênero (Lugones, 2008) a fim de concretizar as problemáticas vindas dos movimentos feministas latino americanos como formas de se pensar essa interseccionalidade, incluindo diferentes marcadores sociais, como a própria noção da colonização que, historicamente, representa e soma a desigualdades sociais, assim como a raça e a classe.

E, junto as noções de colonialidade também é visto como importante, como Curiel expressou anteriormente, “vê-se que a sexualidade também foi um fator de discriminação vivenciado pelas mulheres e, por isso, inserido como um dos marcadores sociais a serem combatidos nos movimentos de resistência por elas liderados” (Oliveira; Murad, 2022, p. 134). Assim, concomitantemente as lutas de colonização, raça e classe, discriminação sexual também se coloca como um tópico de debate, evidenciando a necessidade da interseccionalidade relacionar com diferentes marcadores, relativos ao período, espaço e grupos que a discutem e compõe.

Oliveira e Murad expõem que “ainda, apesar de bastante relacionado ao ambiente acadêmico, foi entre os movimentos sociais que a interseccionalidade ganhou força teórica e metodológica ao longo dos anos” (Oliveira; Murad, 2022, 133). Amplamente estudados, os movimentos negros estadunidenses, por meio de panfletos políticos e formas de artes se envolveram em processos locais que com o tempo se tornaram “sensibilidades interseccionais” (Collins; Bilge, 2021, p. 91). Além disso, os movimentos sociais feministas para a paz, ao redor do mundo, possibilitam entender como tal ideia está presente nos processos mesmo sem a necessidade teórica de nomeação.

Desse modo, se percebe como a práxis interseccional presente nos movimentos sociais possibilitam o aprimoramento de teorias e que se tornam mais conectadas com a realidade e com as opressões de cada grupo que a ela é submetida, complexificando e apresentando lacunas que precisam ser preenchidas. Para isso, é importante entender o desenvolvimento e a formação dos movimentos sociais, através de suas teorias próprias, o que permite criar as bases para a teorização, uma vez que, por meio das teorias dos movimentos que se entende como pode ser elaborado e justificado determinadas formações. O próximo tópico tem como objetivo destrinchar as teorias dos movimentos sociais a fim de entender seu real papel nesse processo.

1.3. MOVIMENTOS SOCIAIS E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Os esforços para a paz e os pensamentos feministas se tornam práticos e atingem seus objetivos por meio do trabalho dos movimentos sociais e da sociedade civil. Os movimentos sociais são um processo de caráter político-social, no qual representam fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes (Gohn, 2011) e, conseqüentemente, permitem o aprofundamento na discussão de problemáticas, não só da sociedade civil, mas como também questões internacionais. Para se entender como se dá a construção dos conhecimentos dos movimentos, isso é, das teorias que tem como objetivo explicar a formação e a manutenção dos movimentos sociais, é necessário

[...] buscar as redes de articulações que os movimentos estabelecem na prática cotidiana e indagar sobre a conjuntura política, econômica e sociocultural do país quando as articulações acontecem. Essas redes são essenciais para compreender os fatores que geram as aprendizagens e os valores da cultura política que vão sendo construídos no processo interativo. (Gohn, 2011, p. 334)

O entendimento de como é e como se estruturam os movimentos sociais, desse modo, depende de como as redes de articulação se colocam frente ao processo para qual ele está lutando contra, ou mesmo se estabelecendo em favor. Assim, não é possível pensar os movimentos sociais como uma organização única e facilmente definida por meio de uma única análise ou teoria. Embora os movimentos sociais apresentem sua importância ao se criar uma memória que vem a ser resgatada para dar sentido às lutas (Gohn, 2011, p. 336), eles representam ações coletivas que proporcionam diferentes formas de se organizar e expressar suas demandas, através de diferentes estratégias (Gohn, 2011).

Assim, se torna necessário entender como se desenvolvem as teorias dos movimentos sociais, dentro das literaturas que se debruçam em tais formações sociais. A fim de possibilitar uma compreensão clara de como ocorre tais separações e definições, em fins didáticos e de melhor assimilação dos processos que, apresentando uma mesma roupagem de movimentos coletivos, apresentam formações, meios e fins tão distintos entre si.

1.3.1 Formação e desenvolvimento dos Movimentos Sociais na América Latina

A construção do que seria os movimentos sociais iniciaram por meio do desenvolvimento de teorias que visavam entender como se davam as mobilizações coletivas, que inicialmente representavam ações e multidões que se moviam por mudanças pacíficas e, na maior parte das vezes, desinteressadas ao poder do Estado, como os movimentos hippie de “faça amor, não faça guerra” (Alonso, 2009). Entre os anos 1930 e 1960 as teorias dos movimentos sociais receberam, o que é caracterizado por Angela Alonso (2009) como um

“balde de água fria”, uma vez que os autores que se colocavam para estudar tais processos, em diferentes abordagens, iniciaram a discussão sobre a desmobilização política, argumentando que “o individualismo exacerbado da sociedade moderna teria produzido personalidades narcísicas, voltadas para a autossatisfação e de costas para a política” (Alonso, 2009, p. 50).

Contudo, longe de se desmobilizar, os movimentos sociais foram se complexificando e focando em outras bases de luta. Conseqüentemente, as teorias precisaram seguir pelo mesmo caminho para que fosse possível explicar os acontecimentos que a eles remetiam. Foi necessário um novo olhar para tais movimentos, uma vez que não eram mais encabeçados apenas pela classe trabalhadora mas por estudantes, donas de casa, idosos, etc (Brandão, 2011), com isso, tais ações coletivas, em sua maioria pluriclassistas,

Não se baseavam em classe, mas sobretudo em etnia (movimento pelos direitos civis), gênero (o feminismo) e estilo de vida (o pacifismo e o ambientalismo), para ficar nos mais proeminentes. Tampouco visavam a revolução política, no sentido da tomada do poder de Estado. (Alonso, 2009, p. 51)

Assim, as teorias tradicionais dos movimentos sociais se dão por meio de três frentes: a Teoria de Mobilização de Recursos, a Teoria do Processo Político e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (Alonso, 2009; Brandão, 2011). As duas primeiras representam tradições de teorização ligadas às manifestações tradicionais dos Estados Unidos (Gohn, 2007), dado que ficavam no entendimento do processo dos movimentos por meio de uma burocratização e/ou racionalidade, na Mobilização de Recursos, e na priorização de como a interação social de diferente grupos, a partir de uma solidariedade, gerava o pertencimento a uma mesma rede, na Teoria do processo Político (Brandão, 2011; Tilly, 1978).

Por outro lado, Teoria dos Novos Movimentos Sociais, como o próprio nome já apresenta, visa entender o surgimento e complexificação dos novos movimentos, entendendo que, em uma sociedade pós-industrial, os movimentos e ações coletivas seriam relativos apenas às disputas voltadas ao controle dos padrões culturais (Touraine, 1985), uma vez que os conflitos por bens não materiais se intensificaram em detrimento dos bens materiais (Brandão, 2011). Assim, tal teoria entende que os movimentos sociais visavam a luta e resistência contra a colonização, desse modo, o foco das lutas deixa de ser diretamente o Estado, já que “suas demandas seriam simbólicas, girando em torno do reconhecimento de identidades e estilos de vida. [...] não se dirigiram prioritariamente ao Estado, mas à sociedade civil” (Alonso, 2009, p. 67).

Os novos movimentos sociais poderiam ser caracterizados como “subculturas defensivas”, uma vez que eram formados por grupos cujo o estilo de vida havia sido afetados

por alguma situação problema, Habermas (1981) os separa em *green problems*, como os efeitos do desenvolvimento capitalista através da urbanização, poluição, etc; e *over-complexity*, ligado a problemas voltados a mudanças tecnológicas, como riscos de usinas nucleares, poder militar, uso de informações pessoais (Alonso, 2009). A crítica a tal teoria se pautou em pesquisas práticas que mostravam que a luta por bens não materiais já existiam antes das sociedades pós-industriais e os conflitos de bens materiais continuaram com protagonismo dentro dos movimentos sociais coletivos.

Na América Latina, a influência teórica foi inicialmente por meio do paradigma marxista, predominantemente europeu, dado que “diante da realidade pujante de movimentos engajados na luta social em toda a América Latina, o paradigma norte-americano então vigente, da Mobilização de Recursos, não fazia o maior sentido” (Gohn, 2007, p. 216). Como apresentado por Gohn (2007), os analistas latino-americanos, principalmente os brasileiros, sempre criticaram e estigmatizaram as teorias estadunidenses como funcionalista-conservadora e se aproximavam das europeias, as definindo como progressistas e críticas. Entretanto, assimilaram vários conceitos e categorias norte-americanas por desconhecimento dos processos de debate e interação do cenário internacional.

Conceitos esses como o de redes sociais, no qual atribuíam a teoria dos Novos Movimentos Sociais (Gohn, 2007). Teoria essa que, a partir dos anos 80, foi tomando conta dos debates na América Latina, crescendo até os anos 90, quando estagnou “levando a uma certa ‘orfandade teórica’ aos analistas latino-americanos [...] por estarem bastante presos ao referencial europeu” (Gohn, 2007, p. 218). Entende-se assim, que com a mudança dos processos históricos e sociais, muitas teorias sobre movimentos sociais foram pensadas e discutidas para que fosse possível ter definições claras sobre a temática. Além disso, a partir dos anos 60, os movimentos sociais

privilegi[aram] uma categoria de análise e ação em detrimento de outras: por exemplo, raça no movimento em favor dos direitos civis; gênero no movimento feminista; classe no movimento sindical. [...] As questões específicas que afligem as mulheres negras permaneciam relegadas dentro dos movimentos. (Collins; Bilge, 2021, p. 19)

Adentrando as discussões das Relações Internacionais, R. B. J. Walker (2021) desenvolve um trabalho sobre os movimentos sociais, no qual os entende como atores da política internacional. O autor expõe a ideia de que os movimentos sociais devem ser vistos como os fenômenos que eles são, isso é, por serem sociais ocorrem dentro de uma sociedade, em consequência, tais espaços existem dentro de determinadas estruturas políticas que tornam possível a existência da mesma, com um Estado e o sistema de Estados (Walker, 2021, p.

604). Com isso, os “movimentos sociais podem, então, ser lidos como agentes desta revelação, e a política mundial pode ser lida como a comunhão da humanidade assim revelada” (Walker, 2021, p. 610).

É importante, por conseguinte, levar a sério por meio de suas reivindicações dentro da política mundial, assim, Walker apresenta críticas sobre as teorias anteriormente apresentadas, uma vez que “falar sobre novos movimentos sociais é, no mínimo, fazê-lo em relação a premissas sobre como eram os antigos. É medir suas conquistas em relação às outras práticas políticas e instituições conhecidas” (Walker, 2021, p. 614). Desse modo, se entende que o desenvolvimento do que são e como analisar os movimentos sociais, na realidade, se dá a partir de uma resgate e junção de várias teorias e formas de entender tal processo, uma vez que, através de sua complexificação, não é possível inseri-lo em uma só motivação.

Paralelamente, pode-se entender por meios das tentativas de teorização e críticas às teorias dos movimentos sociais que não é possível definir nem estabelecer marcos na linha do tempo histórica em que determinadas demandas e lutas se iniciaram ou se findaram. Uma vez que, a partir do momento que tais lutas coletivas representam uma coletividade heterogênea, seus caminhos seguem um desenvolvimento quase orgânico de demandas que não se findam, mas se alteram e aperfeiçoam, sendo complexificado, criado termos e nomes para tais desenvolvimentos. É assim, que pode-se entender o movimento que gera o conceito da interseccionalidade, pensado a mais de 20 anos atrás mas que se coloca em alta atualmente.

A sensibilidade interseccional foi fundamental para a análise da relação entre teoria e movimentos sociais, pois permitiu a percepção de como as relações de poder atingiam os corpos de forma simultânea e inter-relacionadas, propiciando diferentes experiências aos sujeitos, dependendo da realidade em que vivem. (Oliveira; Murad, 2022, p. 134)

Desse modo, os movimentos sociais, principalmente desde o início do século, seguem a tendência de reafirmar a diferença, trazendo a alteridade para se fazer reconhecido (Svampa, 2010). Consequentemente, o interseccional perpassa esses desenvolvimentos, por meio dos processos de reconhecimento e fortalecimento da diferença necessária para o estabelecimento de uma processo de luta e mudança social efetivamente presente e ativo. Mesmo que seja uma tendência mundial, os movimentos latino-americanos “têm multiplicado e expandido sua capacidade de representação, isto é, tem ampliado enormemente sua plataforma discursiva e representativa em relação à sociedade.” (Svampa, 2010, p. 14, tradução minha).

Os movimentos sociais caminham junto às mudanças internacionais, podendo destacar uma configuração de um “novo internacionalismo⁴”, como apresenta Svampa (2010), a fim de entender como os movimentos sociais têm se destacado na arena internacional.

A partir de 1999, se multiplicou os espaços de coordenação e foros sociais, que apontam a capacitação e a convergência de diferentes lutas contra a globalização neoliberal. Para além das diferenças ideológicas e sociais que se caracterizam ao heteróclito “movimentos dos movimentos” [...] se foi moldando um discurso crítico a respeito da globalização neoliberal. (Svampa, 2010, p. 15)

Assim, Svampa (2010) apresenta três elementos comuns para tal processo. O primeiro se relaciona às indagações das novas estruturas de dominação, ligadas à transnacionalização do capital. O segundo representa a rejeição da mercantilização das relações sociais, que se estabelece de maneira crescente por meio de um produto da chamada globalização neoliberal. O último elemento comum é, efetivamente, a revalorização e defesa dos direitos da sociedade civil, seja direitos culturais, territoriais e direitos humanos. É através desses elementos que os movimentos sociais, principalmente na América Latina, se reorganizam, por meio de novos espaços de coordenação (Svampa, 2010).

Para isso, a autora expõe as matrizes político-ideológicas que possibilitam uma divisão das tipologias de luta e, conseqüentemente, permite entender as características centrais dos movimentos atuais. Assim, partindo da ideia de que:

[...] os movimentos sociais são heterogêneos em suas demandas e, ao mesmo tempo, possuem um potencial antagônico, uma das questões e debates centrais está ligada à possibilidade de articular as lutas, o que depende não apenas do potencial unificador de determinados temas e estruturas de ação, mas também dos vínculos que são tecidos entre as várias tradições político-ideológicas presentes no campo militante de contestação. (SVAMPA, 2010, p. 18)

Entretanto, é importante entender que não é possível, na prática, perceber essas matrizes de maneira pura, isto é, através das dinâmicas de cada território, acontecimento e processo elas se entrecruzam e gerando outras formas de concepção, modos de pensar e fazer política (Svampa, 2010). Tais definições trabalham a fim de conseguir abarcar “aqueles elementos mais dinâmicos e organizadores presentes nas diferentes configurações político-ideológicas” (Svampa, 2010, p. 18). Assim, os movimentos conseguem não priorizar apenas uma matriz de luta, ampliando o foco e possibilitando o desenvolvimento dessa coletividade heterogênea.

⁴ Expressão retomada por José Seoane e Emilio Taddei (2009) a fim de expressar as novidades que introduziram na recuperação de tradições passadas de solidariedade e articulação sociopolítica em nível global, que se cristalizaram, entre outros, na história das Internacionais.

Na América Latina o estudo das teorias dos movimentos sociais se apoiam nas novas demandas, conflitos e formas de organização que se desenvolveram pelas transformações do final do século XX. As maneiras que se estruturam os movimentos na América Latina não foram semelhantes em todo o continente (Gohn, 2007) enquanto nos países mais industrializados a luta dos movimentos se iniciaram nos grandes centros e, a partir deles, se espalharam pras outras regiões, nos países com a base econômica agrária, os movimentos se instauraram primeiro nas áreas rurais, pequeno vilarejos, mais próximos de rebeliões populares (Gohn, 2007).

Assim, no contexto latino-americano, o repertório utilizado e criado acabou por levar a agendas diversificadas para cada um dos movimentos. Maria da Glória Gohn (2008) expõe que:

As transformações que ocorreram no mundo, nas últimas décadas, e que acabaram por influenciar as mudanças de foco nos movimentos sociais em geral, e na América Latina em particular, permitem-nos afirmar que os movimentos sociais não mais se limitam à política, à religião ou às demandas socioeconômicas e trabalhistas. Movimentos por reconhecimentos, identitários e culturais, ganharam destaque ao lado de movimentos sociais globais. (Gohn, 2008, p. 442)

Com isso, a autora apresenta alguns eixos analíticos das teorias latino-americanas dos movimentos sociais, com o foco em teorias construídas a partir de eixos culturais e construção da identidade e teorias focadas no eixo da justiça social; (Gohn, 2008). O uso dessas teorias se colocam presentes, de maneira explícita ou não, nas discussões sobre os movimentos sociais. Desse modo, as teorias expostas anteriormente, de paz e pensamentos feministas, se conectam a esse processo a medida que buscam, por meio desses dois eixos focais, a superação de desigualdades, possibilitando uma conexão explícita a fim do desenvolvimento da paz feminista. Os movimentos sociais feministas, como apresenta Gohn (2007) , se encaixam nos novos movimentos sociais, seguindo tais eixos teóricos.

Com essas novas formas de se ver os movimentos sociais e suas teorias, muitos conceitos ganham força, entretanto as redes sociais, isso é fóruns e conexões entre diferentes grupos que, de alguma maneira possuem objetivos e problemáticas em comum, e o território, uma vez que é o “fruto de um conjunto de condições, predominando o tipo de relações sociais e produtivas que são desenvolvidas” (Gohn, 2008, p. 445) possui um grande foco nesses processos.

Dentro da América Latina, a interseccionalidade de questões como classe, raça, etnia, grupos religiosos, etc, passam a ser indicadores, uma vez que tais definições possibilitam o entendimento de como se desenvolve os conflitos (Gohn, 2008) e questões que, por

consequência, geram desigualdades e disputam que propicia a criação de grupos com os mesmos interesses que levam a formação dos movimentos sociais. Para se estudar os movimentos sociais latino-americanos, desse modo, é necessário um enfoque multidisciplinar, uma vez que, diferentemente dos movimentos europeus e estadunidense, os países latino-americanos, mesmo que muito diferentes, possuem processos históricos muito parecidos (Gohn, 2007), que moldaram e modificaram as formas de estruturação do Estado, da sociedade e da mobilização política.

1.3.2 Movimentos sociais feministas e para a paz na América Latina

Como já foi exposto anteriormente, as teorias feministas surgiram em concomitância, e até mesmo depois, dos movimentos empíricos e da complexificação dos grupos de luta femininos, nos mais diferentes contextos. Assim, os movimentos feministas latino-americanos caminharam através de um desenvolvimento amplo, o que gera muitas vertentes de luta, mas também muitas tensões,

[...] a consciência feminista latino-americana foi alimentada pelas múltiplas contradições experimentadas pelas mulheres atuantes nos movimentos guerrilheiros e nas organizações políticas, por aquelas que foram obrigadas a exilar-se, que participaram do movimento estudantil, das organizações acadêmicas politizadas e dos partidos progressistas. (Costa, 2004, p. 04-05)

Entende-se que, através de várias formas de se inserir nas lutas, os movimentos sociais feministas foram se desenvolvendo a partir das lutas armadas. Lutas essas provenientes, em sua maioria, dos processos de resistência perante as ditaduras militares que se instauraram a partir do fim da década de 60 em diversos países da América Latina (Costa, 2004), até lutas com viés popular, provenientes do campo e dos processos de formação sindical.

Nos anos 1990, as organizações e mobilizações femininas já se mostravam complexas e com o fortalecimento da interseccionalidade de demandas e lutas. A agenda política feminista, por meio do crescimento do feminismo popular e da consolidação das organizações de feministas negras, se amplia, por meio do entendimento da pluralidade de “pontos de vista, enfoques, formas organizativas e propriedades estratégicas” (Alvarez, 1994, p. 278).

Como Gohn (2008) expõe, os movimentos sociais de mulheres se estruturam através de teorias voltadas aos eixos culturais e de justiça social, uma vez que constroem significados por meio de um reconhecimento tanto de grupo de interesse, quanto uma forma de se pensar as desigualdades. Desse modo, o desenvolvimento dos movimentos feministas englobam

diferentes teorias de análise, apresentando a complexidade. Entretanto, com um fim de superação das desigualdades que perpassa e atravessa as mulheres e suas interseccionalidades.

Adicionalmente, Sonia Alvarez (2001), em seu texto sobre os feminismos latinoamericanos nos anos 90 apresenta algumas tendências políticas dos mesmos, a partir da preparação dos movimentos feministas brasileiros para a conferência de Beijing. Um primeiro ponto a se destacar foi a ampliação da presença de diferentes identidades a luta feminista

[...] a ampliação dos espaços e lugares de atuação das auto-identificadas feministas com a incorporação e visibilidade de outras identidades feministas: o feminismo negro, o indígena, o lésbico, o popular, o acadêmico, o ecofeminismo, o das assessoras governamentais, o das profissionais das ONGs, o das católicas, o das sindicalistas, isto é, mulheres feministas que não se limitam sua atividade às organizações do feminismo autônomo. (Costa, 2004, p. 09)

Alvarez (2001) complementa que o rápido crescimento da presença nos espaços onde atuavam mulheres que se autodenominavam feministas levou a uma fronteira cada vez mais turva entre as práticas diretamente feministas e as não feministas. O que levou a um foco maior nos processos que tinham como protagonismo mulheres que estavam preocupadas, de alguma maneira, com a questão de gênero, levando a uma ampliação dos objetivos dos movimentos que, no momento, já estavam organizados.

E é através desse alargamento observado que os movimentos amplamente feministas em busca de um objetivo comum se fortalecem. Além disso, como um segundo ponto importante desse processo, tem-se efetivamente uma chamada “ONGeização” (Alvarez, 2003, p. 93) dos movimentos. Isto é, uma especialização e profissionalização progressiva de setores importantes a partir da vista de uma necessidade de trabalhar, de maneira mais especializada na real aplicação dessas pautas e políticas defendidas pelos grupos (Alvarez, 2003; Costa, 2004).

Como um processo contínuo, a profissionalização possibilitou uma crescente presença nos espaços e lugares da política, que, conseqüentemente levou a uma transnacionalização dos discursos e práticas, proporcionando um aumento da influência “nos âmbitos políticos em nível mundial, regional e nacional, interferindo em pautas, em deliberações e definição de ações políticas” (Costa, 2004, p. 10). Entretanto, tal institucionalização das pautas do movimento feminista também gerou certas desconfianças e tensões, principalmente por meio de um acirramento do enfrentamento entre as feministas autônomas e as institucionalizadas (Alvarez, 2003; Costa, 2004). Tal processo pode ser visto por meios das EFLACs, Encontro

Feminista Latino-Americano e Caribenho, principalmente o encontro ocorrido no ano de 1996, em Cartagena, no Chile.

Todavia, tais tensões foram se dissipando por entre os outros encontros, com o desenvolvimento mais objetivo das pautas e formas de luta das feministas institucionalizadas, além do estabelecimento de uma clara e importante descentralização das práticas latino-americanas (Alvarez, 2003). Tornando mais difícil uma separação entre as pautas feministas e não feministas mas também possibilitando a maior inserção de outras temáticas nas discussões e agendas dos movimentos feministas da América Latina e Caribe.

A construção desses movimentos de mulheres, tal como os movimentos ligados a uma nova identidade política, se orientam por meio da busca de dimensões voltadas à construção de sociedades mais igualitárias e à promoção dos direitos humanos. Desse modo, mesmo que fora de uma nomeação direta de construção da paz, tais processos constroem estruturas que trabalham e potencializa a valorização da paz, como a definida na paz feminista. Além disso, a própria construção das identidades coletivas convergem na difusão de valores como igualdade, liberdade, paz, sustentabilidade social e ambiental, entre outras (Scherer-Warren, 2006).

Vale ressaltar, que muitos movimentos incorporam a noção de paz ou definições de pacifista pensando em uma “rejeição do uso da força nos assuntos internacionais, até demandas mais moderadas por reformas do sistema internacional.” (Nehring, 2017), entretanto não complexifica tal definição. Desse modo, tais abordagens mantêm-se centradas na não violência, dedicando atenção limitada às formas de superação das violências que não estão diretamente associadas a conflitos de larga escala. Nesse sentido, movimentos como o feminista acabam por refletir de maneira mais aprofundada sobre a construção da paz, ainda que não empreguem explicitamente essa terminologia.

Em paralelo, muitos movimentos sociais ligados às temáticas da paz representam processos de luta pelos direitos humanos e, para além disso, uma luta a favor da justiça social. José Poker (2018) argumenta que

Os movimentos sociais testam os limites práticos dos Direitos Humanos em equacionar soluções pacíficas para conflitos decorrentes do choque de interesses ou de tensões interindividuais e intergrupais diversas, provocadas pela dinâmica da vida social. [...] os movimentos sociais contribuem criticamente para o aperfeiçoamento deles [direitos humanos]. (Poker, 2018, p. 218)

Desse modo, é possível entender que os movimentos sociais se formam e atuam, de maneira prática, na construção e manutenção da paz, uma vez que contribuem para a construção de uma rede de globalização ligada à solidariedade (Gohn, 2011). Como exposto

anteriormente, Galtung (1969) define as diferentes formas de se entender a violência e, por meio dessas diferenciações, é possível esquematizar os processos nos quais os agrupamentos sociais lutam. Os movimentos encontram “formas criativas, inovadoras, de empregar as referências na legitimação de demandas e na regulação de relações originalmente não previstas, como são os casos das reivindicações presentes nas lutas em torno da sexualidade, etnicidade, relações de gênero, entre outros” (Poker, 2018, p. 218).

Assim, por meio de subjetividades diversas, dado a formação interna e externa dos movimentos não homogêneos (Gohn, 2007) as formas de se ver a violência possibilita compreender como a construção da paz é um dos pilares do desenvolvimento dos movimentos sociais. Entendendo a necessidade de se pensar através do olhar da interseccionalidade a fim de analisar tais agrupamentos de luta. Em concomitância, como argumenta Gohn (2011) que se antes a paz era considerada o contrário da guerra, atualmente ela é almejada como necessidade ao cidadão comum, no cotidiano.

Isso possibilita entender que, tal construção de uma paz positiva, que representa a afirmação dos direitos humanos e a luta por justiça social, no meio tido como comum e até teoricamente pacífico, precisa do engajamento dos movimentos sociais. Reforçando que não é apenas com teoria que se constrói narrativas e desenvolvimentos outros que representam uma real mudança, de maneira visível e palpável. Além disso, os movimentos sociais tais como definidos anteriormente se fortalecem no desafio de transformação das estruturas sociais e promoção de cidadania (Gohn, 2012), dialogando diretamente com as noções ligadas a paz positiva, porém quando se pensa nos movimentos de mulheres, eles extrapolam tal noção, sendo diretamente ligado a paz feminista.

Desse modo, como apresentado anteriormente, a paz feminista se fortalece por meio da construção de processos ligados à justiça social, dado que, se pensar a paz através desse olhar vai muito além da superação de conflitos e a construção de uma sociedade sem guerra, mas visa à segurança das mulheres. Com isso, a construção dos movimentos sociais feministas, a partir de um olhar ligado a superação da desigualdade e a construção de uma equidade social se estabelece como um processo prático e ativo em prol de uma paz feminista. Conseqüentemente, ao analisar a paz através do olhar feminista, é necessário olhar os processos protagonizados pelos movimentos sociais de mulheres que lutam pelas mulheres e a diminuição das assimetrias.

1.4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Este capítulo teve como objetivo apresentar os componentes teóricos necessários para o desenvolvimento do trabalho como um todo. Desse modo, foi possível analisar, de maneira breve, como se desenvolveram os Estudos para a Paz, com um foco na paz positiva e nos avanços e agendas feministas para a paz, por meio da paz feminista. Além disso, uma parte do trabalho se debruçou nos feminismos latino-americanos e seus potenciais interseccionais. Por fim, a última parte ficou a cargo da conceitualização e apresentação das teorias dos movimentos sociais e suas especificidades no meio latino-americano, com um foco nos movimentos feministas e movimentos para a paz.

Os marcos teóricos possuem muitas semelhanças contextuais, uma vez que, de maneira consequencial uma epistemologia caminhou transversalmente com outra a fim de possibilitar o aprimoramento e aprofundamento de tais processos. Desse modo, podemos pensar nos Estudos para a Paz, na qual, mesmo que fundamentalmente teórico, se teoriza por meio das inquietações vindas da práxis. As próprias noções de violência possibilitam entender sobre tais ideias. Johan Galtung, um dos principais autores dos Estudos para a Paz críticos, entendeu que, a paz, para muito além da oposição de guerra, se opõe a violência, isto é, para que tenha a possibilidade de uma construção de paz de maneira efetiva e positiva é necessário pensar nas diferentes formas de violência.

Para isso, se entende a violência não só como o uso da coerção através da força física ou psicológica, no qual Galtung nomeia como violência direta. Mas também existem outras formas de violência, como a violência estrutural e a violência cultural, respectivamente através das estruturas, instituições e dos aparatos culturais que desenvolvem ambientes de insegurança e desigualdade para determinados grupos sociais. Com tais definições é possível entender que a paz não se constrói apenas com a finalização de um conflito armado, para além, é necessário pensar em justiça social. É nessa justiça que os feminismos se tornam tão importantes.

Os estudos para a paz feminista caminham a fim de desenvolver um cenário de justiça e seguranças as mulheres, entendendo as especificidades que levam as mulheres a serem mais vulneráveis em ambientes de conflito porém também em ambientes onde não existem conflitos diretos, teoricamente pacíficos. Entretanto, para isso é necessário desvincular as noções de gênero e mulher como uma categoria universal e, principalmente, entender que o próprio feminismo não é único, dado que cada espaço e cada grupo demanda diferentes formas de luta. Assim, com o foco na América Latina é impossível não pensar nos

feminismos latino americanos e seus papel para o desenvolvimento de noções de feminismo mais democráticas e inclusivas.

Os feminismos latino americanos possuem um potencial intrinsecamente interseccional, mesmo entendendo-os como extremamente diversos e com diferentes focos e noções. Algumas vertentes bebem de teorias importada e, conseqüentemente, não estão tão ligados ao território e aos processos históricos e sociais que levaram a América Latina a se desenvolver dessa forma, entretanto muitas vertentes, que são o foco deste trabalho, se esforçaram para desvincular desse movimento mundial, focando, de maneira autônoma, no desenvolvimento e teorias feministas verdadeiramente latino-americanas.

É claro que tais movimentos caminharam com algumas noções “importadas” que facilitavam e possibilitavam a aproximação de conceitos. A interseccionalidade, desenvolvida pelas feministas negras estadunidenses, foi um desses conceitos. Pensado para um momento específico, a interseccionalidade cresceu e desenvolveu formas diversas de se pensar como os diferentes marcadores sociais e diferentes processos desiguais levam a diferentes formas de se encarar e entender alguns problemas, em maior ou menor medida. Através de críticas e aprimorações de tal conceito as feministas latino-americanas desenvolveram ideias como o imbricamento de Ochy Curiel que se aproxima epistemologicamente da interseccionalidade mas trazem aspectos importantes e necessários para a América Latina.

Por fim, tais processos feministas foram possível por meio do desenvolvimento dos movimentos sociais, uma vez que, como apresenta Maristella Svampa, é necessário uma ambivalência entre a prática e a teoria para que, tanto os desenvolvimentos teóricos como os movimentos práticos possam dialogar e desenvolver teorias que caminhem junto com as lutas historicamente desenvolvidas. A partir das teorias dos movimentos sociais é possível compreender as diferentes maneiras de se analisar historicamente a complexificação dos movimentos e, conseqüentemente, pontos importantes a se levar em consideração ao entender um grupo social e as formas de luta em prol a determinados objetivos.

Desse modo, é claro entender a correlação entre a paz, os feminismos e os movimentos sociais, que cria um arcabouço de como se entender os movimentos feministas que lutam pela paz nos diferentes contextos latino-americanos. Com tais teorias, será possível, no último capítulo, analisar como a articulação dos movimentos sociais, através da *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz* possibilitou desenvolver uma ideia própria do que seria paz, nomeada aqui como uma paz feminista internseciconal, devido ao imbricamento de demandas e pautas de luta.

2. O CONFLITO COLOMBIANO E AS NEGOCIAÇÕES PARA O ACORDO DE PAZ

Esse capítulo tem como objetivo apresentar tal contexto histórico de violência, tentativas de resolução de conflito e o acordo geral firmado pelo governo colombiano e as FARC-EP em 2016. Ele vem a fim de contextualizar o cenário no qual a *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz* está inserida, bem como entender os mecanismos pelos quais a coalizão, que será apresentada no terceiro capítulo, pode se inserir. Além de desenvolver como se deu o processo de negociações, cabe ao capítulo apresentar o papel da sociedade civil e dos movimentos sociais para as discussões do processo de paz e das mesas de negociação, papel esse que foi fundamental para que fosse possível o desenvolvimento de um acordo que se coloca como participativo e diferente das tentativas anteriores.

Desse modo, a primeira seção é marcada pela contextualização histórica do conflito colombiano. Nela se desenvolve algumas problemáticas voltadas à construção da Colômbia como Estado-Nação, que possibilitam explicar o início dos processos de violência presentes no país, bem como a formação da principal guerrilha do território, a FARC-EP. Em complemento, é de obra da seção apresentar as tentativas anteriores de construção de paz, expondo os processos e os mecanismos usados e, ao final, analisando alguns motivos que levaram a esses repetidos fracassos.

A segunda seção do capítulo se debruça nas negociações do Acordo Geral entre o governo colombiano e a guerrilha apresentada anteriormente. Para isso, primeiramente é exposto alguns caminhos que levaram até, efetivamente, as mesas de negociações, bem como o contexto do país no período apresentado. Posteriormente, são apresentados os pontos principais do acordo, dando ênfase em cada ponto para a temática das mulheres e da diversidade de gênero colocado de maneira explícita no acordo, uma vez que, no próximo capítulo será analisado e entendido essa presença.

Por fim, a última seção do capítulo enfatiza a participação da sociedade civil no desenvolvimento do acordo, apresentando alguns mecanismos de presença da sociedade civil, mas dando foco para os Fóruns Consultivos Formais, uma vez que eles tiveram grande relevância nas discussões sobre os seis pontos do acordo e, através deles, foi possível analisar o protagonismo feminino. Assim, dando argumentos para a formação da coalizão, melhor explorada no terceiro capítulo.

2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO CONFLITO COLOMBIANO: ATORES E PROBLEMÁTICAS

No início dos anos 2000, com o passar de mais de 40 anos desde o início dos conflitos, o território colombiano era um dos nove conflitos mais antigos ainda em curso no mundo e o conflito mais antigo em curso na América Latina, oficialmente desde 1964 mas a violência como um fenômeno ininterrupto desde 1948 (Pécaut, 1987; Pizarro, 2017). E, ao mesmo tempo que foi pioneira nas iniciativas para uma tentativa de finalização do conflito por meio das negociações, tais tentativas perduraram por longos anos, o que a levou a ser o último país a efetivamente firmar acordos de paz (Pizarro, 2017).

Uma das principais questões que geram conflitos tão longos é a dificuldade de superação por meio de negociações de paz, uma vez que, com o avanço dos conflitos armados, a via do diálogo e da possibilidade de se chegar em um resultado por meios pacíficos se tornam mais tortuosos. Isso se dá devido algumas razões, como: longos conflitos geram as chamadas “dívidas de sangue” (Pizarro, 2017, p. 24), isso é, uma série de perdas humanas através de mortes, desaparecimentos, assassinatos que criam ressentimentos e traumas entre os lados do conflito e, conseqüentemente, intermináveis ciclos de violência e respostas, ainda mais violentas, a esses processos (Pizarro, 2017). Além disso, longos conflitos contribuem para o crescimento da desconfiança e descredibilização das autoridades para com a sociedade civil, que perde a segurança e a esperança em resultados legítimos.

Razmig Keucheyan (2010) por meio de seu pensamento crítico desenvolve a ideia de que “tudo começa com uma derrota” (p. 17), seguindo tal linha, Eduardo Pizarro (2017) autor especialista no conflito e na paz colombiana amplifica tal expressão expondo que a paz na Colômbia nasceu de uma derrota. Entretanto, o que se pode entender quando pensamos que a paz na Colômbia nasce de uma derrota? A Colômbia é um país que desde sua independência teve dificuldades em se estabelecer como um Estado Nação estruturado, isso é, se preocupou com outras questões para além da unificação territorial e da população. Com uma geografia complexa devido a Cordilheira dos Andes que separa o país em regiões com difícil comunicação e que, por si só, já atrapalha a integração, atenuando características regionais e, conseqüentemente, divergências (Santos, 2011a). Assim, se dá a predominância do regionalismo e a manutenção de costumes e formas diferentes de se estabelecer em cada parte do país, dificultando gradativamente uma união efetiva.

Em outras palavras, “o país sempre conviveu com um quadro de dificuldade estatal para garantir soberania, exercer o monopólio do uso da força e o monopólio fiscal, mediar conflitos sociais e fazer valer o Estado de Direito em várias partes do seu território” (Santos,

2011a, p. 16). Isso gerou uma debilidade do Estado, que em vez de focar em estabelecer uma unificação das regiões, deu preferência ao estabelecimento e manutenção de uma elite minoritária, que se colocou no poder e levou com que as decisões fossem pautadas em suas necessidades e interesses.

O Estado colombiano, segundo autores como Pécaut (1987), nem chega a ser um agente político na constituição da nação. Isso é, diferentemente dos outros Estados latino-americanos, ele pouco faz e enfrenta uma relutância de intervenção das elites econômicas, não serve como suporte para uma “ideologia de Estado [...] parece estar permanentemente envolvida nas tempestades de uma sociedade civil que se faz sentir, arrastada por suas divisões, sujeita a suas demandas” (Pécaut, 1987, p. 30). Resumidamente, Bejarano e Pizarro expressam que,

Comparativamente falando, o Estado colombiano sempre foi pequeno, pobre e fraco. As causas históricas de sua debilidade podem ser sumarizadas de acordo com o que segue: um vasto território perpassado por uma geografia complexa; uma economia fraca, direcionada para fora, com um mercado doméstico muito pequeno; e finalmente, com uma não identidade comum muito precária, permeada por clivagens regionais e partidárias (Bejarano; Pizarro, 2004, p. 101, tradução nossa)

Essa falta de identidade comum e o pouco esforço para a unificação das regiões gerou a formação de diferentes núcleos culturais, econômicos e de reconhecimento, levando a uma deficiência e impossibilidade do Estado de manter o controle do território (Santos, 2011a; De Hincapié, 2001) em um ambiente já marcado por um processo histórico de violência e desigualdades, além de conflitos pelos recursos. Tal problemática é o palco perfeito para o desenvolvimento, por meio da população, da tentativa da expansão armada e/ou aplicação de uma justiça pelas próprias mãos (Pécaut, 1987), uma vez que, longe das regiões centrais, pouco se tinha do poder do Estado cuidando para com a segurança da população. Com isso, se abriu espaço para a “disseminação de uma cultura de ilegalidade e violência [...] com os fenômenos do clientelismo armado, caciquismo e caudilhismo regionais, como no presente, com a atuação de atores armados ilegais” (Santos, 2011a, p. 18).

Se entende, assim, o surgimento desse Estado enquanto uma “derrota”, uma vez que que ele falha em todas as facetas que normalmente se espera que um Estado em formação desenvolva, como a unificação de seu território, população e desenvolvimento econômico a fim de uma hipossuficiência, além de gerar segurança aos cidadãos. Enquanto a elite colombiana, durante o início do século XX, com investimentos norte-americanos em setores de petróleo e mineração, usufruíam de um crescimento econômico de um período de relativa paz (Santos, 2011a), a sociedade colombiana sofria com conflitos voltados a propriedade de

terra e com uma crescente fratura social, alimentada por separações entre partidos políticos tradicionais (Ríos, 2017).

A conjuntura política colombiana era marcada por uma divisão entre Liberais e Conservadores, na qual gerava uma rivalidade trazida à tona em várias temáticas como “a descentralização política e a secularização defendida pelos liberais e a centralização política pregada pelos conservadores” (Santos, 2011a, p. 20). Entre os anos 1948 e 1958, período que antecede o início dos conflitos com as guerrilhas, foi conhecido como *La Violencia* (Santos, 2011a; Ríos, 2017). Esse período foi marcado por uma série de desentendimentos entre os partidos Liberal e Conservador, no qual, progressivamente, se tornou mais agressivo, se entrecruzando com revoltas de teor popular. Inicialmente, os partidos cooptaram os setores populares para que tomassem as ruas e colocassem em manifestações as desavenças entre os dois partidos (Santos, 2011a; Ríos, 2017), entretanto, aos poucos,

O empobrecimento dos setores populares e médios, que pouco se beneficiaram do período do crescimento econômico, levou parcelas desses segmentos a romperem com os partidos tradicionais, sobretudo com o apoio histórico dado aos liberais, e formarem grupos armados de esquerda no fim dos anos 1940. (Santos, 2011a, p. 20)

No ano de 1958 tem-se o fim desse período de grande violência com as negociações entre os dois partidos, através de um acordo no qual “[...] procurava excluir do cenário político institucional os outros segmentos da sociedade, como a nova classe média urbana, os intelectuais, os estudantes, os sindicatos, os camponeses e os grupos de esquerda.” (Santos, 2011a, p. 21). Desse modo, os grupos armados recém criados e a sociedade civil, que mais tinham sofrido com as perdas no período de grande violência, não participaram dos processos de negociação e o acordo perpetuou um histórico processo de exclusão nas tomadas de decisão. Não há um padrão que defina ou possibilite explicar como ou porquê perpetuou o processo de violência no país, intensificado com o período de *La Violencia*,

[...] além da falta de legitimidade do Estado, sua profunda fraqueza e sua incapacidade de fornecer serviços básicos para a maioria das regiões e camadas sociais do país. [...] Além disso, houve uma destruição significativa e perda de propriedades e edifícios, e uma mudança profunda na mentalidade do povo colombiano em relação às instituições políticas do Estado (Ríos, 2017, p. 20-21, tradução nossa)

Junto a isso, o acirramento da Guerra Fria e o alinhamento com o bloco capitalista fez com que se iniciasse uma série de perseguições aos grupos sociais que eram identificados como esquerda. E, com esse contexto, começam a se fortalecer os primeiros movimentos de guerrilhas de esquerda colombianos.

A luta guerrilheira se estabeleceu como

[...] uma estratégia manejada pela esquerda latino-americana dos anos sessenta e setenta, endossada pelo triunfo da Revolução Cubana e aceita por todos aqueles que tentavam uma nova definição do Estado e da nação, populares, democráticos e socialistas. Para eles, a alternativa de uma força armada, com estruturas de mando militar e com o projeto substitutivo e comunista para o Estado e nação, adquiriria dimensões deslegitimantes e desagregadoras mais profundas das manifestações violentas anteriores de luta suprapartidária pelo poder do Estado. (Da Hincapié, 2001, p. 76, tradução nossa)

As guerrilhas chamadas de “guerrilhas de primeira geração”, marcam seu início a partir da Revolução Cubana em 1959 (Pizarro, 2017) e tem seu surgimento por diferentes motivos, desde o agravamento da violência, pobreza extrema, a questões voltadas ao político, como sua exclusão, lutas agrárias (Peñuela, 2001; Santos, 2011a) e, como apresentado anteriormente, um movimento das esquerdas latino-americanas. As definições de primeira e segunda geração se dão, para além do período em que são fundadas, devido a uma maior rigidez ideológica das guerrilhas de segunda geração, que se formam em um clima de maiores debates e tem como fundadores intelectuais e acadêmicos (Pizarro, 2017). Já as guerrilhas de primeira geração se fortalecem devido a,

Fatores como a questão agrária não resolvida, a precariedade do Estado e a consolidação de fontes de poder social relacionadas aos grupos guerrilheiros acabam moldando uma “guerra irregular” na Colômbia, na qual as FARC-EP, predominantemente, e o ELN, em menor escala, buscam um trabalho de longo prazo de perseguição e atrito. (Ríos, 2023, p. 57, tradução nossa)

Como já apresentado pela citação anterior, a Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), principal ator e negociador do Acordo de La Habana de 2016, é uma das maiores e principais guerrilhas do país. A formação das FARC está ligada com o período de *La Violencia*, quando o Partido Comunista Colombiano (PCC) estimulou a formação de grupos para a autodefesa de camponeses e trabalhadores a fim de conter o expansionismo armado de alguns latifundiários em determinadas regiões do país (Santos, 2011a). Tal resistência campesina gerou os primórdios de formação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.

Vista como a maior guerrilha do país e principal grupo negociador do acordo de paz, as FARC, depois FARC-EP, adicionando o EP de *Ejército del Pueblo*, a partir de sua sétima conferência, em 1982 (Ríos, 2023), iniciou oficialmente em 1966, com orientação marxista-leninista. Tinha como objetivo sair da condição defensiva para ofensiva (Santos, 2011a), isso é, iniciou como uma defesa, mas a expansão sempre esteve nos debates. A guerrilha, desde seu início, se sustenta por meio de “um caráter nitidamente camponês e têm regras internas de organização e operação com base nas quais orientam sua ação armada” (Ríos, 2023, p. 52, tradução nossa).

Após 1982, o grupo já contava com uma perspectiva de expansão territorial, por meio de *La Campaña Bolivariana por una Nueva Colombia*, com uma dimensão ligada à ideia de tomada do poder por meio das armas, com um incremento das forças de combate (Ríos, 2023). Sua imensa expansão se deu por uma série de fatores, como a tentativa, pelo governo de Belisario Betancur (1982-1986) de instauração de paz, que permitiu que a guerrilha se organizar politicamente e também tivesse um fortalecimento militar; e a “economia de guerra” ligada a recursos vindos de sequestros e comércio de drogas (Santos, 2011a).

Existem as chamadas “guerrilhas de segunda geração”, nesse grupo podem se destacar guerrilhas como o EPL, o M-19 e a guerrilha indigenista Quintín Lame, conhecida como GIQL (Ríos, 2023). O EPL surge nos anos setenta, inspirados a luta insurgente maoista e se fortalece como luta armada após a cisão do Partido Comunista Colombiano para o Partido Comunista Colombiano Marxista Leninista (PCCML), no qual se coloca como um braço armado do mesmo. Participou do período de negociações do governo de Belisario Betancur e teve alguns conflitos hostis contra as FARC-EP (Ríos, 2023).

2.1.1 Processos de negociação e iniciativas de paz na Colômbia antes do Acordo de Havana

O processo de negociação de finalização do conflito com as FARC-EP só foi desenvolvido e realizado a partir de 2012, com o Acordo Geral de Finalização de Conflito e Desenvolvimento de uma Paz Estável e Duradoura. Entretanto, desde os anos 1982 se tem tentativas de construção da paz, falhas de maneira geral. Algumas possibilitaram a desmobilização dos grupos citados anteriormente, porém não tiveram êxito na finalização do conflito.

Ao longo dos conflitos, o debate eleitoral sempre teve a paz como protagonista (Pizarro, 2017). Os candidatos se elegiam, entre vários motivos, devido a seu plano de diálogo e neutralização das guerrilhas, para que assim fosse instaurado a paz. A primeira tentativa de construção de paz ativa foi em 1982, no governo de Belisario Betancur, seu projeto de paz se dava na constituição de uma Comissão de Paz, uma lei de Anistia ampliada, uma reforma política profunda e o desarme dos grupos armados (Pizarro, 2017; Ríos, 2023). Ele via o conflito através de causas objetivas, por meio de razões político estruturais e causas subjetivas e pessoais, explicando assim o envolvimento dos grupos armados (Ríos, 2017) e também a sua tentativa de um desenvolvimento amplo do projeto.

Para uma ação efetiva se propôs um cessar fogo de caráter bilateral tanto com as FARC-EP quanto com o M-19, a EPL e um pequeno grupo chamado Autodefesa Obrera

(ADO) (Ríos, 2023, p. 43). Entretanto, ao longo das tentativas de diálogo, as guerrilhas continuaram ativas, registrando mais de 1000 mortes violentas (Ríos, 2017). Além disso, a M-19 rompeu a trégua de negociações e protagonizou uma invasão no Palácio de Justiça, em 1985, a EPL também planejou uma ofensiva ao Governo e a FARC-EP dobrou suas frentes, levando, assim, a uma ineficácia da tentativa de diálogo.

Alguns fatores que explicam a falta de efetividade da construção desse processo de paz, tem, primeiramente, em uma Comissão de Paz criada com um montante muito diverso de atores, que expressavam diferentes opiniões e não tinham poder efetivo de ação, o que os levavam a apenas discutir diferentes iniciativas (Pizarro, 2017). Além disso, Eduardo Pizarro (2017) também coloca que

A imensa maioria dos principais atores sociais, políticos e militares do país não estavam preparados para enfrentar os desafios que implica um processo de paz: construção de confiança, processos autênticos de reconciliação e perdão, concessões mutuamente benéficas, ampliação do espaço político, etc. (Pizarro, 2017, p. 84)

Ademais, a tentativa de inserir várias guerrilhas em um único processo foi um dos fatores que mais incidiu negativamente, uma vez que ao governo, as organizações se confundiam nas negociações, entretanto cada uma tinha exigências e especificações próprias, o que dificultou e mesmo afastou as negociadoras (Pizarro, 2017). Por fim, a falta de um projeto para o fim da violência, para além do cessar fogo explica o fracasso dessa tentativa, isto é, a experiência do governo de Belisário apresenta que, a falta de ações contra as violência sofridas pela população civil, muitas vezes não diretamente ligadas ao fogo direto do conflito, estão ligadas diretamente a credibilidade do processo de paz (Pizarro, 2017). Aqui se entende como a falta de noções de paz feminista, pensando na população, as mulheres leva ao insucesso dos processos.

A segunda tentativa se deu no governo de Virgilio Barco, de 1986 a 1990, como uma mudança política, criou a Secretaria Presidencial para a Reconciliação, Normalização e Reabilitação (Ríos, 2017). Virgilio acreditava que o processo de paz deveria ficar na mão do executivo, entendia que eram necessárias reformas políticas, porém que não deveriam ficar sujeitas a negociações com as guerrilhas. As FARC-EP, assim que o presidente tomou posse, enviou uma comunicação apresentando as dificuldades e propondo ampliações e modificações da Comissão de Paz desenvolvida pelo Betancur (Pizarro, 2017), entretanto Barco já tinha definido, em sua campanha eleitoral, a dissolução da Comissão, apresentando duras críticas ao papel ambíguo desenvolvido pela comissão no governo de Betancur, e a criação da Secretaria. Autores como Chernick (2012) reconhecem que seu modo de manejar o conflito se dava mais como um convite à rendição do que um convite à negociação.

O novo esquema de reconciliação, normalização e reabilitação do governo Barco tinha como objetivo limitar o protagonismo das guerrilhas nas comunidades mais afetadas por violências e pobreza, entretanto colocavam a desmobilização e o desarme das guerrilhas como questões paralelas as reformas necessárias, agrárias, urbanas, políticas, etc (Pizarro 2017). Tais processos levavam a uma falta de conexão entre as tentativas de construção desse cessar fogo, assim como uma ineficácia nessa limitação de protagonismo, uma vez que as reformas não chegavam junto aos mecanismos de desmobilização. A construção do cessar-fogo com a M-19 se deu a partir de uma vontade da guerrilha de buscar um acordo de paz (Pizarro, 2017) devido a divergências políticas revolucionárias com seus aliados, a M-19 em um pacto pela democracia uma saída.

Entretanto, a princípio o governo não deu atenção às tentativas de contato, resultando em um sequestro por parte da M-19 de um dirigente conservador e diretor de um periódico El Siglo, a fim de o tornar objeto de negociações (Pizarro, 2017). O sequestro poderia ter gerado problemas muito negativos ao grupo mas, acabou levando a uma grande mobilização a favor de sua libertação e, conseqüentemente, iniciativas políticas para se firmar um acordo de trégua. Ao fim de algumas negociações, foi-se firmado um acordo de desmobilização da guerrilha em 1990, porém, como visto, através de um esforço da própria guerrilha em se desmobilizar.

A próxima tentativa de finalização do conflito se deu com o governo de César Gaviria Trujillo, em 1991. Pela primeira vez se teve uma continuidade em negociações, que possibilitou o fim da desmobilização do M-19, e, a partir dela tem-se a necessidade do desenvolvimento de uma nova constituição, desse modo, seu governo é marcado por uma Assembleia Nacional Constituinte e, assim, se estimula a tentativa de desmobilização de outros grupos armados como EPL, QL e o PRT (Ríos, 2017). Tanto as FARC-EP quanto o ELN não tiveram iniciativas para um processo de negociações e, ao longo desse período o paramilitarismo já estava com grande impacto nas confrontações e no montante de violência para com a população. Novamente, a falta de vontade política e a falta de olhar para o impacto que outros problemas, que vão além das guerrilhas, como o narcotráfico e o paramilitarismo, tornaram as tentativas de resolução do conflito insuficientes.

O governo de Ernesto Samper Pizano, de 1994 a 1998 foi marcado por inovações tanto no campo internacional quanto nacional, quando se pensa na tentativa de construção da paz. Foi responsável pela criação do Alto Comissariado da Paz, buscando uma maior humanização do conflito e ratificando o Segundo Protocolo da Convenção de Genebra, pela primeira vez inserindo o Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos no país (Ríos,

2023). Tentou diálogos com as FARC-EP para, primeiramente, a desmobilização na região de La Uribe, que não foi bem sucedida e, posteriormente, desenvolveu, na tentativa de diálogo com a ELN o *Mandato Ciudadano por la Paz, la Vida y la Libertad* (Ríos, 2017).

O mandato desenvolvido teve um grande apoio popular e, de maneira inédita, inseria a necessidade da presença da sociedade civil como atores protagonistas na construção da paz, na urgência de humanizar a guerra e controlar os abusos armados (Ríos, 2017, p. 48). Entretanto com o fim do mandato, o acordo com a ELN acabou sendo deixado à margem e o documento nunca foi realmente levado para ações efetivas.

Entre os anos de 1998 a 2002 tem-se o governo de Andrés Pastrana e o diálogo de paz conhecido como Processo de Caguán. A construção de um acordo buscado por Pastrana tomava por exemplo experiências imediatas como de El Salvador, isso é, “ se buscava a negociação dentro de um contexto de guerra inalterada” (Ríos, 2017, p. 49). Para isso, era necessário uma “zona neutra”, entretanto as FARC-EP não queriam negociar fora da Colômbia, desse modo, como promessa eleitoral Pastrana aceitou desmilitarizar cerca de 42.000 km² que incluíam áreas urbanas e rurais, entre elas, Caguán (Ríos, 2023).

Para o desenvolvimento dos diálogos criaram uma *Agenda Común por el Cambio hacia una Nueva Colombia en Paz* que previa uma série de discussões, abarcando doze temáticas, desde reformas econômicas até as relações internacionais, entretanto as partes não conseguiram chegar a nenhum consenso (Ríos, 2023). Além disso, o conflito passou a se intensificar, de maneira violenta, nas zonas desmilitarizadas pelo governo, o que levou a uma perda de interesse por parte da sociedade civil colombiana, junto a uma falta de convicção de resultados reais. Mesmo que considerado um fracasso, alguns políticos como Germán Escobar, então ministro de Pastrana expunha que o processo de Caguán poderia ser considerado um ponto de inflexão no conflito, uma vez se iniciou o primeiro processo real de diálogo com a FARC-EP, além de um fortalecimento das forças armadas colombianas e um fortalecimento das negociações com os Estados Unidos com o Plano Colômbia (Ríos, 2023).

Os anos 2000, foram marcados pela internacionalização do conflito. Ou seja, atores externos, como os Estados Unidos e ONGs internacionais, se inseriram, por meio de projetos e planos, como o Plano Colômbia, a fim de combater determinadas frentes. O Plano Colômbia tinha como objetivo “internacionalizar a paz para ‘desinternacionalizar’ o conflito”, em outras palavras, por meio de atores internacionais multilaterais, o plano visava fortalecer o Estado institucionalmente e assim propiciar o desenvolvimento de um espaço que pudesse se desenvolver a paz (Santos, 2011a). O plano se estabeleceu através do auxílio, sobretudo financeiro, para o desenvolvimento e treinamento das forças nacionais, a fim de

possibilitar que tais organismos tivessem o aparato necessário para o combate das forças que ameaçavam a segurança nacional (Santos, 2011a).

Entretanto, na realidade, o Plano estava focado nas questões voltadas ao narcotráfico, seguindo a agenda estadunidense contra de combate às drogas e guerra ao terrorismo após o 11 de setembro (Santos, 2011a). Desse modo, mesmo que inicialmente se colocasse como um projeto que visava a construção da paz, os Estados Unidos acabaram por estabelecer uma relação meramente militar com o Estado colombiano. Gerando, além de uma maior gama de processos de violência e instabilidades entre os países vizinhos, uma vez que as políticas contra às drogas do Plano Colômbia remeteram a outros movimentos anteriores realizados, muitas vezes de maneira arbitrária, nos países andinos em volta. Assim, o Plano Colômbia e a internacionalização do conflito armado

[...] trouxe uma alta dependência do governo colombiano em relação aos EUA em praticamente todos os principais temas do país, tais como o próprio conflito armado, o narcotráfico, o desenvolvimento, o papel do Estado, a democracia etc. Além disso, os termos desse alinhamento trouxeram muitas desconfianças, desentendimentos e atritos nas relações com alguns países andinos. (Santos, 2011a, p. 81)

Assim, a última tentativa antes do Acordo Geral iniciado em 2013 foi no governo de Álvaro Uribe, durante os processos iniciados no Plano Colombia. Ele instaura, a partir do Plano Colombia, a Iniciativa Regional Andina e a Política de Segurança Democrática, essa segunda tinha o objetivo de “assumir a segurança como uma tarefa conjunta e prioritária de todas as autoridades, ao qual se produz através de um investimento significativo de recursos econômicos, humanos e militares” (Ríos, 2023, p. 136). Ademais, representa um esforço para reduzir a capacidade combativa das guerrilhas ainda ativas, além de trabalhar nas políticas iniciadas no governo de Pastrana.

Mesmo com uma tentativa de se desenvolver um processo de paz mais solidário, cooperativo e democrático, a Política de Segurança Democrática acabou por seguir políticas de uma “paz negativa”, isso é, com consequências que levaram a repercussões negativas a população e a dimensão humana do conflito (Ríos, 2023, p. 177). Além disso, teve como legado a manutenção das políticas paramilitares em determinados níveis locais, chamados por eles como “parapolítica” (Ríos, 2023, p. 178).

2.1.2. Limites estruturais das tentativas de paz no conflito colombiano

Durante o período de conflito, isto é, desde os anos 1958 com o fim de *La Violencia* até o século XXI, os diferentes governos tentaram estabelecer algumas formas distintas de instaurar um processo de paz, todos em menor ou maior medida fracassados. Eduardo Pizarro

(2017) os define como “*Síndrome de la Fracasomanía*” e apresenta que tal processo se diz muito mais da América Latina, como um todo, do que algo exclusivamente colombiano. Entretanto, no conflito colombiano, como expõe John Agudelo (2008), “[...] se comete o erro de sempre ignorar as experiências anteriores, desconhecer-las quase desonestamente, ou ver somente suas partes negativas e não gerar ensinamentos nem resgatar o positivo que seguramente tiveram” (Agudelo, 2008, p. 25, tradução nossa).

Isto é, com as trocas de governos existiu uma falta de continuidade, que, conseqüentemente, impossibilitou o estabelecimento de um diálogo contínuo que pudesse levar ao estabelecimento de debates com o fim em um processo de paz e a finalização de anos de ciclo de violência. Somente três períodos, desde 1981 tiveram uma certa continuidade nas tentativas de construção de um consenso, que geraram a criação da primeira comissão de paz, e possibilitaram a negociação com alguns grupos guerrilheiros como o M-19, como foi apresentado anteriormente. Além disso, os governos de Uribe e Santos, o governo responsável pelas negociações com as FARC-EP, que, devido suas reeleições, tiveram um tempo maior para impulsionar medidas (Pizarro, 2017).

Ao longo dos mais de 40 anos de conflito, o governo colombiano teve diferentes formas de se posicionar e lidar com os ciclos de violência. Além das questões diretamente ligadas ao conflito e a violência direta, ainda se vivenciava um contexto de extrema pobreza e desigualdade, contrabando e comércio ilegal (Santos, 2011a). Com isso, o governo enfrentava o desafios tanto depositados as questões voltadas para a violência do conflito armado gerado pelas guerrilhas quanto o narcotráfico, na qual ambos constantemente se interligam. Jerónimo Ríos (2023) expõe que existe um ponto em comum entre todas as tentativas de finalização do conflito, sendo elas entendendo a paz como a ausência de guerra, isto é, a paz negativa, e não aspirando a superação de violências estruturais.

Desse modo, as vontades, inseguranças e medos da sociedade civil eram praticamente inexistentes nos processos de negociações, sendo as tentativas de finalização do conflito muito ligadas estritamente a um cessar fogo. Ademais, é de suma importância pensar a ausência das discussões voltadas às violências de gênero e a presença das mulheres dentro dos debates de tais tentativas fracassadas. Como apresentado, a falta da sociedade civil nos processo de negociação os tornaram processos unicamente ligados ao fim de hostilidades, não levando em consideração violências e inseguranças de gênero, raça, territoriais, etc. Além disso, é importante pensar que, é apenas nos anos 2000 com a Resolução 1325, popularmente conhecida como Mulheres, Paz e Segurança, que se reconheceu o impacto desproporcional

dos conflitos em mulheres e meninas e a necessidade de se pensar a inserção delas em todas as etapas da construção da paz (ONU, 2000).

Sem a presença das questões voltadas às problemáticas da sociedade civil, bem como as violências de gênero, as tentativas de resolução da paz se apresentaram sempre de maneira incompleta. Principalmente quando se pensa que a questão da violência acompanhou a Colômbia por meio dos acontecimentos pré-conflito e durante o conflito ao longo de todo o século XX e se mantiveram no século XXI com mudanças estruturais ao longo dos anos, sendo estruturante na formação da sociedade colombiana.

Entretanto, se percebe que o Estado se formou, estabeleceu, desestabilizou e se reestruturou em cima de processos e ciclos de violência que tiveram o papel de moldar a forma como tal Estado lida com os acontecimentos e, principalmente, a sociedade civil. É a partir disso que se entende que, como Galtung (1969) apresenta em suas noções de violência, isso se traduz em outras formas de violência muitas vezes não tão explícitas mas que desenvolvem fissuras tão difíceis de serem corrigidas quanto das violências geradas pelas guerrilhas,

Persistência do fenômeno da violência, que, além de estar ligado aos mencionados problemas dos antagonismos dos grupos políticos, dos limites da participação política e das dificuldades de o Estado exercer a autoridade em todo o território, tem um grande vínculo com os incessantes processos de ocupação e utilização do território. (Santos, 2011a, p. 18)

Ou seja, a questão da terra, da ocupação do território, bem como a problemática da reforma agrária e outras inquietações de cunho social caminharam para o estabelecimento de um Estado e um conflito complexo que depende de diferentes meios de comunicação e estruturação para que seja possível se pensar em um processo de construção de paz, viável. Não é possível definir um único acontecimento ou apenas alguns motivos que levaram ao desenvolvimento de um conflito tão longo como o conflito colombiano. Entretanto, se entende que, o processo histórico de descaso das autoridades tanto para com o próprio território, em vias de unificação e tentativa de manutenção de uma estrutura comum, como para processos de violência que se acarretaram.

Por isso, para que fosse possível pensar no fim do conflito e na construção da paz foi necessário exaustivas negociações e o desenvolvimento de um acordo complexo e completo. Desse modo, será de obra do próximo tópico entender como se deu o desenvolvimento do acordo para o fim dos conflitos e o estabelecimento de um processo de paz, suas especificidades e negociações que levaram a firmação do Acordo final de Havana em 2016.

2.2. NEGOCIAÇÕES PARA O ACORDO DE PAZ: INÍCIO, TENTATIVAS E EFETIVAÇÃO

Em novembro de 2016 se assinou o Acordo Geral, intitulado “Acordo Geral para a finalização do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Duradoura”, entre as FARC-EP e o governo Colombiano. Tal processo foi resultado de quase quatro anos de negociações e colocou um fim há mais de 50 anos de conflitos, entretanto, como um conflito longo e complexo, o desenrolar do acordo, até sua assinatura em 2016 demandou diferentes etapas anteriores que possibilitaram um enfraquecimento das FARC-EP e uma mudança no paradigma.

Como já apresentado anteriormente, o Plano Colômbia teve um papel no combate do narcotráfico e seus objetivos iam desde o combate formal às plantações e cultivos de produtos ilícitos ao combate às organizações (Guzzi, 2008; Silva, 2017). As guerrilhas, principalmente as FARC-EP, importante componente do conflito e principal ator do acordo, teve participação ativa na economia do tráfico de narcóticos, desse modo, mesmo que a finalidade do plano, militarmente, não estava no combate às guerrilhas, tal enfrentamento foi necessário. Sendo assim, “na perspectiva do governo colombiano, a participação do Plano Colômbia nos processos de combate e desmantelamento dos grupos insurgentes atuantes no país era tida como fato” (Silva, 2017, p. 66).

O plano se desenvolveu através da melhoria das forças armadas, com treinamentos e profissionalização, por meio de troca de conhecimentos entre os Estados Unidos e a Colômbia, além da distribuição de equipamentos. Dessarte, o trabalho se deu muito mais na reestruturação militar do exército colombiano, possibilitando que o mesmo tomasse controle dos confrontos para com as guerrilhas.

Ademais, a FARC-EP estava passando por alguns momentos de instabilidade e perda de legitimidade popular, devido suas ações cada vez mais violentas. Além disso, a morte dos principais líderes levou a uma renovação no quadro de liderança da guerrilha, essa nova geração de militantes e combatentes era, em sua maioria, ligados a universidade, o que possibilitou o surgimento de novos rumos para a guerrilha (Silva, 2017; Madruga, 2020). Assim, Silva (2017) apresenta que “a mudança na correlação de forças com o Exército colombiano gerou repercussões quanto à concepção de suas possibilidades de conquistar seus objetivos pela via armada” (p. 90), gerando uma abertura para o estabelecimento de um diálogo.

2.2.1. Caminhos que levaram ao acordo final

Diferentemente dos processos e tratativas anteriores que ocorreram no final do século XX e fracassaram, as negociações para a paz, finalizadas com o Acordo em 2016, foram desenvolvidas por meio de três fases. A primeira, chamada por Juana García Duque (2017), como exploratória, representou os primeiros períodos de negociação, em 2012, ainda de maneira secreta a fim de se estabelecer as condições para que fosse possível realizar as conversas e, se finalizou com o início das negociações do Acordo Geral de setembro de 2012. A segunda fase, a mais longa, coloca todo o período de fim de conflito e construção da paz, entre o fim de 2012 e agosto de 2016, quando se firma o acordo. Tal período representa as negociações, realizadas tanto nas mesas de conversação em Oslo, na Noruega, quando em Havana, em Cuba, e tinha como regras: “não houve limpeza de território nem cessação de operações militares; as sessões de trabalho da mesa redonda foram reservadas e diretas para garantir seriedade e discrição” (Duque, 2017, p. 129, tradução nossa). Já a última fase representa, efetivamente, a construção da paz pós 2016.

O Acordo final de Havana, firmado e oficializado em 2016, tem seu início em Setembro de 2012, com seis pontos principais a serem discutidos e que representavam uma agenda de políticas a serem implementadas (Osorio; Pinzón, 2019; Madruga, 2020). Esses seis pontos eram: política de desenvolvimento agrário integral, participação política, fim do conflito, solução ao problema das drogas ilícitas, vítimas, e implementação, verificação e referendo. Tais pontos tinham como principal objetivo ser um norte para o desenvolvimento do acordo final, uma vez que, em um processo tão longo como o colombiano, era necessário “[...] uma transição para um cenário de estabilização, que favoreça a construção da paz e a reconciliação nacional, tendo em mente que, se não se desenvolver como pretendido, isso pode significar a geração de ações violentas, reciclando novas formas de violência” (Cárdenas; Ynfante; Benítez, 2018, p. 179, tradução nossa).

Com exceção do último ponto, os cinco anteriores derivaram acordos específicos, a fim de ampliar e melhor desenvolver os tópicos de importância, levando assim, discussões como o uso e acesso à terra, a questão das substâncias ilícitas e a participação dos cidadãos nos processos de discussão como centrais para o desenvolvimento do acordo final (Madruga, 2020). Além disso, a metodologia adotada para as mesas de negociações foi a de “*single undertaking*”, no qual define que, o acordo só seria feito como um todo, nada seria definido por partes (Silva, 2017). Tal processo de negociação é usado em organizações como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e tem como principais características a necessidade de um pacto coletivo, a inclusividade, uma vez que obriga a chegada de um

consenso para que uma decisão seja efetivamente aceita. Consequentemente, leva ao equilíbrio de interesses uma vez que a complexidade das discussões leva a compensações cruzadas (Rodríguez Mendoza; Wilke, 2011).

De 2010 a 2017, o governo da Colômbia estava a cargo de Juan Manuel Santos, desse modo, todo o processo de negociações, acordos prévios e a efetivação do acordo final foram levados pelo mesmo presidente. Para além dos esforços do momento então presente, o processo de negociações teve forte influência de um passado de diálogos que Santos mantinha, em segredo, com os líderes das FARC-EP (Madruga, 2020). Isso pois, antes de chegar à presidência passou por cargos como ministro da defesa, do governo Uribe. Seguindo a caracterização de alguns atores presentes, foram aplicados

[...] as categorias de facilitadores (Cuba e Noruega) e garantes (Venezuela e Chile) para a presença estrangeira durante as negociações e foi acordada a presença da Organização das Nações Unidas (ONU) - por meio de representantes da Comunidade dos Estados Latinos e Caribenho (CELAC) - para acompanhar a implementação dos acordos, além da indicação de acompanhantes especiais de certos países, como os EUA, para o processo de forma a regular a atuação limitada da comunidade internacional durante e após a finalização do acordo. (Silva, 2017, p. 101)

Em agosto de 2016, após longos processos de negociação, o governo colombiano e as FARC-EP anunciaram o fim das discussões e a elaboração de um acordo, “abarcando todos os pontos propostos na agenda e a tomada dos próximos passos necessários para que a sociedade civil e os membros da guerrilha pudessem referendar o processo” (Silva, 2017, p. 104). Com isso, o acordo foi colocado em referendo público, resultando em 50,2% de votos “não”, isto é, rejeitando o acordo (Silva, 2017; Fernández-Osorio; Pinzón, 2019; Gómez, 2021).

Entretanto, o próprio acordo final reconhece que tal resultado pouco tinha a ver com um rechaço ao direito à paz ou aos direitos fundamentais (Colômbia, 2017). A vitória do “não” foi entendida, por especialistas, como Álvarez-Rodríguez (2017) para além de apenas uma vontade popular contra o acordo num total. Na realidade, a população colombiana enfrentava certo receio e desconfiança com as FARC-EP e seu comprometimento para com o acordo, focando em determinados pontos específicos, como a obrigatoriedade de contribuir com a verdade e a justiça transicional, além da luta contra o narcotráfico (Gómez, 2021). Vale ressaltar que a vitória contrária ao acordo não significou um voto contra a paz, mas sim contra determinados aspectos do acordo, principalmente no que tange a representação da guerrilha como um ator político (Smitmans, 2017). Isso reflete que

O caminho para a assinatura do acordo de paz não foi isento de tensões políticas, sociais e de liderança nas duas partes signatárias, tensões que continuam a existir e que levaram a confrontos, reprovações mútuas de não conformidade e dissidência

que comprometem o desenvolvimento de um acordo que está longe de ser estável. (Gómez, 2021, p. 14, tradução nossa)

Entretanto, ambos os lados negociadores voltaram às mesas de negociações a fim de revisar as questões levantadas sobre o Acordo e fazer as modificações solicitadas e questionadas pelos “mais variados grupos e organizações sociais, setores de opinião e movimentos e partidos políticos” (Colômbia, 2017, p. 1-2, tradução nossa). Assim, em novembro do mesmo ano, foi finalizado o processo e firmado oficialmente o Acordo Final, todavia, dessa vez não houve passagem por consulta pública, sendo apenas levado a aprovação pelo congresso colombiano, “segundo o peso dado pela constituição à liberdade possuída pelo Presidente da República para alcançar a paz no país” (Silva, 2017, p. 104).

Com a finalização das negociações, se deu início ao processo de implementação das medidas acordadas (Silva, 2017), processo esse que se mantém até os dias atuais uma vez que dado a complexidade de todo o conflito e do estabelecimento dos pontos acordados, a implementação necessita, para além do que se foi decidido, do fortalecimento das estruturas do Estado. No próximo tópico analisaremos os principais pontos tratados no Acordo Geral para a finalização do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Duradoura.

2.2.2. Acordo Geral para a finalização do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Duradoura

O Acordo geral se divide nos seis pontos principais apresentados anteriormente, sendo eles: 1. Reforma Rural Integral; 2. Participação Política; 3. Fim do Conflito; 4. Solução ao problema de drogas ilícitas; 5. Acordo sobre as vítimas do conflito e, por último; 6. Mecanismos de Implementação dos acordos. No preâmbulo do acordo já se colocam os principais objetivos estão:

[...] atenção aos direitos fundamentais das mulheres, dos grupos sociais vulneráveis, como povos indígenas, crianças e adolescentes, comunidades afrodescendentes e outros grupos etnicamente diferenciados; os direitos fundamentais dos camponeses e agricultores e os direitos essenciais das pessoas com deficiência e das pessoas deslocadas por motivos do conflito; os direitos fundamentais dos idosos e da população LGBT (Colômbia, 2017, p. 2-3, tradução nossa)

Além disso, reconhece o direito da sociedade de uma segurança integral e a necessidade da participação da sociedade civil nas tomadas de decisão. Colocando, assim, como imprescindível para se atingir a paz, uma sociedade unida, sustentável e com tolerância mútua. Com isso, o documento se inicia já com definições muito claras e utópicas de como se deve desenvolver o acordo no país para que seja possível o estabelecimento de uma paz “estável e duradoura”. Ademais, o acordo incorpora reivindicações históricas das FARC-EP

relacionadas a questão agrária e participação política (Alvarez-Rodríguez, 2017; Gómez, 2021), mesmo com certo receio da sociedade civil, de modo geral, principalmente pensando nas preocupações ligadas à segurança dada aos ex-combatentes.

Esse acordo de paz, diferentemente de processos anteriores em que o objetivo final era desmobilizar os grupos armados, colocou as vítimas no centro da discussão em um país que tem um registro de oito milhões de vítimas e onde é vital poder lembrar [...], bem como na política de desenvolvimento agrário integral. (Duque, 2017, p. 130, tradução nossa)

Como já exposto anteriormente, o acordo teve como foco pensar sobre desigualdades estruturais e históricas do território, sendo apresentados em todos os pontos de acordo. Desse modo, há um ênfase nas questões voltadas à centralidade da temática da mulher e o impacto desigual do conflito em tais indivíduos, como será mostrado no próximo tópico.

2.2.2.1. Pontos do acordo

O primeiro ponto a ser discutido no acordo é a Reforma Rural Integral, nele, primeiramente se coloca a importância de se pensar o território rural como um cenário “sócio-histórico com diversidade social e cultural, em que as comunidades - homens e mulheres - desempenham um papel protagônico na definição da melhora de suas condições de vida e na definição do desenvolvimento do país⁵” (Colômbia, 2017, p. 10, tradução nossa). Ademais, é formalizado em acordo a importância do estabelecimento de uma Reforma como a apresentada, uma vez que, tal desenvolvimento favorece não apenas o uso adequado da terra, por meio da formalização, restituição e distribuição equitativa da mesma como possibilita uma maior integração entre as regiões do país, levando a um desenvolvimento social e econômico equitativo.

Logo nas primeiras linhas deste ponto já se apresenta um reconhecimento do rol produtivo e reprodutivo das mulheres e seu papel fundamental no desenvolvimento (Colômbia, 2017). Além disso, apresentam o compromisso com maiores esforços com elas, uma vez que são consideradas populações mais vulneráveis e precisam de garantias de bem estar e fortalecimento nas suas formas de organização (Colômbia, 2017). Como um dos princípios, apresentam o foco na Igualdade e Enfoque de Gênero, reconhecendo

“as mulheres como cidadãs autônomas, [...] condições de igualdade com respeito aos homens a propriedade de terra e projetos produtivos [...]. Este reconhecimento implica a adoção de medidas específicas em planejamento, execução e seguimento aos planos e programas contemplados neste acordo para que implemente tendo em

⁵ do original “socio-histórico con diversidad social y cultural, en el que las comunidades —hombres y mujeres— desempeñan un papel protagónico en la definición del mejoramiento de sus condiciones de vida y en la definición del desarrollo del país.” (Colômbia, 2017, p. 10)

conta necessidades específicas e condições diferentes as mulheres, de acordo com seu ciclo de vida, afetações e necessidades⁶” (Colômbia, 2017, p. 12, tradução nossa)

Assim, como medidas visando uma quebra da desigualdade entre homens e mulheres no meio rural, que se alarga com o desenvolvimento do conflito, o ponto um apresenta alguns mecanismos como a prioridade das mulheres rurais para Subsídio Integral e Crédito Especial para compra de terras (Colômbia, 2017). Também expressam medidas específicas para mulheres chefes de famílias do meio rural nos Programas de Desenvolvimento com Enfoque Territorial.

O segundo ponto de discussão do acordo diz respeito à participação política e a necessidade da ampliação democrática como condição máxima para que seja possível a construção de uma paz verdadeira. Para isso, o acordo coloca a importância da “participação e decisão de toda a sociedade colombiana [...] isso inclui o fortalecimento das organizações e movimentos sociais e o fortalecimento dos espaços de participação para que esse exercício de participação cidadã tenha incidência e seja efetivo⁷” (Colômbia, 2017, p. 35, tradução nossa). Desse modo o acordo se pauta na primordialidade do pluralismo, para garantir a constituição de novos partidos e movimentos políticos, uma vez que apenas através do debate com o diferente e o exercício da oposição que será possível o desenvolvimento de um processo democrático e verdadeiras alternativas de poder (Colômbia, 2017).

Com o foco nas mulheres, o acordo expõe a necessidade de desenvolver ações afirmativas para garantir a participação das mulheres nos diferentes espaços de representação, dado que as mulheres enfrentam barreiras, tanto institucionais quanto sociais no exercício da sua cidadania (Colômbia, 2017). Além disso, o próprio acordo apresenta que tais barreiras são resultado de profundas raízes discriminatórias e condições estruturais de subordinação e exclusão.

Ainda na temática, tal ponto coloca a importância da valorização de agendas sociais que reconheça a participação cidadã das mulheres mas também o pluralismo político em organizações e movimentos sociais de “mulheres, jovens e demais setores excluídos do

⁶ do original “las mujeres como ciudadanas autónomas, [...] en condiciones de igualdad con respecto a los hombres, la propiedad de la tierra y los proyectos productivos [...]. Este reconocimiento implica la adopción de medidas específicas en la planeación, ejecución y seguimiento de los planes y programas contemplados en este acuerdo, para que se implementen teniendo en cuenta las necesidades específicas y condiciones diferenciales de las mujeres, de acuerdo con su ciclo vital, sus afectaciones y sus necesidades.”

⁷ do original “participación y decisión de toda la sociedad colombiana [...] esto incluye el fortalecimiento de las organizaciones y movimientos sociales, y el robustecimiento de los espacios de participación para que ese ejercicio de participación ciudadana tenga incidencia y sea efectivo.” (Colômbia, 2017, p. 35)

exercícios da política” (Colômbia, 2017, p. 36, tradução nossa). Como uma ação efetiva de tal ponto, o acordo coloca o surgimento de uma instância que estabelecerá um mecanismo de interlocução permanente entre os movimentos sociais e partidos políticos, entre eles, colocam em destaque a interlocução efetiva com as mulheres (Colômbia, 2017).

Com o foco nas deliberações para o fim do conflito, o ponto três desenvolve o Acordo sobre o Cessar Fogo e de Hostilidades Bilateral e Definitivo e Abandono de Armas entre o Governo Nacional e as FARC-EP. Esse ponto reforça a necessidade de implementação de medidas para a plena participação política, afirmado no ponto anterior, e desenvolve a criação de um Sistema Integral de Segurança para o Exercício da Política, Além disso, ambos os lados acordam no desenvolvimento de dois mecanismos para a promoção do fim do conflito, conhecidos como Cessar-Fogo e de Hostilidades Bilateral e Definitivo (CFHBD) e o Abandono de Armas, do espanhol *Dejación de Armas* (DA).

Neste ponto, o foco no gênero se dá a partir de uma ênfase na proteção de mulheres, crianças e adolescentes que vieram a ser afetados pelas “organizações criminosas”, como descrito no acordo, objeto do documento (Colômbia, 2017), sendo citado pelo menos cinco vezes ao longo do ponto 3. Em complemento, asseguram o entendimento de que as mulheres sofrem riscos específicos contra suas “vidas, liberdade, integridade e segurança” pelo simples ato de ser mulher e serão asseguradas contra tais riscos (Colômbia, 2017). No processo de reincorporação dos guerrilheiros das FARC-EP à vida política e social, se coloca a necessidade de um foco no direito das mulheres (Colômbia, 2017, p. 68), entendendo a importância de um foco na mulher ex-guerrilheira e em possíveis violências que ela pode vir a sofrer.

O sistema de Solução ao Problema das Drogas Ilícitas, ponto quatro do acordo, se estabelece não apenas como processos pensando nas questões das drogas, mas, de maneira complexa entendendo que sua existência se dá por trás de condições de pobreza e marginalidade, uma vez que, o comércio de ilícitos se fortalece, historicamente, nas regiões mais pobres e desamparadas. Além de um histórico descaso institucional com as áreas que vieram a ser afetadas pelas organizações ligadas ao narcotráfico (Colômbia, 2017). Além disso, o acordo entende como esse fenômeno incide em “formas específicas de violência que afetam de maneira especial às mulheres, vítimas de tráfico de pessoas, exploração sexual e violências derivadas do consumo de drogas ilícitas” (Colômbia, 2017, p. 98).

Em complemento, o acordo reconhece que “o cultivo, a produção e comercialização das drogas ilícitas também atravessaram, alimentaram e financiaram o conflito interno” (Colômbia, 2017, p. 98, tradução nossa). Para além de se pensar em alternativas para o

comércio de ilícitos, tal ponto do acordo visa ter um enfoque geral em novas políticas sobre direitos humanos, saúde pública e políticas públicas.

Ele se debruça, com isso, no desenvolvimento de programas de substituição de cultivos de uso de ilícitos, por meio de planos integrais de desenvolvimento com participação da comunidade no desenho, execução e avaliação dos programas de substituição e recuperação ambiental das áreas afetadas pelo cultivo (Colômbia, 2017). Ele promove a participação campesina, com ênfase na organização de mulheres rurais, colocando as mulheres como “sujeitas ativas nos processos de articulação na substituição voluntária, reconhecendo seu papel ativo nos processos de desenvolvimento rural” (Colômbia, 2017, p. 104) e na geração de políticas e oportunidade agrícolas produtivas para esses grupos.

Outro ponto importante dentro das Soluções para o Problema das Drogas Ilícitas é o Programa Nacional de Intervenção Integral contra o Consumo de Drogas Ilícitas que visa, entre outras coisas, em um processo participativo criar uma frente contra o consumo de drogas ilícitas (Colômbia, 2017). Nesse se tem um “enfoque diferencial e de gênero” como o mesmo o nomeia, uma vez que “é necessário identificar fatores de vulnerabilidade associados à idade, sexo, condição de deficiência, condição socioeconômica e localização geográfica ou pertencimento à população LGBTI, entre outros” (Colômbia, 2017, p. 117) além de ter em conta a relação entre o consumo de drogas ilícitas e a violência contra mulher.

O penúltimo ponto do acordo, focado nas vítimas do conflito, desenvolve um “Sistema Integral de Verdade, Justiça, Reparação e Não Repetição”, incluindo subpontos ligados aos Direitos Humanos e a Verdade, isso é, pensando sobre a necessidade de um entendimento sobre o que realmente ocorreu e as consequências que tantos anos de conflito geraram na vida da sociedade civil e principalmente da vítimas diretas. Desse modo, os dois lados, o Governo Nacional e as FARC-EP, estabelecem uma Declaração de Princípios a fim de desenvolver pontos como: reconhecimento das vítimas como sujeitos de direitos; reconhecimento da responsabilidade; satisfação dos direitos das vítimas; participação da vítimas nas discussões e nas tomadas de decisão; esclarecimento da verdade; reparação das vítimas; garantias de proteção e segurança; garantia de não repetição; princípio de não repetição; e enfoque de direitos (Colômbia, 2017).

Este Sistema tem um foco nas características particulares da vitimização em cada território e população, em especial mulheres e crianças (Colômbia, 2017). Ele entende a necessidade de se pensar especificamente como o conflito afetou de maneira diferente, diferentes marcadores sociais, como:

mulheres, crianças, adolescentes, jovens e idosos, pessoas com deficiência, povos indígenas, comunidades camponesas, pessoas em razão de sua religião, opiniões ou crenças, populações afrocolombianas, negras, palenqueras e raizais, o povo cigano, a população LGBTI, pessoas deslocadas e exiladas, defensores e defensoras dos direitos humanos, sindicalistas, jornalistas, agricultores e agricultoras, pecuaristas, comerciantes e empresários e empresárias, entre outros. (Colômbia, 2017, p. 131)

No âmbito da Jurisdição Especial para a Paz, presente neste ponto, se colocou como princípio básico se pensar nas consequências das violências contra mulher, as entendendo como vítimas, dando ênfase em suas necessidades, dado que sofrem de maneira desproporcional (Colômbia, 2017). Por fim, se coloca como garantias a participação das mulheres como de maneira ativa nos planos de reparação coletiva, como foco territorial.

O último ponto do acordo visa, por meio de uma Comissão, estabelecer as diretrizes e acompanhar os processos de seguimento e implementação do acordo (Colômbia, 2017). Isto é, tudo que foi discutido, afirmado e definido como importante para os cinco pontos anteriores tem, nesse ponto, o seu processo de organização e tentativa de operacionalização. Assim, os mecanismos definidos para a implementação e verificação se dão através da Comissão anteriormente citada, e tem o objetivo de, basicamente, trabalhar para a resolução dos conflitos entre os dois lados, seguimento dos componentes do Acordo e verificação do seu cumprimento, além da necessidade da realização de informes quanto os processos de implementação (Colômbia, 2017).

Para que seja possível que tais ideias apresentadas ao longo de todo o acordo saiam de um simples documento, tal etapa também prevê a criação de um Plano Marco de Implementação dos Acordos. A fim de discutir os propósitos, objetivos e metas para a implementação, com um prazo de dez anos, revisado anualmente pela Comissão de Seguimento, Impulso e Verificação a Implementação do Acordo Final. Além disso, se estabelecerá medidas de implementação dos acordos com recursos territoriais, através de planos de desenvolvimento departamentais e municipais e mecanismos de participação para a promoção da participação do setor empresarial e das organizações sociais e comunitárias para a execução do acordo (Colômbia, 2017). Em tal etapa se coloca a necessidade de uma representação equitativa de homens e mulheres nos espaços de participação.

Além disso, se compromete a criar uma Instância Especial formada por seis organizações regionais e nacionais de mulheres a fim de criar a interlocução entre o movimento de mulheres e a Comissão (Colômbia, 2017). Em complemento, “o Plano Marco contemplará prioritariamente as necessidades práticas e estratégicas das mulheres, identificando as múltiplas discriminações que devem ser atendidas para a execução dos

acordos⁸” (Colômbia, 2017, p. 196, tradução nossa), assim impulsionando políticas públicas e programas que levem em consideração as necessidades das mulheres, bem como povos étnicos. Adicionalmente, o Plano ainda prevê tratamento penal no delito de cultivo de uso ilícito diferenciado a mulheres em situação de pobreza, com cargas familiares que não tiverem relação com organizações criminais (Colômbia, 2017).

Por fim, é inserido um componente internacional de verificação nesta etapa do acordo, por meio de uma Missão de Verificação das Nações Unidas, solicitado pelo Governo Nacional e pelas FARC-EP através da Assembleia Geral das Nações Unidas, com um mandato, de duração de três anos, a fim de verificar a reincorporação das FARC-EP e as medidas de proteção e segurança pessoal e coletiva (Colômbia, 2017). Em linhas gerais, a reincorporação das FARC-EP segue a via política, as garantias para um novo partido ou movimento político e a reincorporação econômica e social. Em complementaridade, o próprio acordo designa as instâncias de acompanhamento internacional para cada etapa do processo de implementação, desde as definições do primeiro ponto, ligados à Reforma Integral, até o enfoque de gênero.

2.2.3. O Acordo como um processo inicial

Por meio dos pontos principais do acordo é possível se debruçar e entender algumas especificidades importantes que separam organização, negociação e formalização deste dito processo em comparação com antigas tentativas falhas. Se entende que, tais negociações não se limitavam a uma construção de um acordo de cessação de conflitos tradicional, mas “foi feita uma tentativa de realizar uma profunda reforma estrutural no país, que acabaria com os problemas de pobreza, abandono e ausência institucional do Estado em grande parte do território colombiano, que estavam na gênese do conflito” (Gómez, 2021, p. 43). Isto é, as mesas de negociações se expandiram para além de apenas realizar as discussões restritas às questões caracteristicamente voltadas aos conflitos mas que refletiam diretamente ao desenvolvimento de uma paz duradoura e estável.

Não cabe ao presente trabalho discutir o quão bem sucedido a implementação do acordo se deu na superação de tais problemas estruturais, sociais e institucionais. A fase de implementação do acordo se iniciou no final de 2016 e segue até os dias atuais, este processo caminha por diferentes vias de avanços, como o estabelecimento da Missão de Verificação

⁸ do original “el Plan Marco contemplará de manera prioritaria las necesidades prácticas y estratégicas de las mujeres, identificando las múltiples discriminaciones que deben ser atendidas para la ejecución de los acuerdos.”

das Nações Unidas em março de 2017, e entraves, dado que, em 2024 ainda se vê dificuldade na implementação de algumas especificidades do acordo na realidade colombiana (Colômbia, 2025b). Isso se dá, além de muitas questões, uma vez que suas instabilidades políticas e falta de uma política de Estado, não geram a estabilidade necessária para o fortalecimento de políticas de desenvolvimento e estabelecimento de segurança, como pretendidos pelo acordo (Gómez, 2021).

Entretanto, ainda é válido entender a grande importância do acordo e que sua importância se deu, em grande medida, por uma participação nunca antes observada na história colombiana da sociedade civil e dos movimentos sociais. Complementarmente, o foco nas mulheres, na violência de gênero e nas populações marginalizadas nunca esteve tão presente nas discussões e expressivamente escrito em um acordo como foi no Acordo Geral colombiano. Isso se dá, principalmente, devido a um grande esforço de mulheres e movimentos sociais em prol dessa luta, esforços esses que serão apresentados com mais profundidade no terceiro capítulo. Porém, cabe entendermos, no momento, a dinâmica de participação civil dentro de um processo tão complexo como foi as mesas de negociações do acordo geral.

2.3. PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DA SOCIEDADE CIVIL

Como já apresentado, o Acordo final de terminação dos conflitos foi finalizado entre as partes e levado a votação pela sociedade colombiana, no qual, no primeiro momento se optou pelo “não”. Entretanto, essa não foi a única etapa do processo de negociações onde se teve a presença da sociedade civil e dos movimentos sociais como fatores de importância na tomada de decisões, visto que “na atualidade, é indispensável a negociação da paz sem a participação da cidadania” (Valencia-Agudelo; Villarreal-Miranda, 2020, p. 239). Isso se dá pois existe uma alta correlação entre a inclusão da sociedade civil e a participação da construção da paz com a ideia de paz que se deseja sustentar (John; Kew, 2008, p. 27), isto é, a presença ativa dos grupos sociais nas etapas de negociação possibilitam uma maior inserção desses grupos no desenvolvimento e na manutenção dessa paz a longo prazo, uma vez que sua voz esteve presente nas etapas de decisão de como seriam desenvolvidos cada processo.

Além disso, existem diferentes maneiras de se ter a participação da população no processo de construção da paz, autores como Barnes (2002), García (2013) e Valencia-Agudelo; Villarreal-Miranda (2020) fornecem algumas maneiras de identificar

como se pode exercitar o papel cidadão dentro desses processo de paz. Eles se dão por meio da: promoção de uma opinião pública favorável ao acordo de paz; facilitando o diálogo entre as partes, podendo desempenhar um papel de mediador; monitorando o cumprimento e as violações dos compromissos firmados no acordo, especialmente ligados aos Direitos Humanos; participando das mesas de negociações como um mecanismo de consulta, com representante com capacidade de decisão ou com participações diretas; movimentando para pressionar as negociações e validando democraticamente o acordo, por meio de plebiscito ou referendun.

2.3.1. Participação da sociedade civil nas negociações do Acordo de La Habana

A participação da sociedade civil em um processo de negociação pode se dar em diferentes frentes, com maior ou menor protagonismo e papel ativo de mudança, entretanto, sempre levando a discussões e colocando em foco o processo negociado. À vista disso, Paffenholz (2014) define, de maneira teórica, modelos de inserção da sociedade civil nos processos de negociação e construção da paz, estando presentes em menor ou maior grau no processo de construção da paz colombiana.

Ao longo dos mais de cinquenta anos de conflito armado na Colômbia, diversas tentativas de estabelecimento da paz foram empreendidas, algumas direcionadas a grupos guerrilheiros específicos, outras de forma mais abrangente, com o objetivo de construir um processo duradouro de paz. Um elemento comum a essas iniciativas, que pode contribuir para compreender os resultados limitados obtidos, é a exclusão da sociedade colombiana e de seus movimentos sociais e políticos, vítimas diretas e indiretas do conflito, dos espaços de deliberação e formulação dos acordos. Essa ausência resultou no desenvolvimento de processos dissociados da realidade vivida pela população.

Desse modo, uma das mudanças dos acordos de Havana foi a tentativa da inserção desses grupos nas discussões e negociações que se iniciaram no final de 2012 e foram responsáveis pelas discussões que levaram ao desenvolvimento do Acordo Final de 2016. Os próprios documentos oficiais reconhecem a importância da participação cidadã, uma vez que ela gera a “ampliação das questões abordadas na Agenda, o aumento da propriedade pública do processo, o aumento da legitimidade dos resultados e alcança maior durabilidade e sustentabilidade para a paz.” (Oficina del Alto Comisionado de Paz y Presidencia de la República de Colombia, 2018, p. 217).

Através dos nove modelos de participação social definidos por Paffenholz (2014) é possível separarmos como se deu essa participação social entre o final de 2012 e 2016,

quando se tem o fim das negociações entre as duas partes, Governo Federal e FARC-EP e a assinatura do Acordo. Além do que já é apresentado nos documentos oficiais, Valencia-Agudelo e Villarreal-Miranda (2020) fazem tal esforço de separação dos modelos que podem ser observados no processo colombiano e, através dos documentos da *Biblioteca Abierta del Proceso de Paz Colombiano* é possível coletar os exemplos de cada um desses modelos, por meio das fases de negociação/*conversación*.

O modelo com maior presença são os Fóruns Consultivos Formais, que serão apresentados no final deste tópico. O segundo modelo de maior presença no processo colombiano é a representação direta (Villarreal-Miranda, 2020, p. 244). Ele se define como a forma mais direta de participação, contribui para uma tomada de decisão mais democrática e representativa, além de dar legitimidade às negociações de paz. Quanto maior a quantidade de grupos presentes nas mesas de negociação, mais complexa são as discussões e mais desafiador é para chegar em um resultado (Paffenholz, 2014, p. 78).

Tal processo foi realizado através de determinadas “consultas e visitas diretas de diferentes organizações e indivíduos que apresentaram suas próprias experiências e conhecimentos nos diferentes pontos da Agenda” (Oficina del Alto Comisionado de Paz y Presidencia de la República de Colombia, 2018, p. 219), junto a isso, foi criada uma plataforma online que permitia a participação de qualquer cidadão colombiano por meio da internet e a criação de formulários físicos distribuídos por todas as regiões do país e com a possibilidade de utilização do serviço postal de maneira gratuita, e, por fim, as mesas de negociação receberam a visita de cinco grupos de vítimas que viajaram até Havana para participar da etapa de negociações do ponto 5, que retrata efetivamente as vítimas do conflito (Oficina del Alto Comisionado de Paz y Presidencia de la República de Colombia, 2018, p. 219).

O terceiro modelo com maior importância é intitulado Tomadas de Decisão Públicas, isto é, diz respeito ao plebiscito realizado junto à sociedade civil ao final das negociações, em outubro de 2016 (Valencia-Agudelo; Villarreal-Miranda, 2020, p. 244). Sua importância se dá uma vez que sua realização e seu resultado de “não” como resposta a pergunta de “Você apoia o acordo final para terminar o conflito e construir uma paz estável e duradoura?” levou a uma intensa fase de renegociação no qual, durante dois meses o governo realizou uma série de reuniões e encontros. Tais encontros foram realizados com grupos da sociedade civil promotores do “não” e do “sim” para entender melhor as observações perante o acordo atual, além de encontros realizados com representantes das vítimas do conflito e outros representantes da sociedade civil (Colômbia, 2025).

Os Mecanismos de Inclusão Pós-Acordo, modelo definido por Paffenholz (2014), também foram utilizados como uma plataforma de promoção de direitos e transformações no país. Uma vez que

[...] a implementação do Acordo Final não reside apenas na obrigação do governo de cumprir o acordo, mas é a sociedade civil que sobrevive com a reintegração e a reintegração de ex-combatentes à vida civil e ajuda a garantir que todos os processos sociais, econômicos e políticos que emergem de sua implementação sejam visíveis e solidificados ao longo do tempo. (Valencia-Agudelo; Villarreal-Miranda, 2020, p. 244)

Ademais, o processo de negociações ainda se fez o uso de Consultas menos formais (Paffenholz, 2014), na qual, mesmo sem tanta repercussão quanto os foros consultivos, também foram importantes para dar voz a determinados grupos a fim de possibilitar se entender as principais necessidades a fim de se levar as discussões formais (Valencia-Agudelo; Villarreal-Miranda, 2020, p. 244). Em todos os processos apresentados anteriormente, foi possível observar uma presença massiva das mulheres e das necessidades de discussões sobre a temática de gênero, trazidas através dos grupos e movimentos sociais feministas. Tais discussões levaram à criação da Subcomissão de Gênero, com a presença de grupos como: Casa de la Mujer, Cumbre Nacional de Mujeres y Paz, Iniciativa de Mujeres por la Paz (IMP), entre outros (Oficina del Alto Comisionado de Paz y Presidencia de la República de Colombia, 2018) que será apresentado posteriormente.

Por fim, o primeiro, com maior relevância são os Fóruns Consultivos Formais, modelo 3, eles foram realizados em paralelo a negociações oficiais e tiveram como foco receber propostas da sociedade civil nos seis pontos da agenda (Oficina del Alto Comisionado de Paz y Presidencia de la República de Colombia, 2018, p. 2019). Ao todo, entre os anos de negociações, isso é, do final de 2012 a 2016, foram realizados nove fóruns, cinco nacionais e quatro regionais, divididos nas seis temáticas principais do acordo geral, com a soma de 7.811 participantes e mais de 40 mil propostas. Entre os pontos de maior destaque tem-se as discussões sobre as vítimas, que teve notoriedade no ano de 2014, marcado por três fóruns regionais e um nacional sobre o ponto 4 do acordo (Oficina del Alto Comisionado de Paz y Presidencia de la República de Colombia, 2018).

Entretanto, os fóruns realizados sobre cada ponto foram de extrema importância para as decisões finais, além de possibilitar entender um pouco mais sobre o perfil das participações sociais em cada tópico. Em relação ao ponto 1, isto é, Reforma Rural Integral, foi-se realizado um fórum que contou com 1300 participantes de mais de 500 organizações diferentes, e mesmo que a presença masculina tenha sido superior, com cerca de 67%, foi possível observar uma grande diversidade de movimentos presentes, como a Asociación de

Mujeres por la Paz y la Defensa de los Derechos de la Mujer Colombiana (ASODEMUC) (Oficina del Alto Comisionado de Paz y Presidencia de la República de Colombia, 2018). Entre os painéis, se teve o esforço de se realizar discussões com as mais diferentes representações de camponeses, indígenas, afrodescendentes e de mulheres camponesas e suas discussões levaram à elaboração de 547 propostas.

Para o segundo ponto, tem-se o Fórum sobre Participação Política realizado nos dias 28, 29 e 30 de abril em Bogotá, Colômbia, com cerca de 1200 pessoas de 480 organizações (Organização Das Nações Unidas Na Colômbia; Universidad Nacional De Colombia, 2013, p. 14). O fórum teve uma diversidade de representações, nos quais,

Os setores mais representados durante o Fórum foram os partidos e movimentos políticos com status legal (164), organizações e movimentos de camponeses (144), organizações de mulheres (139) e movimentos sociais e políticos (133). Também se destacou a presença de representantes de organizações de vítimas (94), defensores de direitos humanos (94), ONGs que trabalham com participação política (82), organizações de jovens (61) e representantes de centros acadêmicos e de pesquisa (60). (Organização Das Nações Unidas Na Colômbia; Universidad Nacional De Colombia, 2013, p. 14)

Além disso, mesmo que realizado em Bogotá, o fórum teve representações de todos os 32 departamentos do país e as mais de 20 mesas de discussão receberam cerca de 918 propostas, nos quais mais de 40% foram escritas por participantes (Organização Das Nações Unidas Na Colômbia; Universidad Nacional De Colombia, 2013, p. 22). Como uma conclusão ao fórum se entende que, mesmo que o objetivo geral não seja educar e comunicar sobre os trabalhos realizados nas mesas oficiais de negociação, mas sim trazer a temática para a sociedade civil, ele “se tornou um documento para os cidadãos consultarem a fim de saberem exatamente sobre os subtemas da participação política que não haviam sido necessariamente apropriados.” (Organização Das Nações Unidas Na Colômbia; Universidad Nacional De Colombia, 2013, p. 26), se tornando, também, um documento consultivo para a população, de modo geral.

Depois vieram os fóruns para a Solução do Problema com as Drogas Ilícitas, ponto quatro do Acordo final, no qual foram realizados um nacional e um regional. O fórum nacional contou com a participação de 1200 pessoas, entre distintas organizações e movimentos sociais,

As organizações de camponeses, por serem as mais afetadas por esse tipo de cultivo ou porque seus territórios são usados para a produção e comercialização de narcóticos, foi o maior setor do Fórum (148 participantes), seguido pelas organizações de mulheres (102), organizações indígenas (100), vítimas (82) e movimentos sociais e políticos. (Organização Das Nações Unidas Na Colômbia; Universidad Nacional De Colombia, 2013, p. 20)

Além de participações como observadores de indivíduos, teve como tópicos principais as discussões sobre experiências de substituição e questões voltadas à produção e a comercialização (Oficina del Alto Comisionado de Paz y Presidencia de la República de Colombia, 2018). Além das propostas submetidas a discussão no fórum, ele também possibilitou a construção conjunta de uma “Declaração conjunta dos camponeses, afro-colombianos e povos indígenas representados na Mesa Nacional de Unidad Agrária-Mua, organizações afro-colombianas e ONIC”, assim, além de dar voz a sociedade civil, possibilitando a integração e a construção de uma “unidade” entre os setores populares e a sociedade civil, como o próprio documento de balance pontua (Organização Das Nações Unidas Na Colômbia; Universidad Nacional De Colombia, 2013, p. 23).

Como exposto anteriormente, o ponto sobre as vítimas do conflito teve notoriedade, sendo realizado ao todo, três fóruns regionais e um fórum nacional sobre a temática. Isso se deu devido à relevância nacional da temática, que afeta a sociedade colombiana de maneira geral, assim convocando todos os setores sociais do país (Oficina del Alto Comisionado de Paz y Presidencia de la República de Colombia, 2018). Foi decidido que 70% dos participantes do fóruns regionais e 60% do nacional seriam para vítimas e organizações de vítimas de violações dos direitos humanos.

Falando sobre o fórum nacional, os dados de participação são relativamente parecidos com dos fóruns anteriores, mostrando uma tendência de participação de movimentos de mulheres, como apresentado abaixo

Dos 1437 participantes, 738 pessoas (51%) se registraram como representantes ou membros de algum setor social ou populacional, sendo os setores com maior representação os de organizações de mulheres, movimentos políticos e sociais, organizações afrodescendentes, organizações defensoras de direitos humanos, organizações e movimentos campesinos, organizações indígenas e grêmios e organizações do setor empresarial. (Oficina del Alto Comisionado de Paz y Presidencia de la República de Colombia, 2018, p. 163)

Pela primeira vez, além da participação das vítimas de maneira presencial, o fórum assegurou a participação de refugiados no exterior, de maneira virtual, dando a possibilidade de apresentação de suas propostas mesmo aos refugiados em diferentes partes do mundo (Oficina del Alto Comisionado de Paz y Presidencia de la República de Colombia, 2018). E concomitância, o ponto relacionado às vítimas teve a importância presença de delegações, de maneira direta, nas mesas de negociação em Havana, sendo cinco delegações ao todo, entre agosto e dezembro de 2014, quando se estava em debate a temática, possibilitando uma voz direta, como citado no modelo 1, anteriormente.

O último fórum foi realizado no início de 2016, com as temáticas dos pontos 3 e 6, isso é, sobre o fim do conflito e mecanismos de implementação e verificação. Com a presença de 715 pessoas e uma quantidade quase paritária entre homens e mulheres, as organizações sociais presentes seguiram na mesma linha que dos fóruns anteriores, com uma grande presença de movimentos de vítimas, organizações camponesas e defensores dos direitos humanos, movimentos de mulheres, entre outros (Oficina del Alto Comisionado de Paz y Presidencia de la República de Colombia, 2018). Entre as temáticas presentes estavam: o cessar fogo definitivo; a reincorporação das FARC-EP a vida civil; a coordenação do governo a revisão da situação das pessoas presas, processadas ou condenadas por pertencer ou colaborar com a guerrilha; a garantia da segurança; mecanismos de implementação; acompanhamento internacional; ferramentas de difusão e comunicação; e mecanismos de endosso do acordo (Oficina del Alto Comisionado de Paz y Presidencia de la República de Colombia, 2018, p. 188-189).

Por fim, as mulheres, enquanto grupo, sempre estiveram presentes nas diferentes etapas do processo de negociação, contudo de forma periférica. Com o surgimento dos fóruns consultivos, apresentados anteriormente, as organizações sociais de mulheres levaram à mesa de negociações a demanda pela realização de um fórum específico sobre a situação das mulheres no contexto do conflito. Todavia, tal proposta foi rejeitada, sob a justificativa de que sua implementação abriria precedentes para a criação de fóruns voltados a quaisquer outras temáticas que viessem a emergir (Terán, 2020).

Além disso, durante as mesas de conversação e os fóruns de debate se destacaram a participação feminina e dos movimentos sociais de mulheres, mesmo que não fosse possível definir uma paridade entre homens e mulheres em nenhum dos fóruns, apesar das tentativas, as mulheres ainda eram protagonistas nos debates (Oficina del Alto Comisionado de Paz y Presidencia de la República de Colombia, 2018). Historicamente, como discutido no primeiro capítulo deste trabalho, as mulheres sempre desempenharam um papel importante na prevenção e nas discussões, lutas e soluções de conflitos (Portolés, 2001). Desse modo, da mesma forma que a participação social de forma geral, o governo nacional reconheceu, pela primeira vez “as organizações de mulheres tiveram grande incidência [...] e promoveram iniciativas que complementam os canais de participação dispostos nas Mesas de Negociações” (Oficina del Alto Comisionado de Paz y Presidencia de la República de Colombia, 2018, p. 270, tradução nossa).

2.4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Neste capítulo foi possível observar o contexto histórico do conflito colombiano e os processos que levaram à organização e realização dos esforços que geraram o Acordo Geral para a finalização do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Duradoura. Em concomitância, o trabalho se dedicou a dissecar os principais pontos referentes ao acordo, a fim de entender suas especificações em relação ao foco nas desigualdades e violências de gênero, que o tornou tão único e inovador em comparação a outros processos de paz ao redor do mundo. Para isso, se focou no papel que a sociedade civil e nos movimentos sociais tiveram nas discussões e em suas contribuições para as mesas de negociações, seja de maneira direta, através das representações, seja de forma indireta, através dos fóruns consultivos e do plebiscito.

A Colômbia como Estado-Nação não foi construída com grandes bases de unificação, seja territorial seja populacional. O que gerou uma dificuldade histórica do Estado em exercer a sua soberania. Paralelamente, apenas a elite tinha algum poder e/ou recebia algum tipo de benefício do Estado, isso gerou uma população colombiana sem qualquer apoio, sem voz e em uma atmosfera ligada a problemas voltados à distribuição de terra, o que levou aos primeiros conflitos e desenvolvimentos de violências.

Tem-se no período conhecido como *La Violencia*, o antecedente para a criação das primeiras e principais guerrilhas, uma vez que foi um momento de disputa entre dois partidos, os Liberais e os Conservadores, que confirmou a falta de olhar do Estado para com a população. Isso ficou claro uma vez que, durante os anos que marcados pela *La Violencia*, os partidos usaram da população como massa de manobra para os conflitos diretos, gerando uma série de processos de violências e assassinatos, entretanto, quando foi realizado o acordo entre os dois lados, a população foi deixada de lado. Assim, evidenciando a separação entre as elites e os “outros”.

A violência, como apresentada ao longo do capítulo, é estruturante e formadora do Estado e da sociedade colombiana, vem desde seu passado colonial, passa pela sua emancipação ainda subsidiada e caminha até os conflitos do século XX. Desse modo, as guerrilhas se formam como uma resposta a essa violência histórica presente no território. Entre as principais e mais marcantes têm-se as FARC-EP e a ELN, conhecidas como guerrilhas de primeira geração, entretanto, devido sua estrutura e seu desenvolvimento a FARC-EP se consolida como a maior guerrilha do território e se mantém mesmo com as

tentativas ao longo dos mais de 40 anos de conflitos de se negociar. Assim, é apenas nos anos 2010, com as tratativas de Havana que a guerrilha se abre a negociações.

O Acordo Geral para a finalização do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Duradoura foi desenvolvido e discutido por meio de seis pontos principais, que foram estabelecidos como essenciais para o estabelecimento de um processo eficaz de paz no país. Desse modo, os pontos passaram desde as questões históricas de território, pensando sobre uma Reforma Rural Integral, passando sobre a Participação Política, as Vítimas, sobre as soluções ao problema com as Drogas Ilícitas, a efetivamente o Fim do Conflito e a Implementação do Acordo. Em cada um dos pontos se destacou a presença de dispositivos criados a fim de garantir a equidade de gênero, além de possibilitar a inserção da mulher na participação ativa nas tomadas de decisões.

Para que tal processo fosse considerado bem sucedido e seu conteúdo abarcasse as demandas da população, representando uma mudança estrutural, para além do fim das hostilidades, tem-se a presença massiva da sociedade civil e dos movimentos sociais nas mesas de discussões, seja de maneira direta, seja de maneira indireta. Para se entender como se deu tal processo, é separado os processos por meio de modelos de participação da sociedade civil, no qual explicam como a presença se deu, bem como se a participação foi mais ativa ou passiva e se suas proposições tiveram maior ou menor grau de escuta. No acordo colombiano se destacou pela presença de Fóruns Consultivos, Representações Diretas e o Plebiscito.

Foram realizados Fóruns temáticos sobre todos os seis pontos, com uma presença forte dos movimentos sociais e da população civil, sempre em uma tentativa de paridade de gênero e focando em diferentes temáticas de cada ponto. Os fóruns tiveram um importante papel de desenvolvimento de propostas para apresentação nas mesas de negociação, além de possibilitarem o fortalecimento de grupos e indivíduos que foram levados para as representações diretas. Além disso, o plebiscito possibilitou mostrar como a população não estava totalmente confiante com os resultados do acordo, permitindo a revisão de alguns pontos. Além disso, a participação massiva de mulheres nos Fóruns Consultivos colocou em voga a necessidade de se discutir a presença da mulher, tanto no conflito armado quanto na construção da paz.

Desse modo, o próximo capítulo se debruça nesta parte importante da participação civil, analisando os movimentos de mulheres, por meio da *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz*, e visa entender como se deu a presença real desses grupos e dessas mulheres, nesses fóruns, nessa comissão, nas discussões diretas e principalmente como foram recebidas essas

temáticas. Entendendo assim como a paz, o feminismo e os marcadores sociais de raça, classe e a territorialidade podem levar a formação de uma teoria de paz única.

3. A CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ NA CONSTRUÇÃO DA PAZ FEMINISTA INTERSECCIONAL

Este capítulo tem como objetivo analisar a *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz*, a fim de entender especificamente como suas conferências possibilitaram a inserção das discussões voltadas à temática das mulheres dentro do Acordo Final/Geral para a finalização do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Duradoura. A partir de tal análise é possível refletir o papel dos movimentos sociais de mulheres e em prol da luta feminina para a construção da teoria de paz feminista interseccional, de maneira prática e ligada às necessidades prementes do território e espaço. Ademais, entendendo a interdependência da prática com a teoria, uma vez que os movimentos sociais moldam teorias da mesma forma que teorias auxiliam a organizar e complexificar movimentos, tal capítulo tem o objetivo de entender como a construção da *Cumbre* possibilita o desenvolvimento e aprofundamento do que é entendido como construção da paz.

Com isso, o capítulo está separado em duas seções principais. A primeira seção se debruça na análise do que foi a *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz*, entendendo seu contexto de formação bem como as organizações convocantes que fazem parte de sua estrutura inicial. Dessa maneira, é possível entender os principais pontos de convergência entre os movimentos presentes. Além disso, a seção tem o objetivo de apresentar um apanhado de como se organizou e desenvolveu os dois encontros ocorridos ao longo do processo do acordo, isto é, nos anos de 2013 e 2016, apresentando metodologias, experiências e desencontros. Por meio deles é possível se debruçar nas propostas pensadas em conjunto e posteriormente apresentadas à mesa de negociações, além de entender os avanços possibilitados pelos encontros.

Posteriormente a segunda seção do capítulo se debruça nas análises voltadas à coletividade desenvolvida pela Cumbre, que possibilitou um processo de construção da paz, entendendo como sua realização, metodologia e resultados proporcionaram uma reafirmação e até mesmo um alargamento nos pensamentos sobre a construção da paz, formal e informal. Ademais, a seção se focará em entender, majoritariamente, como tal luta, que como um todo não era uma luta denominada como feminista, mesmo que atrelada a muitos movimentos que se intitulam como tal, possibilita um aprofundamento da teoria da paz feminista, colocando a ideia da interseccionalidade como foco central. Assim, relacionando a teoria discutida no primeiro capítulo do trabalho com a atuação das mulheres dentro da *Cumbre*, no contexto geral do conflito colombiano, explorado no segundo capítulo do presente trabalho.

3.1. *PORQUE LA PAZ SIN LAS MUJERES ;NO VA! QUEM SÃO E COMO PARTICIPAVAM ESSES ATORES*

A construção da paz colombiana, como se observou no capítulo anterior, se desenvolveu através do estabelecimento da paz, através do marco constitucional, como um direito fundamental (Muñoz; Ramírez, 2014a), trazendo as noções ligadas ao seu cumprimento como essenciais e obrigatórias para o desenvolvimento dos processos políticos e sociais do país. Desse modo no início dos anos 2010, para além do estabelecimento formal de um cessar fogo, definindo o fim das hostilidades entre o governo e as guerrilhas, mais especificamente as FARC-EP, foi-se estruturado um acordo de paz que abarcasse pontos de extrema importância para a reestruturação da sociedade colombiana.

Os fóruns consultivos atenderam a demanda de possibilitar o diálogo e dar voz à sociedade civil por meio dos pontos principais do acordo, como foi exposto anteriormente. A participação feminina sempre foi presente e protagonista desde o início, com crescimento exponencial com o passar dos fóruns. A título de exemplificação, o primeiro fórum, de desenvolvimento rural contou com 33% do público feminino, enquanto o segundo, sobre participação política já teve uma porcentagem de 46% de mulheres (Muñoz; Ramírez, 2014b). Desse modo, se viu a necessidade e a importância da discussão sobre a presença feminina dentro do contexto do conflito, assim como dar protagonismo às propostas das mulheres. Foi proposto por meio da *Ruta Pacífica de las Mujeres* e da *Casa de la Mujer* ao Comissariado para a Paz a criação de um fórum das mulheres, a fim de discutir a ausência de mulheres nas Mesas de Negociações (Terán, 2020), no qual foi recusada com o argumento que daria espaço para outros setores sociais solicitarem a mesma coisa (Sánchez, 2018; Terán, 2020).

A partir disso, os movimentos sociais femininos viram “uma oportunidade para posicionar a agenda das mulheres no marco do processo” (Muñoz; Ramírez, 2014a, p. 15) como central para os direitos humanos mas também apresentando que a exclusão das mulheres desse processo quebra com a legitimidade da construção da paz. Surge a ideia de se realizar, assim, a primeira *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz*. Vale ressaltar que, desde o início das discussões, os movimentos de mulheres, nomeados ou não como feministas, se pautam por uma noção ligada a uma paz feminista mais crítica (Cockburn, 2010), que entende, pra além da presença de mulheres nos mecanismos de negociação, a necessidade de se pensar as causas originais das desigualdades, tais como as violências físicas, sexuais e simbólicas, bem como outras formas de inserção.

Assim, a *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz* se forma com os princípios iniciais, além do citado acima, de serem impactantes e não impactadas nas negociações, incidir nas mesas de negociações e participar dos mecanismos de implementação e verificação, ligados ao direito das mulheres (*Cumbre Nacional de Mujeres y Paz*, 2025). Cabe expor que a *Cumbre*, além de posicionar a agenda de mulheres no cenário do conflito, era apontada por documentos como uma “contribuição histórica para a construção da paz em todo o território do país” (Muñoz; Ramírez, 2014a, p. 09).

Com isso, inicialmente nove organizações decidem se unir com o objetivo de juntar forças para estabelecer uma força coletiva e diversa, com o “propósito de incidir na construção da paz na Colômbia através da defesa dos direitos das mulheres” (*Cumbre Nacional de Mujeres y Paz*, 2025). Além disso, foi desenvolvida por meio do acompanhamento técnico do Sistema das Nações Unidas na Colômbia sob a liderança da ONU Mulheres e apoiado pela cooperação da Suécia, Noruega, Suíça e Espanha (Muñoz; Ramírez, 2014a, p. 16). O trabalho da ONU Mulheres incluía desde o suporte metodológico de apresentação e formulação de propostas até logístico, moderando os painéis e mesas de trabalho e criando a sistematização final do evento, apresentando propostas e conclusões. Seu papel veio por meio de uma iniciativa a fim de garantir a imparcialidade e neutralidade do espaço político (Muñoz; Ramírez, 2014a).

As organizações convocantes foram: *Casa de la Mujer*; *Asociación Nacional de Mujeres Campesinas, Negras e Indígenas de Colombia* (ANMUCIC); *Red Nacional de Mujeres*; *Ruta Pacífica de Mujeres*; *Alianza Inicial de Mujeres Colombianas por la Paz* (IMP); *Conferencia Nacional de Organizaciones Afrocolombianas* (C.N.O.A.); *Colectivo de Pensamiento y Acción Mujeres, Paz y Seguridad*; *Grupo de Seguimiento de la Resolución 1325 e Mujeres por la Paz*.

A *Casa de la Mujer*, organização mais antiga entre as convocantes, foi criada em 1982, quando os casos de violência contra mulher não eram registrados em veículos oficiais e suas violações não eram reconhecidas. Ela se pontua com uma postura feminista, herdeiras das mulheres sufragistas e vinculadas a autonomia sexual, reprodutiva, econômica, emocional e política das mulheres (*Casa de la Mujer*, 2025). Em suas reflexões sobre a paz, a *Casa de la Mujer* entende que

Construir a paz é fazer política feminista, o que não significa apenas participar em lutas para erradicar as desigualdades, as injustiças e as exclusões, mas também é a prática das mulheres para desconstruir as relações de opressão e subordinação entre homens e mulheres, para construir alianças, para erradicar a violência contra elas e contra os outros (*Casa de la Mujer*, 2025)

O que deixa explícito o posicionamento crítico sobre a construção da paz feminista que a organização apresenta. Em período semelhante, 1986, surge a *Asociación Nacional de Mujeres Campesinas, Negras e Indígenas de Colombia* (ANMUCIC), como parte de um programa de Política para Mulher Campesina com apoio do Estado (Tafur, 2015; Terán, 2020). Ela tinha como objetivo tratar da temática do trabalho no campo envolvendo a mulher campesina e de sua produção agrícola. Seguindo nas convocantes, em 1991, se fundou a *Red Nacional de Mujeres*, por meio da Assembleia Nacional Constituinte, no qual se vincula 3 organizações mistas e mulheres de 14 cidades do país (Terán, 2020). Seu campo de atuação se vincula ao institucional, pensando na cidadania e na participação política.

A *Red Nacional de Mujeres* se dividiu em um determinado momento e surge a *Ruta Pacífica de Mujeres*, em 1996 (Terán, 2020), elas se definem como um movimento feminista, pacifista, antimilitarista com o objetivo de construir um caminho de paz as mulheres, como uma resposta a situação de violência vivida pelas mulheres nas zonas de conflitos (*Ruta Pacífica de Mujeres*, 2025). Junto a ela, a *Alianza Iniciativa de Mujeres Colombianas por la Paz* (IMP), constituída em 2002 é parte fundante da Cumbre, se organizando por meio de 22 organizações de mulheres, 248 processos regionais e seis setores, sendo eles, indígenas, sindicalistas, jovens, acadêmicas e feministas, afrodescendentes e mulheres que trabalham para a paz e cultura (*Alianza Iniciativa de Mujeres Colombianas por la Paz*, 2025). Seu trabalho se estabelece, além da participação ativa nos processos de diálogo, na incidência desde uma perspectiva de gênero nas políticas públicas locais, desse modo, teve algumas participações limitadas em negociações de paz anteriores, como a de Caguán (Terán, 2020).

Já a *Conferencia Nacional de Organizaciones Afrocolombianas* (C.N.O.A.) tem um caráter muito mais amplo e misto, englobando organizações afro-colombianas de mulheres, jovens e comunidade LGBTQIA+ (*Conferencia Nacional de Organizaciones Afrocolombianas*, 2025). Desde sua criação em 2005 se estabeleceu a fim de desenvolver e articular agendas aos processos organizativos afrocolombianos (Terán, 2020). Seguindo nas organizações fundantes, tem-se o *Colectivo de Pensamiento y Acción Mujeres, Paz y Seguridad*, criado em 2011 durante um intercâmbio de experiências nas Filipinas, com o objetivo de se pensar questões éticas voltadas a construção da paz, pensando o respeito, a justiça, o reconhecimento mútuo e as práticas patriarcais (*Colectivo de Pensamiento y Acción Mujeres, Paz y Seguridad*, 2013; Ciase, 2016; Terán, 2020).

O *Grupo de Seguimiento de la Resolución 1325*, também fundado em 2011, em outro sentido, pensa a implementação da agenda 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas na Colômbia, entendendo a necessidade de se pensar um plano de ação para tal com o

objetivo de garantir a participação das mulheres nos processos de paz, assim como capacitar-las (Red Nacional de Mujeres, 2025; Terán, 2020). Por fim, o coletivo *Mujeres por la Paz*, se fundou durante as negociações de paz em 2012. Desse modo, as temáticas e abordagens, já muito diversas entre as organizações principais, contemplavam ainda mais temáticas, apresentando pontos importantes sobre as mulheres de modo geral, porém trazendo foco às mulheres vítimas, campesinas, indígenas, afro-colombianas, ex-combatentes, entre outras.

Assim, a partir desse grupo diverso de organizações sociais, é organizada a primeira Cumbre Nacional de Mujeres y Paz, objetivando um espaço de “reflexão crítica e discussão propositiva desde as vozes e o papel das mulheres” (Muñoz; Ramírez, 2014a, p. 10). A seguir serão apresentadas, mais profundamente, como se organizou esses encontros que ocorreram no mesmo período do processo de negociações do acordo de paz.

3.1.1. A realização dos Encontros e suas consequências nas negociações

Com os dizeres “Ser impactantes y no pactadas” a I Cumbre Nacional de Mujeres y Paz foi realizada nos dias 23 a 25 de outubro de 2013. Cerca de 450 mulheres, previamente inscritas e representantes de diferentes setores, organizações e expressões sociais, desde nível regional a nacional, se encontram a fim de discutir, dialogar e apresentar experiências de construção da paz, para que fosse possível o desenvolvimento de propostas (Muñoz; Ramírez, 2014a). As organizações se dividiram nas temáticas:

Organizações feministas (132), iniciativas nacionais e territoriais de paz (43), experiências locais de mulheres na construção da paz (38), organizações camponesas (33), organizações de estudantes (18), organizações indígenas (21), mesas departamentais, municipais e conselhos consultivos (14), organizações de direitos humanos (14), organizações de base comunitária (7), organizações ambientalistas (6), organizações da população LGBTQIA+ (6), igrejas (6), organizações do setor educacional e cultural (6), partidos políticos (6), setor acadêmico, universidades e centros de pesquisa (7), centrais e organizações sindicais (6) e meios de comunicação (4). (Muñoz; Ramírez, 2014a, p. 18)

Para além das separações, 21 participantes não foram separadas em nenhuma categoria e mesmo as categorias definidas podem, posteriormente, ser problematizadas, uma vez que dentro dos movimentos sociais femininos colombianos muito se debate, por exemplo, sobre as denominações de feminista (Terán, 2020). Entretanto, de maneira didática, tais separações nos permitem perceber a diversidade de abordagens e entendimentos sobre a temática que foram tratados e analisados dentro dos três dias de *Cumbre*.

Metodologicamente, o encontro foi dividido para que cada dia tivesse um objetivo específico. Desse modo, o primeiro teve como foco os painéis de discussões, diálogos e

experiências territoriais, nacionais e internacionais de construção da paz. O segundo, mesas de trabalho para a construção e apresentação de propostas, a partir delas, se pensou e retomou a agenda de mulheres aos 5 pontos do acordo para as Mesas de Negociação. O último dia ficou a cargo da apresentação em plenária das propostas construídas pelas mulheres e a reflexão final por parte das experts internacionais acerca dos caminhos e recomendações sobre os trabalhos das mulheres no processo (Muñoz; Ramírez, 2014a, p. 17). Ao todo foram desenvolvidos quatro painéis de discussão, no qual se dividiram em experiências locais, nacionais e internacionais.

O primeiro painel teve um caráter introdutório, apresentando os principais pontos internacionais para se pensar as mulheres e a paz, com uma fala da Manuela Mesa, Diretora de Educação e Pesquisa para a Paz da Fundação Cultura de Paz da Espanha (Muñoz; Ramírez, 2014a). Ela destacou a importância de se ter as resoluções do Conselho de Segurança da ONU como um ponto de inflexão para se pensar as mulheres como atores de paz, entretanto apresentou dados que expõem a ausência de mulheres nos cenários de construção da paz nas negociações ao redor do mundo (Muñoz; Ramírez, 2014a, p. 28). Também foi apresentado, como em muitos momentos do encontro, uma fala sobre a justiça transicional, exposta por María Camila Moreno no qual apresenta que “a justiça transicional é uma resposta multifacetada que inclui diferentes mecanismos para enfrentar violações sistemáticas ou massivas dos direitos humanos que não puderam ser enfrentadas por mecanismos ordinários” (Muñoz; Ramírez, 2014a, p. 29).

Os outros painéis contaram com exposições seguindo as linhas do local, nacional e internacional, focando inicialmente lições e oportunidades no papel das mulheres na verificação do acordo, seguindo para as implicações regionais da implementação dos acordos a partir das vozes femininas e finalizando na análise dos desafios e recomendações às mulheres, feita por experts internacionais (Muñoz; Ramírez, 2014a). Entre os principais pontos apresentados tiveram as experiências das mulheres vítimas em regiões afastadas, a importância de se pensar as mulheres ex-combatentes, pela fala de uma ex-combatente do M-19, Alix María Salazar, no qual expôs um duplo preconceito enfrentado, uma vez que

As mulheres desmobilizadas, como ex combatentes, tiveram que viver em uma sociedade inequitativa e excludente, na qual criticavam sua posição de tomar em armas, e ainda tiveram que voltar sem que nada tivesse mudado. (Muñoz; Ramírez, 2014a, p. 32)

Tais experiências se mostram de muita importância para análise dado que mesmo que a maioria de suas organizações convocantes se coloque como antimilitarista, a Cumbre se mostrou um espaço onde mulheres com diferentes experiências, pensamentos e

imbricamentos pudessem dialogar e apresentar suas vivências e dificuldades. Além disso, as experiências internacionais, como a de Betty Bigode, ex negociadora de paz e então Ministra de Estado de Recursos Hídricos da República de Uganda, possibilitaram o intercâmbio de acontecimentos e processos (Muñoz; Ramírez, 2014a).

O segundo dia foi marcado pelas mesas de trabalho para elaboração das propostas, foram constituídas 12 mesas ao todo, no qual os anexos da Cumbre contam com os relatórios elaborados pela ONU Mulheres (Muñoz; Ramírez, 2014b). As mesas se estruturaram de maneira que os grupos fossem diversos e não representassem apenas um setor, uma organização ou pensamento, a fim de “dar conta da diversidade de opiniões e propostas” (Muñoz; Ramírez, 2014b, p. 38). As mesas de trabalho tinham como objetivo discutir e construir conjuntamente propostas em matéria de referendação, implementação e verificação dos acordos, seguindo os pontos principais do acordo geral, ou seja, Desenvolvimento Agrário Integral, Participação Política, Fim do Conflito, Solução ao Problema de Drogas de uso Ilícito e Vítimas (Muñoz; Ramírez, 2014b). Cada mesa também tinha o trabalho de eleger duas representantes para acompanhar a relatoria e expor, em plenária, as propostas debatidas.

As mesas se orientaram por meio de duas perguntas geradoras: “ Qual deve ser o lugar político das mulheres na construção da paz? Como politizar o trabalho das mulheres na construção da paz a partir das suas diversas experiências e cotidianidades (empresárias, camponesas, jovens, acadêmicas, políticas, indígenas, feministas, vítimas, etc.)?” (Muñoz; Ramírez, 2014b, p. 36). As propostas foram divididas em três temáticas principais: sobre o processo de paz; ao redor do ponto seis do Acordo Geral, que fala sobre a implementação; e sobre os demais pontos do acordo (Muñoz; Ramírez, 2014a).

O primeiro ponto de propostas, para o processo de paz, entre os pontos mais importantes tem-se a retomada a proposição do desenvolvimento de uma comissão com o objetivo de levar as propostas apresentadas na *Cumbre* as Mesas de Negociação (Muñoz; Ramírez, 2014a), o objetivo da comissão é para que as propostas sejam apresentadas de acordo, uma vez que, um documento de posição pode não gerar o impacto esperado. Outro ponto importante apresentado como proposta foi a participação das mulheres em sua diversidade, “tendo em conta as comunidades indígenas e afro, como vozes e representantes de todo o povo colombiano” (Muñoz; Ramírez, 2014a, p. 46), além da representação das mulheres vítimas e da visibilização das mulheres lésbicas, bissexuais e trans.

O segundo foco de propostas, giram em torno principalmente da inserção das mulheres nos processo de implementação, endosso e verificação, para isso elas trazem alguns pontos importantes como a necessidade de se pensar mecanismos que insiram as mulheres de

maneira paritária, além de se pensar no local, regional e nacional. Se vê, em todos os pontos de discussões temáticas ligadas a metodologias e teorias interseccionais e/ou imbricadas, quando pensam sobre “levar em conta as diferenças regionais, culturais e os tipos de violência que afetam cada região” (Muñoz; Ramírez, 2014a, p. 49) pensando aqui na territorialidade. Outra proposta importante que se tem é quando expõem a necessidade de implementação “começando pelas bases e terminando nas elites, desde o local até o central, desde a particularidade das regiões até o âmbito nacional” (Muñoz; Ramírez, 2014a, p. 49) apresentando o caráter feminista e totalente imbricado de suas discussões.

Além disso, em vários momentos das propostas se fala sobre a compreensão do conflito armado desde a diversidade, “que implica na vivência em cada território e contexto, desde as narrativas das mulheres que viveram fatos vitimizantes de todos os grupos armados” (p. 50). Citam sempre a necessidade de se pensar nas comunidades indígenas, como em “as comunidades indígenas e as autoridades dentro das mesmas devem fazer uma consulta interna para definir qual seria sua proposta de referendação dos acordos” (Muñoz; Ramírez, 2014a, p. 51).

Ao discutirem sobre a necessidade de uma Assembleia Constituinte, também apresentam que é necessário um enfoque territorial, a nível de bairros, municípios e departamentos (Muñoz; Ramírez, 2014a), o conceito de territorialidade e território, caro para as feministas latino-americanas, aparecem aqui nas propostas da Cumbre também com foco, uma vez que o movimento entende como diferentes regiões precisam de diferentes aparatos institucionais para se fortalecer. Em complemento, as propostas também previam representantes de “gênero e diversidade, jovens, população campesina, indígenas, afrodescendentes e mulheres rurais” (Muñoz; Ramírez, 2014a, p. 53), além de comissões mistas de verificação, com “50% de mulheres diversas (indígenas, afros, lesbianas, campesinas)” (Muñoz; Ramírez, 2014a, p. 54).

Criação de uma “comissão internacional feminista que faça verificações e observações pós-conflito” (Muñoz; Ramírez, 2014a, p. 55) aqui, é possível entender que as propostas da Cumbre já de maneira estruturada processos que fossem possível a inserção feminina, com o objetivo de replicação de tais propostas no acordo final. Apresenta também o foco nas populações indígenas, reconhecendo uma “guarda indígenas como construtores da paz que protegem o território que em sua maioria são mulheres e estabelecem mecanismo de verificação frente a presença de atores armados em territórios indígenas” (Muñoz; Ramírez, 2014a, p. 55).

As propostas sobre os demais pontos do acordo se dividem em cada ponto específico. Nas propostas de Política de Desenvolvimento Agrário Integral o foco foi a inclusão das mulheres rurais e das organizações de mulheres rurais na nova lei agrária (Muñoz; Ramírez, 2014a, p. 57), além da devolução da terra às comunidades indígenas e afrodescendentes pensando numa vocação territorial, desse modo a “terra seria entregue a camponeses, afrodescendentes e comunidades indígenas, por qual se fortaleceriam as zonas de reserva campesina [...] sendo 50% das terras as mulheres dos setores apresentados” (Muñoz; Ramírez, 2014a, p. 57).

Em Participação Política, pensando em reformas legislativas, tem-se a criação de uma circunscrição especial para minorias políticas, diversidade sexual e mulheres, como se faz a povos indígenas e afro (Muñoz; Ramírez, 2014a, p. 58). Também apresentam a necessidade de transversalização do enfoque de gênero em todas as políticas públicas, com enfoque de gênero, equidade e igualdade. Pensando nas políticas públicas, mais especificamente, se propõe um reordenamento territorial com enfoque de gênero, com assistência à saúde sexual e reprodutiva de mulheres vítimas e ex-combatentes (Muñoz; Ramírez, 2014a, p. 58). Além disso, “um marco de políticas e planos de paz integrais e não apenas desde o desarme, onde se completem o enfoque de igualdade, equidade e goze efetivamente os direitos humanos das mulheres e dos diferenciais étnicos, étnicos e territoriais” (Muñoz; Ramírez, 2014a, p. 59)

Pensando no ponto do Fim do Conflito, tem-se como proposta o fortalecimento político dos movimentos de mulheres, no local e nacional (Muñoz; Ramírez, 2014a, p. 59), fortalecimento das mulheres indígenas e afro colombianas para promover sua participação, tanto nas suas instituições próprias como nos entes territoriais, com ênfases no empoderamento e jovens mulheres (Muñoz; Ramírez, 2014a, p. 59). Também teve como proposta a vinculação da população afro e indígena por meio de uma mesa diferencial, criando mecanismos concretos que reparem as mulheres afro-colombianas em territórios de conflito (Muñoz; Ramírez, 2014a, p. 60).

Pensando no ponto sobre Vítimas colocam como proposta a “obrigação para os acordos se deve propor uma reparação integral e histórica (aos povos indígenas, afro e raízes) tanto dos atores a margem da lei, como das forças do Estado que cometeram violações dos direitos humanos, ao direito internacional humanitário e das mulheres” (Muñoz; Ramírez, 2014a, p. 62). Além disso os acordos de implementação precisam ficar explícitos as consequências na vida das mulheres e a violência sexual garantindo reparação, incluindo da comunidade LGBT (Muñoz; Ramírez, 2014a, p. 62). Falam diretamente da comissão da verdade e da necessidade da presença de mulheres, mulheres territorializadas e que conheçam

os conflitos dos territórios (Muñoz; Ramírez, 2014a, p. 63). Adequação dos protocolos judiciais que reconheçam as vitimizações por LGBTfobia no conflito armado (Muñoz; Ramírez, 2014a, p. 63).

A Primeira *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz* teve resultados e conquistas, tanto no cenário simbólico como prático dentro da construção de paz, que estava iniciando dentro da Colômbia. A organização reconheceu 10 conquistas importantes, entre elas a capacidade de respostas e de impactar, por meio das organizações convocantes e suas relações políticas/sociais a construção de propostas que abarcasse não apenas as mulheres como toda a sociedade (Muñoz; Ramírez, 2014a). Também teve o avanço da aliança com o Sistema das Nações Unidas, gerando um espaço de intercâmbio e diálogo, ampliação da diversidade regional das mulheres participantes, um consenso no pronunciamento público, entre outros (Muñoz; Ramírez, 2014a).

Além disso, a *Cumbre* foi reconhecida, com sua própria sistematização apresentada, como um dos antecedentes mais importantes para assegurar a participação das mulheres nas negociações em *La Habana* (Terán, 2020). Uma vez que, tal consenso público colocou em voga a exigência das mulheres na mesa de negociações, bem como a sua participação em todas as etapas do processo (Muñoz; Ramírez, 2014a), assim, cabe dizer que a *Cumbre* foi o antecedente que deu força para a presença da delegação de mulheres nas mesas de negociações.

Em complemento, um mês após a realização do encontro, o governo nomeou as primeiras mulheres como agentes diplomáticas de sua delegação (Terán, 2020) e, no ano seguinte, a Subcomissão de Gênero foi criada, após concordância entre o governo colombiano e as FARC-EP. Com isso, a criação da Subcomissão de Gênero foi resultado dessa influência do movimento realizado pelas mulheres e movimentos LGBTQIA+ nas Mesas de Negociações. A subcomissão foi oficialmente criada em junho de 2014 após uma série de consultas com experts nacionais e internacionais, a fim de entender a melhor maneira de inserir as discussões de gênero nos pontos do acordo (*Oficina del Alto Comisionado de Paz y Presidencia de la República de Colombia*, 2018, p. 283). A subcomissão contava oficialmente com duas delegações, uma do governo e uma das FARC-EP, entretanto teve grande apoio nas mesas de discussões, com as visitas de delegações da sociedade civil e experts internacionais.

A criação dela foi um processo inovador internacionalmente, uma vez que é de poucos precedentes a nível mundial (Bouvier, 2016, p. 21) e foi de reconhecimento simbólico ao tratar de temas de difícil discussão como a violência sexual e a participação política das

mulheres. Todavia, como uma subcomissão criada no âmbito de discussões, não tinha nenhum poder de decisão, isto é, seu mandato se definia como “revisar e garantir, com apoio de experts nacionais e internacionais todos os acordos de paz alcançados, e assegurar que tenham um enfoque de gênero adequado” (Bouvier, 2016, p. 21). Mas ao levar o gênero como o foco de debate e colocar a temática nas mesas de negociações, por meio das delegações oficiais e das delegações convidadas, foi colocado mais pressão e apresentado a importância da inserção do marcador.

Entre dezembro de 2014 e março de 2015 a Mesa de Negociações, através da subcomissão recebeu a visita de três delegações de organizações de mulheres e da comunidade LGBTQIA+, cada uma composta por seis representantes de lutas nacionais e territoriais. Tal visita teve apoio da ONU Mulheres para preparação e organização e teve como principais propostas o posicionamento de mulheres como formadoras de paz e com papel ativo na construção de diálogos e negociações, além disso o grupo manifestou a importância de se pensar as identidades diversas, uma vez que as organizações e movimentos feministas são heterogêneas e expressam diferentes experiências de vidas e histórias no território (*Oficina del Alto Comisionado de Paz y Presidencia de la República de Colombia*, 2018, p. 293).

Junto a isso, se apresentou, como elementos diagnósticos que fundamentam as propostas, a existência de regimes de discriminação, exclusão e dominação, perpetuados pelo patriarcado, e a “necessidade de reconhecer a histórias das relações de subordinação, opressão e discriminação como pressuposto para a compreensão mesma do conflito armado e seus impactos” (*Oficina del Alto Comisionado de Paz y Presidencia de la República de Colombia*, 2018, p. 294). Por fim, a presença das delegações enfatizou a importância do acordo em se pensar a segurança humana precisa estar de ligado ao fim da violência de gênero e violência sexual e a perpetuação desses processos de violência se colocam como um obstáculo para o desenvolvimento de uma paz estável e duradora. O documento da ONU Mulheres ainda apresenta que

Além dos resultados mencionados anteriormente, a oportunidade de participar das conversações de paz de Havana também contribuiu para reparar o contínuo histórico de desigualdade, discriminação, exclusão e violência a que mulheres e pessoas LGBTI foram submetidas, assim como sua especial vitimização durante o conflito armado interno da Colômbia. Por outro lado, permitiu mobilizar recursos para a reparação do tecido social fragilizado durante décadas de guerra. (Bouvier, 2016, p. 20)

Entre as delegadas dos movimentos, cabe destacar a participação de três, sendo elas Ángela Cerón, Claudia Mejía e Marina Gallego no qual, para além da representação de seus

movimentos, estavam representando a *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz*, sendo a *Cumbre* o movimento com maior presença entre os grupos da sociedade civil nesse processo, no qual a partir delas “foi apresentado à Mesa de Negociações um documento com as propostas que haviam sido elaboradas no âmbito da I *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz*.” (Terán, 2020, p. 76). A *Cumbre* “foi fundamental para garantir a incorporação de mulheres como plenipotenciárias na delegação de paz do governo” (Bouvier, 2016, p. 20). E seu primeiro encontro foi apenas uma semente que continuou florescendo, criando mais raízes com o desenvolvimento da 2º *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz*.

Desse modo, com o slogan de “Soy Mujer, Soy Paz”, a II *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz* aconteceu entre os dias 17 e 21 de setembro de 2016, no período em que se firmou oficialmente o Acordo Geral de terminação dos conflitos. Ela surge a fim de dar continuidade às conquistas do primeiro encontro e seguir desenvolvendo propostas desde e entre as diversas organizações com alcance territorial, regional e nacional de mulheres, reconhecendo a força coletiva (Cipagauta, 2017). O encontro tinha dois objetivos principais: contribuir para uma análise sobre os acordos desenvolvidos e refletir sobre um roteiro acerca do papel das mulheres na implementação.

O evento contou com 575 mulheres de diferentes regiões do país, 327 organizações e representantes dos mais variados segmentos e setores da sociedade a nível municipal, regional e nacional (Cipagauta, 2017). A metodologia da 2º *Cumbre* se diferenciou da anterior, uma vez que, com o acordo assinado, o mais importante então se desdobrava no desenvolvimento de estratégias, permitindo o diálogo e a participação ativa, para que fosse possível definir ações em torno dos acordos “a partir de uma visão regional e com enfoque de gênero” (Cipagauta, 2017, p. 18).

O primeiro dia se concentrou no Acordo Geral, a fim de apresentá-lo e analisá-lo desde uma perspectiva das mulheres, identificando oportunidades de ações e desafios. O segundo dia teve como objetivo “identificar estratégias e ações desde o âmbito nacional e territorial para a incidência e participação efetiva das mulheres nos mecanismos de participação que se derivam do Acordo Final” (Cipagauta, 2017, p. 18), tal momento contou com a participação das mulheres que participaram da Subcomissão de Gênero e de mesas de trabalho com enfoque regional. Já o terceiro dia contou com o desenvolvimento de um Documento Manifesto das Mulheres, além de um painel de experts internacionais sobre estratégias e ações para se dar prioridade a fim de uma participação efetiva nos mecanismos de implementação (Cipagauta, 2017).

Assim, a Segunda *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz* teve como finalidade tornar concretas as deliberações e reflexões contidas no Acordo Geral, de forma que todas as mulheres pudessem compreendê-las. A principal direcionamento do encontro consistiu, portanto, em analisar e debater os pontos do acordo, promovendo sua acessibilidade e possibilitando que as participantes identificassem de que maneira seria viável inserir perspectivas de gênero em suas diretrizes.

Em paralelo, II *Cumbre* teve a elaboração de um Manifesto Político como grande trabalho de seu encontro, apresentando todos os pontos principais de afirmação, decisão e reconhecimento das organizações envolvidas. Entre os pontos principais, tem-se as afirmações que “a paz deve expressar as aspirações de um mundo justo, livre e igualitário. Uma paz sem discriminações, sem racismo, sem pobreza, em democracia que garanta as múltiplas formas de desenvolvimento da metade da humanidade, as mulheres” (Cipagauta, 2017, p. 81). Além disso, as participantes da II *Cumbre*, se nomeando como mulheres diversas, objetivam

Contribuir desde nossas diversidades étnicas, culturais, socioeconômicas, geracionais, territoriais, políticas, religiosas, sexuais à construção de práticas que reconheçam as diferenças e que ponham como bem supremo o público. Constituímos em Força Coletiva, Movimento em Movimento desde os grupos, organizações, coletivos, redes, plataformas, alianças de mulheres diversas lideranças políticas e comunitárias, para a defesa do Estado Laico, o Estado Democrático Social de Direito e a construção de uma paz estável e duradoura. (Cipagauta, 2017, p. 82)

O Manifesto e as afirmações dele decorrentes permitem compreender que a II *Cumbre* emerge política e teoricamente mais consolidada. Isso se explica pelo fato de que avanços práticos já haviam sido alcançados no primeiro encontro, bem como pela conclusão das negociações com a assinatura do Acordo Geral. Nesse sentido, o segundo encontro se configura não apenas como uma reafirmação da presença feminina nos processos de construção da paz, mas também como a expressão do compromisso político e do legado construído coletivamente pelos movimentos sociais articulados no âmbito da *Cumbre*. Tal compromisso está orientado à busca de uma concepção de paz que não se limita ao fim das hostilidades armadas e/ou à formalização de um acordo. Ademais, o processo evidencia inquietações ainda persistentes, que funcionam como motor para a manutenção dessa coletividade, fortalecendo sua atuação conjunta em torno de um objetivo comum: a construção de uma paz aqui denominada paz feminista interseccional.

3.2. IMBRICAMENTO DE MULHERES DIVERSAS E A COLETIVIDADE PARA A CONSTRUÇÃO DA PAZ

À primeira vista, a *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz* pode parecer marcada por certa dispersão de pautas e posicionamentos, uma vez que reúne diferentes grupos que, não obstante, possuem focos distintos de luta. Tal dinâmica, quando não observada por meio de um olhar interseccional, pode gerar estranhamentos. Contudo, é precisamente essa diversidade de temáticas, corpos e reivindicações que possibilita a construção de uma coletividade heterogênea e não excludente, fortalecida por um objetivo comum de promoção da paz. Esse processo contribui para o estabelecimento de propostas mais abrangentes, capazes de contemplar um número maior de mulheres, considerando suas múltiplas imbricações. Tal seção visa entender como construções que partem de diferentes locais, marcadores sociais e históricos de desigualdades, permitem o desenvolvimento de uma teoria do movimento muito única e ao mesmo tempo ampla, no qual engloba diferentes eixos como raça, classe, sexualidade e territorialidade.

O surgimento da coalizão de movimentos sociais que originou a *Cumbre* e o desenvolvimento dos dois encontros, de 2013 e 2016, possibilitaram o acirramento das relações entre diferentes grupos com diferentes pautas como principais, a maioria tinha como foco as mulheres porém não se limitava a participação de movimentos que tinham como essa proposta (*Cumbre Nacional de Mujeres y Paz*, 2025). Como foi apresentado anteriormente, os movimentos afro-colombianos, indígenas e campesinos estavam presentes de maneira ativa tanto na formação da coalizão, como convocantes da *Cumbre* (*Conferencia Nacional de Organizaciones Afrocolombianas*, 2025), quanto como participantes dos encontros (Muñoz; Ramírez, 2014a). Desse modo, a coalizão levou a uma maior integração entre diferentes focos de luta e maneiras de se pensar nas desigualdades.

A partir disso, tem-se a necessidade de colocar a importância de se pensar as imbricações e seu peso no conflito, uma vez que como já expresso dos capítulos anteriores, as mulheres são atravessadas por diferentes marcadores sociais que as coloca em diferentes patamares de violência e desigualdade. É preciso, através dessa problemática, colocar em destaque o peso desses marcadores para o desenvolvimento de um entendimento de paz, a fim de que o mesmo seja coletivo e represente o maior número de pessoas.

Assim, ao longo dos encontros, durante as falas dos painéis e as propostas elaboradas, é possível analisar de que maneira foram compreendidas tais noções e entendimento de diversidade e mesmo construção da paz. Tal análise se torna factível uma vez que, a partir de

citações sobre a paz, o que seria um cenário pacífico e as propostas que delineiam o processo, tais proposições caminham ao mesmo lado do que a teoria da paz feminista entende como um cenário pacífico, levando em conta as necessidade e segurança das mulheres (Confortini, 2010). Entretanto, essa convergência não se apresenta de forma homogênea ou universalizante, uma vez que os discursos e demandas são atravessados por marcadores de territorialidade, raça, classe, sexualidade e localização histórico-social.

Em decorrência disso, tanto o conflito quanto a experiência de paz assumem configurações diferenciadas conforme o espaço geográfico e a posição social das mulheres envolvidas. Assim, os repertórios discursivos das mulheres ex-combatentes, cujas trajetórias foram diretamente marcadas pela participação armada, produzem demandas distintas daquelas formuladas por mulheres que não atuaram como guerrilheiras (Muñoz; Ramírez, 2014a). Isto é, as diferentes vivências demandam diferentes estruturas e mesmo diferentes formas de se manter seguras, uma vez que, as mulheres ex combatentes, por exemplo, precisam da reincorporação na sociedade como uma exigência para que seja possível vislumbrar a superação das suas inseguranças e violências, enquanto que as mulheres camponesas sofrem com a falta de apoio governamental nos subsídios agrícolas.

Isso evidencia que a construção de paz não pode ser concebida como um processo único, mas como um arranjo plural de garantias materiais, jurídicas e simbólicas, capaz de responder às assimetrias estruturais que atravessam os diferentes grupos femininos (Aharoni, 2021). Assim, a I *Cumbre* já contava com uma série de representações, como apresentado na seção anterior, no qual se dividiram em diversas temáticas estipuladas pela própria organização do encontro com o objetivo de mesclar as organizações e grupos presentes e diversificar as perspectivas de cada proposta. Entretanto, suas demandas denotavam muitas outras questões e temáticas importantes, além disso, alguns desencontros surgiram (Terán, 2020), comuns para um processo que une movimentos com diferentes focos.

Já a II *Cumbre*, amplifica essa heterogeneidade tanto nas discussões quanto na sua própria definição das mulheres participantes, como mostra no Manifesto Político de 2017, que é assinado por

Mulheres afrodescendentes, negras, “raizales”, “palanqueras”, indígenas, ciganas, mestiças, camponesas, rurais, urbanas, jovens, adultas, ex-combatentes da insurgência, lésbicas, bissexuais, trans, artistas, feministas, professoras e acadêmicas, líderes sociais, comunitárias e políticas, exiladas, refugiadas e migrantes, vítimas, com diversas limitações físicas, sindicalistas, ambientalistas, defensoras dos direitos humanos, mulheres em situação de prostituição, comunitárias e mulheres de todos os credos. (Cipagauta, 2017, p. 82)

Nessa assinatura, as mulheres são amplas, diversas. Nela, observa-se uma ampliação das representações femininas de luta que se articulam em uma formação coletiva voltada à construção de condições seguras e pacíficas para as mulheres, possibilitando um entendimento mais amplo e sofisticado de paz. Desse modo, o surgimento e o desenvolvimento da *Cumbre* vão além da simples criação de uma coalizão de mulheres: constituem-se como o estabelecimento de uma coletividade heterogênea e multifacetada que busca extrapolar concepções tradicionais de paz, articulando-as a noções de justiça social, equidade e transformação estrutural, sem desconsiderar as diversidades que atravessam suas participantes.

3.2.1. Construção da Coletividade como uma Construção de Paz

Os movimentos sociais têm como um grande objetivo desenvolver uma coletividade de ações, forças e pensamentos a fim de possibilitar o alcance de determinadas propostas (Tilly, 2004; Gohn, 2011). Isto é, o desenvolvimento coletivo se dá através de uma similaridade de proposições que levam a um fortalecimento de ações, bem como a organização e operacionalização de atividades que de maneira individualizadas não conseguem ser realizadas ou mesmo não tem agência política.

A partir disso, uma coalizão como a *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz* amplia esse processo coletivo e, ao mesmo tempo, o complexifica, uma vez que se orienta à constituição de um entendimento comum entre movimentos e mulheres marcados por significativa diversidade, organizadas com um objetivo comum. Desse modo, o trabalho do movimento, para além da elaboração de propostas destinadas às mesas de negociação, caracterizou-se igualmente por uma forte tentativa de articulação e integração entre movimentos diversos, fazendo com que entendimentos diferentes sobre o papel das organizações, do conflito colombiano e a construção da paz se convergissem. Com isso, essa própria tentativa de formação de uma coletividade multifacetada pode ser entendida como um grande processo para a construção de uma paz (Aharoni, 2021).

Entretanto, como um movimento diverso, os conflitos de agendas e disputas por prioridades surgiram e foram importantes para que se desenvolvesse negociações em uma perspectiva feminista imbricada. Johana Terán (2020) em sua análise sobre os encontros e desencontros da I *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz*, por meio de entrevistas, apresenta algumas questões importantes sobre conflitos e disputas dentro da própria coalizão, que

permitem analisar como a construção dessa coletividade com a finalidade de se construir uma paz não excludente as mulheres foi formulada de forma gradual.

Terán (2020) expõe que dentro da formação da aliança, cinco grupos marginalizados se destacavam, em menor ou maior grau, em suas reivindicações, sendo eles: as mulheres ex-combatentes, as afrodescendentes, as camponesas, as indígenas e as religiosas (Terán, 2020, p. 83). Tais grupos reconheceram uma série de dinâmicas e divisões internas, uma vez que, como muito já explorado neste trabalho, determinados processos de desigualdades e marginalidade experienciam vivências particulares dentro do conflito armado, de maneira direta ou indireta, o que decorre em necessidades diferentes para ressocialização e construção de uma comunidade pacífica.

Entre as dificuldades apresentadas na I *Cumbre*, que levaram a alguns desentendimentos, têm-se o fato de que, mesmo pensando, de maneira geral, sobre a situação das ex-combatentes, nenhuma organização de ex-combatentes colombiana foi convidada a participar (Terán, 2020), apenas ex-combatentes de maneira dispersa estavam presentes. Isso se deu uma vez que existia um desconhecimento por parte do movimento da *Cumbre*, como um todo, no papel que tais ativistas poderiam e já estavam desenvolvendo, através de suas próprias experiências para a construção da paz (Terán, 2020).

Durante o conflito, as mulheres eram cerca de 30 a 40% dos guerrilheiros das FARC-EP (Minillo; Mendes; Bandeira; Lages, 2017), desse modo, sua presença dentro do grupo se dava desde as atividades de frente, visto as que mulheres recebiam educação assim como os homens, estudando filosofia, economia e sociologia (Costa, 2008), assim como treinamento físico. Entretanto, a ideia da feminilidade era usada como desculpa para inaptidão atividades militares mais avançadas, desse modo, elas frequentemente atuavam em áreas de apoio, como recrutamento, coleta de informações e áreas médicas, reforçando estereótipos (Minillo; Mendes; Bandeira; Lages, 2017) na mesma linha que criava descontentamentos sobre tal inequidade de gênero. Entretanto, as mulheres então combatentes estiveram presentes nas tentativas anteriores de resolução do conflito, o que lhes conferiu experiência para a discussão sobre a construção da paz.

A atuação das ex-combatentes, como é possível analisar nas próprias sistematizações analisadas (Muñoz; Ramírez, 2014a; Cipagauta, 2017) dos encontros vai numa via dupla, uma vez que ainda eram muito estigmatizadas pelas suas escolhas de luta através das armas e não eram vistas por alguns grupos como possíveis facilitadoras da paz, além do preconceito dos movimentos de vítimas para com elas. Desse modo, além de sua luta para serem ouvidas

como partes importantes de um movimento para se pensar as mulheres na construção da paz, também precisavam provar seu compromisso com a construção de uma sociedade pacífica.

Além disso, os movimentos de afro-colombianas e indígenas levantaram o ponto da falta de representação direta nos painéis, visto que, mesmo com os movimentos sociais em peso, suas necessidades ainda foram expressadas por meio de terceiros (Terán, 2020). Desse modo, suas necessidades acabaram por ser expostas por meio de outras pessoas, além disso, a ativista Audes Jiménez, entrevistada por Johana Terán (2020), argumentou que durante as fotos as mulheres negras e indígenas eram colocadas no centro, porém ao chegarem nos painéis falavam por elas. O que se mostrou uma contradição, dado que a agenda do encontro programava uma intervenção sobre a diversidade das mulheres que ali se encontravam. Tal processo expressa como muitas vezes as organizações acabam por se perderem em teorias utópicas de diversidade e inclusão porém não efetivamente colocam em prática e em escuta as vozes presentes.

Como um movimento que ainda estava em processo de consolidação e de definição de suas dinâmicas internas ao longo do encontro, é natural que ocorram determinados desencontros (Terán, 2020). Não se pode conceber um grupo ou movimento social como instâncias utópicas ou isentas de preconceitos, ao contrário, tais coletividades são passíveis de reproduzir tensões e contradições. Contudo, seu esforço se concentra, sobretudo, no reconhecimento posterior desses impasses e na busca por superá-los nas etapas subsequentes e nas propostas elaboradas. Desse modo, já na II *Cumbre* é possível ver que as ex-combatentes colombianas tiveram participação ativa, assim como os movimentos afro-colombianos e indígenas, depois de apresentarem seus descontentamentos, deram vozes a suas demandas e proposições (Cipagauta, 2017).

É necessário expor os desencontros presentes no desenrolar da I *Cumbre*, entretanto, é preciso olhar para eles tendo em vista também os inúmeros avanços que ele possibilitou. Uma vez que, a formação de uma coletividade plural, como promovida pela *Cumbre*, desenvolve-se por meio de um processo contínuo de crescimento e de negociação entre as partes envolvidas. Assim, para além das discussões voltadas à resolução do conflito, a coalizão possibilitou a identificação de dinâmicas e circunstâncias que, antes de sua criação, seriam dificilmente concebidas. Ademais, sua formação se deu a partir de uma diversidade de temáticas, corpos e vivências, processo inédito no território, desse modo, tais entraves são esperados na medida em que não existe uma abordagem metodológica já pronta para tal.

Favoreceu o reconhecimento e o respeito interno a saberes diversos sobre o conflito e sobre as diferentes maneiras de interpretá-lo (Terán, 2020), considerando que ele incide de

forma desigual sobre cada grupo, atravessado por marcadores e assimetrias sociais distintas. Além disso, o estabelecimento de alianças entre os movimentos diversos possibilitaram um fortalecimento de lutas para as propostas da *Cumbre*, assim como posteriormente a manutenção dessas ligações. As alianças possibilitaram com que movimentos e organizações chegassem a diferentes regiões do país, assim como ativistas que lutavam em outras frentes, como movimento estudantil, conhecessem e ingressassem outros movimentos (Terán, 2020, p. 100).

Além disso, as mulheres marginalizadas e marcadas por imbricamentos, sejam as camponesas, indígenas ou mesmo pertencentes a comunidade LGBTQIA+, que normalmente participam simultaneamente de ambos os movimentos, isso é, o movimento de mulheres e o específico de suas lutas, puderam optar por quais reivindicações lutar (Terán, 2020). Vale ressaltar, que, ao longo dessa entrevista apresentada por Johana, a entrevistada, M. E. Ramírez (Terán, 2020), ao falar sobre como as alianças com as companheiras que vêm de diferentes espaços e lutas, utiliza o termo da interseccionalidade, deixando explícito como tais lutas podem existir em conjunto com a luta do movimento de mulheres.

Isso permitiu um processo chamado por Terán (2020) de aprendizagens conjuntas. O encontro criou um cenário que possibilitou a partir de uma formação política o desenvolvimento de um pensamento coletivo sobre paz, mas também sobre as diferentes realidades existentes no território. Isso gera, de fato, “o reconhecimento interno da diversidade, que caracteriza o movimento feminista, permitiu descobrir dinâmicas através das quais elas convergem como coletivo, sem que isso implique o abandono das agendas particulares das ativistas” (Terán, 2020, p. 106). Isso as possibilitaram se desenvolver e partilhar das experiências e vivências, apresentando suas realidades e conhecendo mais do próximo, gerando um reconhecimento dos trabalhos realizados pelos outros movimentos sociais, assim como o início de articulações conjuntas. Com isso, permitindo, por meio da coalizão, um espaço para criação de relações.

As tensões e confluências geradas pelas relações desenvolvidas pela coalizão formada com a *Cumbre* podem ser entendidas como aspectos complementares de uma mesma dinâmica, a da construção de uma coletividade heterogênea (Gohn, 2011). Isso pois, tais tensões se criam como cenários para uma aprendizagem conjunta, possibilitando o crescimento enquanto coalizão, posto que, movimentos se criam através de dinâmicas progressivas de formação, reflexão e adaptação. Tal processo de formação social que gera essa coletividade responsabilizada pela *Cumbre* só é possível tendo em vista que elas se unem por meio de um grande objetivo comum de construção da paz (Galtung, 1996b).

Construção essa que se articula de maneira ativa no processo de paz, desenvolvendo propostas, se colocando de frente junto aos fóruns e posicionando a temática como protagonista nas discussões de construção da paz. Tais atitudes, além de geral, no campo teórico, a construção de uma coletividade, também geram construções práticas de criações como a Subcomissão de Gênero, a presença das delegações de mulheres nas mesas de negociação, etc. Desse modo, se entende o papel direto e ativo que a *Cumbre* teve na construção do Acordo Geral, uma vez que, depois de sua primeira realização, com as proposições e o grande alcance nacional, as temáticas entraram em foco e suas propostas, apresentadas diretamente nas mesas de negociações pelas representantes da *Cumbre Nacional*, foram levadas em consideração, como é possível ver convergências dos pontos apresentados do acordo e nas propostas assimiladas anteriormente.

Em paralelo, observa-se que o próprio esforço de articulação entre grupos, cujas lutas e proposições sociais são diversas, ao se constituírem em uma frente coletiva disposta a escutar perspectivas distintas, incluindo lamentações, sofrimentos e desafios vivenciados possibilita um trabalho de construção de objetivos comuns voltados à violência contra as mulheres em diferentes contextos, marcadores sociais e classes, o que se configura como um processo significativo de construção da paz feminista. Isso pois, a paz feminista, como apresentada e refletida no primeiro capítulo, entende que a construção da paz se dá a partir de se pensar a segurança das mulheres para além de necessariamente um conflito armado, entretanto, o conflito armado pode ocasionar uma intensificação em tais processos de violência e insegurança (Vayrynen *et al*, 2021), além do surgimento de novas formas de violência (Sapiano; True, 2022).

Desse modo, o surgimento e o desenvolvimento da *Cumbre*, cuja constituição inicial não estava orientada por resultados imediatos ou por proposições práticas previamente delineadas, já se configuram como um movimento altamente produtivo para a consolidação de uma perspectiva feminista de construção da paz. Isso porque o encontro reúne sujeitos comprometidos com a problematização da segurança das mulheres e institui um conjunto de painéis, agendas e espaços de interlocução que possibilitam articulações substantivas e o fortalecimento de relações políticas e sociais.

As teorias e os movimentos sociais se desenvolvem de maneira interdependente, em um processo contínuo de formulação teórica ancorada na prática e de práticas que, por sua vez, incorporam e ressignificam marcos teóricos previamente elaborados. Assim, o próprio trabalho de se organizar, encontrar e dialogar, como movimentos que lutam pela causa feminina sobre as problemáticas envolvendo as mulheres e o conflito colombiano já

desenvolvem aprofundamentos teóricos ancorados em saberes e vivências, como as feministas latino-americanas (Cypriano, 2013), possibilitam a expansão de definições pré estabelecidas, bem como articulação de tais teorias, como a paz feminista, para uma realidade localizada, à luz dos processos históricos e sociais do território, com as noções já existentes sobre como se pensar os feminismos e a paz, tomando como referência a América Latina como fonte histórica de conhecimento produzido e silenciado.

Quando se pensa nas teorias como a paz positiva (Galtung, 1969), tal como apresentada e elaborada no primeiro capítulo, seu principal objetivo é a desvinculação da paz com a noção e formulação de guerra, isso é, a paz passa a ser pensada por meio de uma ótica protagonista. A partir disso, os estudos e teorias se concentram nas construções vinculadas a garantia de direitos humanos e superação de desigualdades, pensando principalmente cenários de conflito e pós conflitos, mas entendendo que mesmo em ambientes de teórica pacificidade não obrigatoriamente é um local pacífico, uma vez que enfrenta inseguranças e violências, principalmente a determinados grupos marginalizados (Sjoberg; Tickner, 2012). Dessa maneira, os movimentos sociais, em todos os territórios que eles atuam, são atores ativos de construção da paz, pois trabalham, na maioria das vezes, no acolhimento, na superação de tais desigualdades e na promoção dos direitos humanos (Poker, 2018).

Nesse sentido, a *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz*, mesmo antes de assumir uma conformação formal de proposições de paz, já se apresenta como um agente de construção da paz a partir de um viés feminista, ainda que seus objetivos iniciais não estivessem explicitamente orientados para tal enfoque. Isso ocorre porque seu trabalho de articular movimentos sociais, garantindo espaço e voz às participantes, favorece a formação de alianças e a criação de ambientes de produção de conhecimento e troca de experiências. Tais processos permitem a assimilação e a elaboração de agendas voltadas à superação das desigualdades identificadas, contribuindo para a promoção de justiça social com ênfase na liberdade das mulheres e na consideração dos marcadores sociais que estruturam diferentes níveis de desigualdade.

Principalmente, tal trabalho da *Cumbre* possibilita uma luta e promoção dos direitos humanos, tendo como foco o gênero e o direito das mulheres, mas pensando em pautas importantes que vão muito além. Ademais, os painéis e discussões encabeçadas nos encontros se pautam por meio de uma metodologia de paz feminista (Bjorkdahl; Selimovic, 2021), posto que dão ênfase das hierarquias de poder como partes fundantes das estruturas de dominação (Ackerly, Stern; True, 2006) e desigualdade dos processos sociais e determinantes

no conflito, além de colocar o trabalho de escuta como um elemento-chave do entendimento e desenvolvimento de propostas.

Isso fortalece a participação ativa das mulheres, mesmo com certos desentendimentos, e possibilitando que elas apresentem suas experiências pessoais ligadas ao conflito, seja como vítimas diretas ou indiretas, o que permite a elaboração e aprimoramento de propostas que vão de encontro a problemas que realmente são enfrentados e precisam ser combatidos, assim como demandas que são apresentadas e discutidas. Desse modo, dando voz aos participantes as propostas se tornam mais coletivas e participativas, não apenas deliberativas.

Em concomitância, a *Cumbre* como uma construção de coletividade também trabalha a fim de uma construção de uma paz mais prática e que pode ser considerada mais tradicional, através da proposição de ideias (Muñoz; Ramírez, 2014a) e elaboração de propostas para que fosse possível inserir, dentro do Acordo Geral (Oficina del Alto Comisionado de Paz y Presidencia de la República de Colombia, 2018), as especificidades vivenciadas pelas mulheres nos diferentes níveis, isso é, mulheres ex-combatentes, campesinas, vítimas, chefes do lar, afro-colombiana e indígenas. Com isso, não apenas se apresenta tais dificuldades como também expõe maneiras práticas e efetivas para superá-las. O que coloca a coalizão como um ator ativo e presente no processo concreto de paz na Colômbia.

Através de suas propostas é possível ver em que caminhos a *Cumbre*, como uma coletividade heterogênea entende a importância em dar foco e atribuir significado. Na maioria delas, estão presentes palavras como “diversas”, “diferenças” e “particularidades” (Muñoz; Ramírez, 2014a), evidenciando o caráter transversal das propostas, na medida em que se colocava em discussão as particularidades e especificidades enfrentadas pelas mulheres marcadas por diferentes desigualdades territoriais, raciais, classistas, etc. Desse modo, a *Cumbre* conseguia impor, já em seu primeiro encontro, sua tentativa de formular uma agenda plural, ligada à diversidade dos movimentos sociais que a compunham e agrupando tais demandas, dando evidência a pautas deixadas de lado, como a pauta LGBTQIA+, por exemplo.

Em complemento, foi uma conquista significativa do movimento a possibilidade de levar suas pautas para além dos encontros da *Cumbre*, isto é, de garantir representação da coalizão na Subcomissão de Gênero (Oficina del Alto Comisionado de Paz y Presidencia de la República de Colombia, 2018) e nas rodadas diretas de negociação realizadas em Havana (Bouvier, 2016.), juntamente com a caravana de mulheres que se deslocou com esse propósito. Esse processo marcou o início concreto da construção da paz almejada pela

aliança, elevando as proposições a uma esfera mais complexa e viabilizando o início de uma dinâmica de materialização e operacionalização das discussões, reflexões e demandas.

Assim, o desenvolvimento da coletividade, ao gerar a participação de diferentes esferas, permitiu tanto um olhar interno, direcionado aos próprios movimentos sociais envolvidos, sobre problemáticas amplamente evidenciadas mas que antes não constituíam foco de determinados grupos, quanto possibilitou a projeção dessas pautas às esferas de diálogo estabelecidas nacionalmente, como a Subcomissão, e internacionalmente, como as negociações do Acordo. Desse modo, a *Cumbre* iniciou seu processo de estruturação e ampliação, incidindo na construção formal da paz, mas também projetando o desenvolvimento prático que levou ao fortalecimento de teorias que possibilitasse explicar a atuação e desempenho da mesma.

Considerando o que foi anteriormente apresentado, o movimento da *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz* se consolida nos moldes estruturados de uma paz positiva, uma vez que suas lutas vão além das discussões sobre paz e propostas para um acordo de cessação de conflito. Elas ampliam para o desenvolvimento de um processo de ressocialização e reestruturação da sociedade colombiana, ao considerar formulações de vocação territorial, devolução e proteção de terras, apoio financeiro, psicológico e jurídico para reconstrução de mulheres vítimas, entre outras propostas (Muñoz; Ramírez, 2014a). Logo, o movimento segue os moldes de luta pela desigualdade e a favor da justiça social, entendendo que as mulheres precisam de tais apoios e incentivos de maneira especial, visto que as mulheres são desproporcionalmente afetadas pelo conflito.

Para além, é válido questionar como a interseccionalidade está presente no cerne das discussões e propostas elaboradas e encabeçadas pela *Cumbre*. Mesmo que não seja um termo resgatado dentro dos processos de se pensar dentro da coalizão, a prática do movimento auxilia o desenvolvimento de uma teoria localizada, que tem como foco as diferenças e as desigualdades entre as mulheres, possibilitando o estabelecimento de proposições que englobam mais mulheres e suas imbricações. Desse modo, o próximo tópico refletirá alguns pontos sobre essas interseccionalidades e o papel da *Cumbre* nessa luta interseccional de construção da paz.

3.2.2 Como A Prática Auxilia No Desenvolvimento De Uma Ideia De Paz Interseccional.

É impossível dissociar a maneira como o movimento, de forma geral, concebe uma sociedade pacífica das compreensões advindas das pautas feministas. Isso ocorre porque,

conforme já discutido, a atuação dos movimentos sociais se constitui, por meio da formação de uma luta coletiva, na busca pela superação das desigualdades e pela manutenção e/ou consolidação dos direitos humanos como fundamento essencial. Desse modo, ainda que alguns dos movimentos sociais que impulsionaram o surgimento da *Cumbre* não se identifiquem explicitamente como feministas, ou até mesmo rejeitem essa denominação, suas práticas e intervenções convergem com proposições de determinados feminismos, ao mesmo tempo em que ultrapassam perspectivas hegemônicas, brancas e universalizantes. Visto que, articulam-se com tradições feministas latino-americanas que incorporam a territorialidade, as imbricações e a superação da matriz colonial como elementos centrais, revelando que a própria conformação dessa coletividade heterogênea já representa um processo de construção de paz situado, plural e transformador.

Dessa forma, vale investigar, por meio da ótica da paz feminista, como tal construção de paz proposta pela *Cumbre* no âmbito de sua participação nas mesas de negociação, permite compreender a construção de uma proposta de paz feminista interseccional. Entendendo que, através de uma metodologia interseccional, é possível pensar no desenvolvimento de uma paz. Pensar no feminismo interseccional, ou imbricado, amplia os entendimentos do que se é engajado pela coalizão, uma vez que se enquadram em uma teoria que se nutre de processos assim como definidas por Ochy Curiel (2017) com sobrenomes importantes, já que ela, além de feminista, é “anti-racista, anti-heterossexista, anti-capitalista, por tanto, decolonial” (Curiel, 2017, p. 43).

Como já observado anteriormente a construção da *Cumbre*, bem como suas atividades, maneiras de se aplicar, relacionar e propor, se enquadram dentro do processo de uma paz feminista, assim, cabe agora compreender de que maneira tais ações podem ampliar os limites da paz feminista, entendendo sua importância, porém inserindo mais uma esfera de análise, as imbricações, visto que a teoria de paz feminista, mesmo que emancipatória, ainda pode cair em algumas armadilhas da universalização, principalmente quando não se discute o papel que a matriz colonial, as interseccionalidades e os diferentes níveis de desigualdades tem sobre as inseguranças e violências dentro e fora de um conflito.

Collins e Bilge (2021) apresentam a noção de sensibilidade interseccional, quando falam sobre os movimentos sociais que possibilitam a exploração de percepções de como as relações de poder atingem os corpos, levando a diferentes experiências. Quando trazemos isso para o contexto da *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz* e a perspectiva de conflito e paz, é possível perceber que a sensibilidade interseccional está presente no próprio processo de formação da coalizão, com o esforço de tornar os movimentos convocantes diversos e

amplos, além de estabelecer linhas e perspectivas centrais como foco, tentando sempre não pensar na mulher como um ser único e universal, mas em suas diferenças de raça, classe, território, etc. Vale sempre ressaltar, como exposto anteriormente, que tais questões tiveram desencontros e tensões, dado que como um movimento coletivo diverso e heterogêneo, seria quase utópico pensar que seus processos se dariam totalmente livres de qualquer entrave.

Tendo isso em vista, essa sensibilidade interseccional manifesta-se de maneira explícita ao longo do encontro, tanto em sua metodologia quanto na formulação de suas propostas. As mulheres, de modo geral, sofreram e continuam sofrendo de forma desigual em relação aos homens em contextos de conflito, especialmente considerando o caso colombiano. Contudo, dentro desse conjunto amplo de mulheres, distintos grupos apresentam vulnerabilidades e especificidades que intensificam suas inseguranças. Nesse sentido, observa-se que as propostas elaboradas conferem centralidade e protagonismo a ações e reivindicações orientadas a garantir maior segurança a esses grupos de mulheres.

Assim, entre as propostas de exposição de experiências territoriais, se ampliaram propostas de resistência, mulheres em processos de recuperação de terras, vítimas do conflito, ex-combatentes, organizações de proteção às crianças (Muñoz; Ramírez, 2014b), entre outros. Isso mostra o esforço da coalizão em priorizar apresentação de experiências que expõem diferentes vivências e trajetórias dentro do conflito, o que possibilita uma exploração maior dos problemas e desigualdades que precisam ser pensadas e são necessários incidir, uma vez que, um dos objetivos finais da *Cumbre* é a elaboração de alternativas que viabilizem a construção da paz de maneira inclusiva, verdadeira e democrática, assim como o esforço para que essa construção chegue nesses cenários expostos e explorados pelas experiências apresentadas.

A pluralidade de trajetórias e experiências exploradas e colocadas em foco na *Cumbre* possibilitam observar a atuação dela a partir de um lócus fraturado (Lugones, 2014), no qual, através dessas opressões marcadas por uma matriz colonial estabelecem fragmentações marcadas por uma sobreposição de diferentes desigualdades de raça, classe, territoriais, etc. Desse modo, a coalizão se fortalece como um local de partilha, no qual permite com que tais fraturas, que fora desse contexto são desumanizadas, encontrem acolhimento e um sentido para luta e resistência.

Além disso, o desenvolvimento da *Cumbre* se vale de uma prática que ultrapassa modelos meramente normativos de paz, isto é, a paz ela não é vista a partir de uma ótica estrita de como a paz deve ser, universalizante e, em sua maioria, abstrata. Tal prática possibilita revelar e dar destaque a desigualdades que teorias como essas não conseguem

abarcam, levando, assim, a proposições plurais e que abarcam realidades distintas, além de, permitir a construção e ampliação de um conhecimento único, dado que cada local, vivência e realidade demandam diferentes estratégias.

A paz feminista, reforça seu compromisso com os processos para a construção da paz, uma vez que, atingir a paz não é necessariamente o objetivo final e sem um processo de construção que desenvolva desde a base o fim de desigualdade e lute contra inseguranças tal paz será meramente passageira. Desse modo, a paz feminista interseccional traz a importância de, junto a esse processo se entender como os marcadores sociais precisam ser pensados de maneira única dentro desse processo de paz, assim a *Cumbre* se desenvolve trazendo o foco nesse meio, através de uma trajetória de escuta e discussões, possibilitando, por meio da sensibilidade interseccional expandir como se pensar a inserção da mulher no conflito. Com isso, não é de mulher que se está falando, mas de mulheres, diversas e com diferentes demandas.

Adotar a perspectiva interseccional como forma de compreender a configuração da paz desenvolvida pela *Cumbre* permite explicitar que tal processo ultrapassa um entendimento meramente emancipatório de paz feminista, ao incorporar as relações de poder e as hierarquias de gênero presentes tanto no conflito quanto em sua superação. Isso porque reconhece que, para além dessas dinâmicas, operam outras hierarquias que moldam o locus fraturado dos indivíduos e grupos que integram e se apropriaram dessas lutas, exigindo mecanismos mais complexos de amparo e de formulação política. Desse modo, a coalizão se vale dessa sensibilidade interseccional para viabilizar tais desenvolvimentos.

Com isso, a *Cumbre* se fortalece como um sujeito de formação coletiva, possibilitando o estabelecimento de novas formas de se pensar a paz, através das interseccionalidades e imbricamentos. Assim, além de facilitar a construção de um acordo geral de paz colombiano com a presença das perspectivas de gênero e as propostas ligados aos problemas diretamente enfrentados pelas mulheres, a coalizão coloca no foco a diversidade de mulheres no território e a importância de se pensar em todas elas a partir de suas diferenças para o desenvolvimento de uma paz verdadeiramente inclusiva.

3.3. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Neste capítulo foi possível entender o que foi a *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz*, como ela se formou bem como sua composição, além do desenvolvimento dos dois encontros que aconteceram à luz do processo do Acordo Geral colombiano. Além disso, o capítulo

apresentou tensões e avanços presentes nesse processo tão importante criado pela coalizão. Desse modo, tal caracterização permitiu-se analisar o estabelecimento de uma coletividade multifacetada, que criou condições para a elaboração de agendas e propostas de realidades imbricadas, seguindo uma ótica de sensibilidades interseccionais, com o foco nas desigualdades enfrentadas pelas mulheres em diferentes perspectivas.

A aliança surgiu a partir do descontentamento dos movimentos sociais de mulheres a falta de discussões sobre gênero e suas inseguranças específicas dentro do conflito, depois de uma tentativa falha da criação de um fórum consultivo sobre a temática pelos negociadores. Assim, nove movimentos sociais, com temáticas e focos distintos, decidiram se unir e, juntos, convocar um encontro a fim de possibilitar o diálogo, a nível nacional e internacional, das mulheres colombianas acerca dos desafios sobre o processo de paz e as propostas relacionadas aos seis pontos do acordo geral e sua intersecção com desigualdades de gênero.

Ao longo dos quatro anos de negociações foram realizadas duas *Cumbres*, sendo elas em 2013, ao início do processo, e em 2016, com a finalização. Ambas tiveram objetivos e metodologias diferentes, a primeira objetivou dar voz às mulheres e, ao longo de mesas de debate, redigir propostas subdivididas nos pontos principais do acordo, com a finalidade de elaborar um documento para apresentação nas mesas de negociação, expondo o foco necessário para com as inseguranças de gênero e intersecções. Já o segundo encontro objetivou discutir e apresentar o acordo recém assinado, a fim de difundir às mulheres seus pontos, finalidades e forma de implementação, mostrando os avanços que a *Cumbre* auxiliou a atingir e criando estratégias para incidir, como coletividade nessa implementação, além de redigir, de maneira coletiva, um Manifesto Político.

A *Cumbre* representa como um descontentamento pode gerar uma demanda de formação coletiva, desenvolvendo um processo complexo de parcerias e inter relações, permitindo a criação de um movimento social único e com temáticas heterogêneas, imbricando desigualdades e pensando em suas superações. A partir de tal processo, é possível pensar em como a construção da paz pode se estabelecer através de alianças e trocas de experiências, gerando um processo orgânico de se pensar a justiça social e a superação de tais desigualdades e inseguranças, possibilitando a transformação do território em aspectos práticos, uma vez são propostas pensadas por quem está envolvida intrinsecamente no espaço.

Assim, essa coletividade criada possibilita pensar numa construção de paz prática, criando e articulando propostas e ações que integrem às temáticas por elas debatidas no acordo e no processo de implementação do acordo geral, levando diretamente aos

negociadores. Mas também é possível pensar no surgimento e fortalecimento de uma dinâmica teórica, uma vez que, a prática e a teoria se desenvolvem de maneira interdependentes, em um processo na qual a prática se ancora na teoria e, do mesmo modo, a teoria utiliza da prática para se validar e/ou reorganizar. Desse modo, a *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz* se transforma em um caso que possibilita visualizar e ampliar as noções teóricas de paz e, principalmente paz feminista.

Através das sensibilidades interseccionais e das realidades localizadas expostas e colocadas como protagonistas nos encontros, se torna claro uma noção de paz feminista ligada a essa via interseccional. Isso se dá uma vez que a paz para tais processos como defendidos e sustentados pela coalizão apenas podem ser completos a partir do entendimento que as mulheres colombianas são atravessadas por diferentes desigualdades a partir de marcadores sociais distintos ligados a gênero, raça, classe, sexualidade, territorialidade. Com base nisso, a *Cumbre* trabalha para e deixa explícito que é preciso pensar em uma construção de paz que leve em consideração tais imbricações a fim da construção de teorias e propostas que trabalhem ativamente no combate às desigualdades e possibilitem a construção de uma paz inclusiva.

CONCLUSÃO

Este trabalho se concentrou em analisar o papel dos movimentos sociais de mulheres na construção da paz através do desenvolvimento da teoria de paz feminista interseccional. Para isso, a investigação se debruçou na construção da paz na Colômbia, mais especificamente, no processo de paz que originou o Acordo Geral de para a finalização do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Duradoura entre o governo colombiano e as FARC-EP, entendendo os trabalhos realizados pela *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz*, coalizão de movimentos sociais em prol do protagonismo das mulheres e das pautas referente às mulheres e grupos marginalizados dentro do conflito, entre os anos de 2013 e 2016. Então, buscou-se por meio desse processo, refletir como o ativismo da coalizão possibilitaram o desenvolvimento de um entendimento de paz mais amplo e, ao mesmo tempo, complexificado, levando em consideração desigualdades e marcadores sociais.

Para isso, o primeiro capítulo se dedicou a expor a teoria dos estudos para a paz feminista, a fim de chegar necessidade de inserção da interseccionalidade como lente analítica imprescindível ao debate. Com esse objetivo, foi preciso apresentar seus antecedentes, entendendo a construção do que foram os estudos para a paz, uma vez que, a ideia do que era a paz e como atingi-la foi se modificando ao longo dos anos com o desenvolvimento e acirramento de conflitos e a modificação das teorias dentro das Relações Internacionais, dado que os Estudos para a Paz caminham em concomitância a área de RI. Desse modo, com o entendimento de que a relação da paz estritamente ligada à guerra já não auxiliava a explicações, a noção de paz e construção da paz começou a se complexificar, surgindo a ideia de paz positiva. A partir dessa contextualização, outras proposições voltadas à paz surgiram, como as formas de se construir a paz a partir de cenários pós-conflito.

Neste caminho se fortalece a ideia de paz feminista, surgindo e crescendo a partir de autoras que dentro do campo dos Estudos para a Paz que entendiam que mesmo a paz positiva não englobava totalmente as desigualdades que o feminismo buscava superar. A paz feminista se fortalece, assim, por meio de uma fortalecimento das perspectivas do feminismo dentro dos Estudos para a Paz, entendendo que ambientes que apresentem inseguranças as mulheres não podem ser considerados pacíficos. Desse modo, a construção da paz, deve visar a construção de justiça social, pensando a superação de desigualdades que geram inseguranças, sendo elas não apenas de gênero mas raça, classe, territorialidade, etc.

Assim, a perspectiva interseccional se torna uma metodologia e um aparato muito importante para se pensar uma construção de uma teoria de paz que não seja universalizante e possibilite complexificar noções como os marcadores sociais. Faz-se, além disso, o aporte

dos feminismos latino-americanos, uma vez que é preciso pensar na interseccionalidade não como uma teoria monolítica mas como um mecanismo que seja possível inserir, junto a teorias e pensamentos, a construção de noções como territorialidade, inserido a matriz-colonial como parte fundante das imbricações, além de possibilitar o entendimento de que não é possível analisar um único marcador social ou desigualdade de maneira isolada.

De maneira a conectar tais processos teóricos a uma prática, também foi de obra do capítulo entender como se desenvolveu os movimentos sociais dentro da América Latina com foco nos movimentos de mulheres e para a paz. Para que assim, fosse possível no último capítulo desta investigação apresentar de maneira aprofundada os movimentos sociais como protagonistas na construção da teoria sobre paz.

Com esse objetivo, o segundo capítulo se debruçou na contextualização histórica e territorial, apresentando o conflito colombiano, assim como seus antecedentes e suas tentativas de finalização do conflito. Tal processo se colocou importante a fim de apresentar o cenário complexo no qual a *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz* se insere, bem como entender como se desenvolveu, pensando temporal e estruturalmente as negociações, discussões e assinatura do Acordo final do governo com as FARC-EP. Se entende, assim, que a Colômbia como Estado-Nação foi desenvolvido em um cenário de violência, falta de estruturação e unificação territorial, o que leva a constantes processos de alternância de poder de uma pequena elite e desigualdade da sociedade civil, o que gera violências e inseguranças a população. Tais agravantes levam a acontecimentos como a *La Violencia* que desencadearam o surgimento das primeiras guerrilhas rurais e urbanas e, posteriormente, o surgimento do conflito, que perdurou por mais de quarenta anos.

Durante os longos anos de conflito, os governos que estiveram no poder iniciaram tentativas de diálogo e tratativas com o objetivo de finalizar tais processos violentos, tendo alguns sendo parcialmente bem sucedidos. Entretanto, a falta de continuidade nos diálogos, uma vez que a construção da paz era vista como plano de governo e não plano de Estado, a falta da sociedade civil, bem como a falta de temáticas que englobasse as interseccionalidades, entendendo como as violências atravessavam de maneira diferente os diferentes indivíduos, levou a uma seqüências de tentativas fracassadas de se instaurar um processo de paz. Apenas no início do anos 2000, através do Plano Colômbia que o governo colombiano começa a se reestruturar e, junto a isso, as guerrilhas vão perdendo força dentro da economia dos ilícitos e, assim, se abre espaço para as negociações com as FARC-EP.

As negociações que geraram o Acordo Geral para a finalização do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Duradoura, duraram dos anos de 2012 a 2016, e pode ser

entendido como uma virada de chave na construção da paz na Colômbia. Uma vez que, pela primeira vez se teve a participação da sociedade civil dentro do processo, através de várias etapas, seja por meio dos Fóruns Consultivos Formais, onde ela teve mais destaque, seja por meio de Representações Diretas ou pelo Plebiscito, tal presença possibilitou com que a sociedade civil e os movimentos sociais presentes no país colocassem em destaque suas demandas e apresentassem o que realmente seria necessário para que o país construísse uma paz formal porém real. E a partir dessa possibilidade de atuação que se tem um destaque para as mulheres e aos movimentos sociais em prol das mulheres.

Os fóruns consultivos, maior representação da sociedade civil, teve uma participação em massa da mulheres, o que permitiu com que os movimentos sociais femininos confirmassem a importância de se discutir a presença das mulheres tanto nas mesas de negociação quanto dentro do acordo, através das diferenças entre homens e mulheres no cenário de conflito. Assim, a *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz* surge como esse mecanismo de debate, após uma recusa na criação de um fórum oficial sobre mulheres.

Dessa maneira, o terceiro capítulo desenvolveu o debate sobre o que foi a *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz* e seu papel na construção de uma teoria coletiva de paz feminista interseccional. A coalizão se formou a partir de nove movimentos sociais convocantes, entendendo a necessidade de se colocar a mulher como parte protagonista no processo de paz, tais movimentos não se limitavam a movimentos sociais feministas, desse modo, desde seus convocantes já era possível ver uma diversidade de focos e temáticas, mas que convergiam na discussão da presença feminina, como impulso inicial para se discutir as imbricações. Com isso, em 2013 e 2016, durante diferentes etapas de desenvolvimento do acordo, realizou-se dois encontros da *Cumbre*.

O primeiro encontro teve como foco a apresentação dos pontos principais de discussão do acordo, isso é, os seis pontos focais, com o objetivo final do desenvolvimento de propostas a fim de levá-las às mesas de negociação. Tal encontro é um marco no processo de paz, uma vez que sua realização e êxito antecedeu o desenrolar de muitos avanços na construção da paz colombiano na temática das mulheres. Poucos meses depois foi criada a Subcomissão de Gênero, inédita internacionalmente, com o objetivo de assegurar o enfoque de gênero dentro das discussões da mesa de negociação, além disso, foram convidadas duas caravanas de mulheres para participar de maneira direta das negociações, o que permitiu que as propostas desenvolvidas no encontro fossem entregues e lidas pessoalmente aos negociadores.

O segundo encontro teve o objetivo de apresentar o acordo recém assinado, no qual, com os avanços da I *Cumbre* foi possível acompanhar a presença do enfoque de gênero em todos os pontos principais. Assim, a apresentação buscou tornar claro às pretensões do acordo, para que fosse possível cobrar avanços, além de ter gerado um Manifesto Político, elevando o trabalho da *Cumbre* de forma mais consolidada politicamente, construindo sua percepção de que a paz não se constrói unicamente a partir de um Acordo, mas que é preciso continuar incidindo na sociedade e superando desigualdades para que ela possa ser atingida diariamente.

A partir das compreensões construídas ao longo desses encontros, torna-se possível analisar como o desenvolvimento das práticas dos movimentos sociais, de forma articulada, contribui para a construção de uma coletividade heterogênea. Isso ocorre na medida em que, embora cada movimento seja singular e possua focos e agendas específicas, a centralidade da incorporação da perspectiva de gênero no acordo de paz estabelece um ponto de convergência entre eles. Nesse sentido, tal alinhamento possibilita o diálogo, a troca de experiências, vivências e formulações políticas, promovendo um alargamento das discussões e das lutas empreendidas. Assim, o que inicialmente se configura como uma mobilização centrada no gênero passa a incorporar uma compreensão mais ampla da interseccionalidade, uma vez que, a partir da construção dessa coletividade, reconhece-se que não é possível pensar as mulheres de forma dissociada de marcadores como raça, classe, sexualidade, território, entre outros.

É dessas discussões que o trabalho objetivou e desenvolveu o conceito de paz feminista interseccional, dado que a radicalização do se pensar a paz, entendida pelas pensadoras feministas ao cunhar o termo de paz feminista, já não é o bastante quando se observa cenários de construção de paz tão diversos entre si. Dessa forma, a interseccionalidade se apresenta como uma metodologia, em constante mudança, necessária para englobar as diversidades históricas, territoriais e de desigualdades, gerando processos de paz menos utópicos e mais inclusivos, práticos e ativos.

Além disso, esse processo de desenvolvimento de uma coletividade e construção de um processo conjunto caminha como a própria construção da paz, uma vez que a paz feminista entende que para se construir uma paz verdadeira é necessário a superação das desigualdades, colocando o foco nas violências de gênero. Para que isso seja possível é importante o processo de escuta, troca de vivências e entendimento de quais são as inseguranças de cada local, uma vez que as violências não são universais, assim como as mulheres são diversas. Desse modo, a construção da *Cumbre* como movimento caminha

dentro da construção dessa paz feminista, criando um espaço de diálogo, possibilitando entender o que é preciso combater e onde estão as violências.

Conclui-se, portanto, como foi apresentado e refletido ao longo do capítulo e foi o trabalho dessa investigação, as construções de paz estruturadas pela coalizão através de seu trabalho prático ultrapassam a paz feminista como apresentada, uma vez que a coletividade se ancora na diversidade para sua construção. Entende-se, assim, que não se pode pensar unicamente no gênero, já que, como exposto anteriormente, as mulheres são heterogêneas, enfrentando realidade imbricadas, que geram diferentes cenários de violências e, a partir da identificação desses cenários é possível pensar em processos de paz que englobem tais diversidades, sem perder a ótica de construção de paz a longo prazo. Visto que, ao desenvolver ambientes seguros e possibilitar a superação de desigualdades, consequentemente os conflitos se tornam mais controláveis e a paz uma realidade estrutural e não apenas uma etapa passageira.

A *Cumbre Nacional de Mujeres y Paz*, dessa maneira, se torna um objeto que nos possibilita analisar, na prática, a construção dessa paz feminista interseccional, utilizando de maneira orgânica metodologias interseccionais para a construção e desenvolvimento da sua coletividade e possibilitando o posicionamento de pautas dentro de um processo concreto. Com isso, a coalizão se torna um mecanismo de inserção de tais grupos nas discussões de paz, assegurando a participação e o reconhecimento das vozes marginalizadas no processo, através da sua força, sendo, assim, uma grande construtora da paz feminista interseccional.

Para futuras investigações, sugere-se a realização de estudos a partir de outras fontes de análise, como a utilização de entrevistas e um aprofundamento mais voltado a possíveis contribuições que não são representadas em documentos oficiais. Além disso, sugere-se a utilização de fontes temporais mais amplas, uma vez que com a assinatura do acordo se inicia uma nova fase muito mais desafiadora, de implementação das medidas que foram atingidas com tanta luta. Por fim, destaca-se a possibilidade de construção de uma teoria de interseccionalidade viva, que está em constante mudança e que, para se pensar a América Latina, é preciso dialogar e interagir com autoras e acontecimentos do território, desse modo, incentiva-se a construção de pesquisas que trazem as noções de paz feminista interseccional a outros processos latino-americanos.

Assim, com toda a construção da investigação, espera-se que os desenvolvimentos desta dissertação possam contribuir para os debates no âmbito dos Estudos para a Paz na América Latina, mais especificamente no que se refere à Paz Feminista e à sua necessária e intrínseca relação com a interseccionalidade, uma vez que não é possível pensar o gênero de

forma desatrelada dos demais marcadores sociais que moldam as experiências humanas. Estima-se a possibilidade de utilização do conceito de Paz Feminista Interseccional a outras pesquisas e objetos de análise. Ademais, compreende-se que os movimentos sociais, em especial os movimentos sociais de mulheres, desempenham um papel ativo e altivo na construção da paz, evidenciando a coletividade como um motor fundamental para o desenvolvimento de uma paz efetivamente coletiva, verdadeira e duradoura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACKERLY, Brooke A.; STERN, Maria; TRUE, Jacqui (orgs.). **Feminist Methodologies for International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

AGUDELO, John. **Derivar enseñanzas para el primero de los afanes nacionales: la paz**. Biblioteca de la Paz, vol. 1, 2008.

AHARONI, Sarai B. Feminist organising for peace. In: MACKENZIE, Megan; WEGNER, Nicole (org.). **Feminist solutions for ending war**. London: Pluto Press, 2021. p. 44–59.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. DOI: 10.14393/dl47-v15n3a2021-1.

ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. In: BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo; LAGES, Vinícius N. (Orgs.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília/RJ: SEBRAE / Relume Dumará, 2004. p. 23-62. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/E1C3CE6A43DBDB3203256FD6004907B7/\\$File/NT00031436.pdf#page=24](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/E1C3CE6A43DBDB3203256FD6004907B7/$File/NT00031436.pdf#page=24). Acesso em: 09 jan. 2026.

ALIANZA INICIATIVA DE MUJERES COLOMBIANAS POR LA PAZ. **Início**. Disponível em: <https://mujeresporlapaz.org/>. Acesso em : 12 de outubro de 2025

ALONSO, Angela. As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, nº 76, 2009, p. 49-86.

ÁLVAREZ-RODRÍGUEZ, Adolfo Adrián. Acuerdos y construcción de paz en Colombia: retos a la gobernabilidad y la cultura de paz. **Prospectiva**, p. 13-45, 31 out. 2017. Universidad del Valle. <http://dx.doi.org/10.25100/prts.v0i24.5872>.

ALVAREZ, Sonia E. La (trans)formación del (los) feminismo(s) y la política de género en la democratización del Brasil. In: LEON, Magdalena (Org.). **Mujeres y participación política. Avances y desafíos en América Latina**. Bogotá: Tercer Mundo, 1994.

_____. Los feminismos latinoamericanos se globalizan en los noventa: retos para un nuevo milenio. In: BARRAZA, M. L. T. (Ed.). **Género y cultura en América Latina**. v. 1. 1. ed.

México: El Colegio de México, 1998. p. 89-134. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/j.ctv47w7zp.7>.

ALVAREZ, Sonia E. *et al.* Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 11, p. 541-575, dez. 2003.

BARNES, Catherine. Civil Society and Peacebuilding: mapping functions in working for peace. **The International Spectator**, v. 44, n. 1, p. 131-147, mar. 2009. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/03932720802693036>.

BARRAGÁN, R. (Coord.). **Formulación de proyectos de investigación: guía de procedimientos básicos para la formulación de un proyecto de investigación**. La Paz: Fundación PIEB, 2001.

BEJARANO, Ana Maria; PIZARRO, Eduardo. Colombia: The Partial Collapse of the State and the Emergence of Aspiring State-Makers. In: KINGSTON, Paul; SPEARS, Ian. **States-Within-States**. Incipient Political Entities in the Post-Cold War Era. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2004. cap. 6, p. 99-118.

BJÖRKDAHL, Annika *et al.* Methodologies for feminist peace research. In: VÄYRYNEN, Tarja *et al.* **Routledge Handbook of Feminist Peace Research**. Oxfordshire: Routledge, 2021. p. 40-51.

BLANCO, Ramon. El mantenimiento de la paz al proceso de formación del Estado: un esbozo de los esfuerzos de la ONU para la paz internacional. **Foro Internacional**, Ciudad de México, v. 216, n. 2, p. 266-318, jun. 2014.

BLAY, E A. **Mulheres e movimentos sociais**. Sao Paulo em Perspectiva, v. 8 , n. 3 , p. 45-7, 1994. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v08n03/v08n03_07.pdf.

BOUVIER, Virginia M.. **El género y el papel de las mujeres en el proceso de paz de Colombia**. Nova York: ONU Mulheres, 2016. Revisão: Nahla Valji, Emily Kenney.

BUENO, Winnie de Campos; ANJOS, José Carlos dos. Da interseccionalidade à encruzilhada: Operações epistêmicas de mulheres negras nas universidades brasileiras. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 21, n. 3, p. 359–369, 2021. DOI: 10.15448/1984-7289.2021.3.40200. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/40200>.

BRANDÃO, Lucas Coelho. A Literatura sobre Movimentos Sociais: Interações entre a Política Institucional e a Política não Institucional. **BIB**, São Paulo, nº 71, 2011, p. 123-143.

BROWN, S. Feminism, international theory, and international relations of gender inequality. **Millennium**, v.3 n.17, 1988. p. 461-475.

CABNAL, Lorena. **Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala**. IN: Momento de paro. Tiempo de rebelión. Miradas feministas para reinventar la lucha. Editora Minervas. 2010.

CASA DE LA MUJER. **La Paz desde la Casa de la Mujer**. Disponível em: <https://casmujer.com/index.php/paz/>. Acesso em: 12 de outubro de 2025.

CÁRDENAS, Jaime Cubides; YNFANTE, Jesús Caldera; BENÍTEZ, Erika Ramírez. La implementación del Acuerdo de Paz y la Seguridad en Colombia en el posconflicto. **Zenodo**, p. 178-193, 1 dez. 2018. Zenodo. <http://dx.doi.org/10.5281/ZENODO.1802592>.

CÁRDENAS, Magda Lorena. Exploring women's vision(s) of peace: towards feminist peace in myanmar and georgia?. **European Journal Of Politics And Gender**, v. 5, n. 1, p. 7-23, fev. 2022. Bristol University Press. <http://dx.doi.org/10.1332/251510821x16334463779354>.

CASEMIRO, Diego Márcio Ferreira; SILVA, Nathália Lipovetsky e. Teorias interseccionais brasileiras. **Revista de Ciências do Estado**, v. 6, n. 2, p. 1-28, 30 ago. 2021. Universidade Federal de Minas Gerais - Pró-Reitoria de Pesquisa. <http://dx.doi.org/10.35699/2525-8036.2021.33357>.

CATANI, Afrânio Mendes. As possibilidades analíticas da noção de campo social. **Educação & Sociedade**, v. 32, n. 114, p. 189-202, 2011.

CHERNICK, Marc. **Acuerdo posible: solución negociada al conflicto armado colombiano**. Bogotá: Aurora, 2012.

CIASE. **Colectivo de Mujeres, Paz y Seguridad** (Apresentação). 2016. Disponível em: <https://www.ciase.org/multimedia/>. Acesso em: 30 de outubro de 2025.

CIPAGAUTA, MARÍA ANGÉLICA. **II Cumbre Nacional de Mujeres y Paz: Sistematización**. Bogotá: Cumbre Nacional de Mujeres y Paz. 2017.

COCKBURN, Cynthia. **Gender Relations as Causal in Militarization and War: A Feminist Standpoint**. *International Feminist Journal of Politics*, v. 12, n. 2, p. 139–157, 2010.

COLECTIVO DE PENSAMIENTO Y ACCIÓN MUJERES, PAZ Y SEGURIDAD. **Pacto Ético por un País en Paz**. 2013. Disponível em: <https://www.c-r.org/es/resource/el-pacto-%C3%A9tico-por-un-pa%C3%ADs-en-paz>. Acesso em: 30 de outubro de 2025.

COLÔMBIA. **Acordo Geral para a Finalização do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Duradoura**. Havana: Governo da Colômbia; FARC-EP, 2017. Disponível em: <https://bapp.com.co/wp-content/uploads/2021/11/Acuerdo-Final-AF-web.pdf>. Acesso em: 10 maio 2025.

COLÔMBIA. Oficina del Alto Comisionado de Paz y Presidencia de La República de Colombia. Biblioteca Abierta del Proceso de Paz Colombiano. **Fase de Renegociación**. Disponível em: <https://bapp.com.co/fase-de-conversaciones/#fase-de-renegociacion>. Acesso em: 26 maio 2025.

COLÔMBIA. Oficina del Alto Comisionado de Paz y Presidencia de La República de Colombia. Biblioteca Abierta del Proceso de Paz Colombiano. **Fase de Implementación**. Disponível em: <https://bapp.com.co/fase-de-implementacion/#fase-de-implementacion>. Acesso em: 27 maio 2025.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade [recurso eletrônico]**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONFERENCIA NACIONAL DE ORGANIZACIONES AFROCOLOMBIANAS. **Quienes Somos**. Disponível em: <https://convergenciagnoa.org/quienes-somos/>. Acesso em: 05 de outubro de 2025.

CONFORTINI, Catia Cecilia. **Feminist contributions and challenges to peace studies**. Oxford Res. Encycl. Int.Stud. oxfordre.com/internationalstudies. 2010.

_____. **What Is Feminist Peace?** *Intelligent Compassion*, p. 3-18, 31 ago. 2012. Oxford University Press. <http://dx.doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199845231.003.0001>.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, [S.L.], v. 5, n. 2, p. 1-20, 19 fev. 2013. Pro Reitoria de Pesquisa, Pos Graduacao e Inovacao - UFF. <http://dx.doi.org/10.22409/rg.v5i2.380>.

COSTA, Cláudia Lima. As teorias feministas nas Américas e a política transnacional da tradução. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 43-49, 2000.

COSTA, Grazielle Furtado Alves da. **Entre “guerreiros justos” e “almas belas” -proteção, poder e resistência política nos discursos e nas práticas das mulheres colombianas organizadas pela paz**”. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) –Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://pct.capes.gov.br/teses/2008/31005012026P2/TES.pdf>>. Acesso em 02 de fev de 2026.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color**. Stanford Law Review, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ. **¿Quiénes somos?**. Disponível em: <https://www.cumbrenacionaldemujeresypaz.com.co/sobre-la-cumbre/quienes-somos/>. Acesso em: 02 de outubro de 2025.

CURIEL, Ochy. Género, raza, sexualidad: debates contemporáneos. **Intervenciones en estudios culturales**, vol. 4. 2017. p. 41-61.

_____. Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. In: MELO, Paula Balduino de *et al* (org.). **Descolonizar o feminismo**. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2019. p. 32-51.

CYPRIANO, Breno. Construções do pensamento feminista latino-americano. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril/2013

DE HINCAPIÉ, María Teresa Uribe. Legitimidad y violencia: una dimensión de la crisis política colombiana. In: DE HINCAPIÉ, María Teresa Uribe. **Nación, ciudadano y soberano**. Medellín: Corporación Región, 2001.

DIAS, Carlos Magno Corrêa. **A fome faz doer e mata sem piedade**. 2024. Disponível em: [https://www.seesp.org.br/site/index.php/comunicacao/noticias/item/22604-a-fome-faz-doer-e-](https://www.seesp.org.br/site/index.php/comunicacao/noticias/item/22604-a-fome-faz-doer-e)

GALTUNG, Johan. Violence, Peace, and Peace Research. **Journal Of Peace Research**, Oslo, v. 6, n. 3, p. 167-191, set. 1969. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/002234336900600301>.

_____. **Theories Of Peace: A Synthetic Approach To Peace Thinking**. Oslo: International Peace Research Institute, 1967.

_____. Three Approaches to Peace: Peacekeeping, Peacemaking and Peacebuilding. In GALTUNG, Johan (Ed.) **Essays in peace research**, vol. 2. Copenhagen: Ejlers, 1976, Capítulo II, p. 282-304.

_____. Cultural Violence. **Journal of Peace Research**, Vol. 27, No. 3. Aug-1990. p. 291-305.

_____. **Paz por medios pacíficos: paz y conflicto, desarrollo y civilización**. Bilbao: Bakeaz, 1996a.

_____. **Peace by peaceful means: peace and conflict, development and civilization**. Oslo: International Peace Research Institute; London: SAGE, 1996b.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v. 1, n. 54, p. 439-455, 2008.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.

_____. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 2012.

GARCÍA DURÁN, Mauricio. **Participación de la sociedad civil en los procesos de paz: comparación entre Filipinas y Colombia**, 2013, 8p. http://www.indepaz.org.co/wp-content/uploads/2013/04/Participant-Reflections-Mauricio-Garc%C3%ADa_201008_SPA.pdf

GRIJALVA, Dorotea A. Gómez. **Mi cuerpo es un territorio político**, 2012.

GÓMEZ, Cesar Saenz de Santa Maria. Proceso de Paz en Colombia. El camino hacia una paz imperfecta. **Gladius Et Scientia. Revista de Seguridad del Ceseg**, [S.L.], n. 2, p. 1-61, 31 dez. 2021. Universidad de Santiago de Compostela. <http://dx.doi.org/10.15304/ges.2.7341>.

GUZZI, André Cavaller. **As Relações EUA-América Latina: Medidas e consequências da política externa norteamericana para combater a produção e o tráfico de drogas ilícitas.** 2008. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP), São Paulo, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **New social movements.** Telos, New York, n. 49, p. 33–37, 1981.

HONORATO, Cayo; HONORATO, Suene. Interseccionalidade e encruzilhada: exuzilhamentos. **Liinc em Revista**, [S.L.], v. 17, n. 2, p. 1-14, 30 nov. 2021. Liinc em Revista. <http://dx.doi.org/10.18617/liinc.v17i2.5783>.

HUMANAS; CIASE. **Vivencias, aportes y reconocimiento: las mujeres en el proceso de paz en La Habana.** Humanas org.co, 2020. Disponível em: https://humanas.org.co/wp-content/uploads/2020/12/53.Las_mujeres_en_la_Habana_v2.pdf. Acesso em: 01 jun. 2025.

JAQUETTE, Jane S. “Introduction”. In: JAQUETTE, J. S. (ed.). **The Women’s Movement in Latina America: Feminism and the Transition to Democracy.** Boston: Unwin Hyman, 1989. p. 1-17.

JOHN, Anthony Wanis-St.; KEW, Darren. Civil Society and Peace Negotiations: Confronting Exclusion. **International Negotiation**, Koninklijke Brill Nv, v. 1, n. 13, p. 11-36, dez. 2008.

KEUCHEYAN, Razmig. **Hemisferio izquierda.** Un mapa de los nuevos pensamientos críticos, Madrid: Siglo XXI Editores, 2010.

LOPES, Felipe Tavares Paes. Os conceitos de paz e violência cultural: contribuições e limites da obra de Johan Galtung para a análise de conflitos violentos. **Athenea Digital**, v. 13, n. 2, p. 169-177, 2013. Disponível em: <http://psicologiasocial.uab.es/athenea/index.php/atheneaDigital/article/view/Tavares>.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, v. 1, n. 9, p. 73-101, jun. 2008.

_____. Toward a Decolonial Feminism. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MAKARAN, Gaya; RAMOS, Fabiola. Politizar el cuerpo: feminismo autónomo en América Latina leído desde las calles. In: RAMÍREZ, Denisse *et al.* **Futuros que están siendo: Investigación-creación por los senderos de luchas autónomas y comunitarias en América Latina.** Cidade do México: CIALC, 2023, p. 205-237.

MADRUGA, Leonardo Agrello. Uma breve análise sobre o conflito colombiano e o recente processo de paz: qual a situação atual da implementação dos acordos? **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 62-72, dez. 2020.

MCLEOD, Laura; O'REILLY, Maria. Critical Peace And Conflict Studies: Feminist Interventions. **Peacebuilding**, v. 7, n. 2, p. 127-145, 20 mar. 2019. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/21647259.2019.1588457>.

MINILLO, Xaman; MENDES, Bianca; BANDEIRA, Luiza; LAGES, Rebeca. Mulheres guerreiras: questões de gênero na participação feminina nas FARC e sua influência nas negociações de paz na Colômbia. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, [S. l.]**, v. 6, n. 11, p. 305–339, 2017. DOI: 10.30612/rmufgd.v6i11.6921. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/6921>. Acesso em: 5 fev. 2026.

MOHANTY, Chandra T . Bajo los ojos de Occidente. Academia feminista y discurso colonial. En Rosalva Aída Hernández Castillo y Liliana Suárez Navaz (coord.). **Descolonizar el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes.** España, Cátedra. 2008.

MUÑOZ, MARGARITA; RAMÍREZ, CLAUDIA CECILIA. **I Cumbre Nacional de Mujeres y Paz: Sistematización.** Bogotá: Cumbre Nacional de Mujeres y Paz. 2014a.

_____. **I Cumbre Nacional de Mujeres y Paz: Anexos.** Bogotá: Cumbre Nacional de Mujeres y Paz. 2014b.

NEHRING, Holger. Peace movements. In: BERGER, Stefan; NEHRING, Holger (orgs.). **The History of Social Movements in Global Perspective: A Survey.** London: Palgrave Macmillan, 2017. p. 485-514.

NEWS, Onu. **Mortes de civis em conflitos aumentaram 72% em 2023.** 2024. Disponível em:

<https://news.un.org/pt/story/2024/05/1832016#:~:text=As%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas%20registraram%20pelo,compara%C3%A7%C3%A3o%20com%20o%20ano%20anterior>. Acesso em: 28 nov. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad de poder, eurocentrismo y América Latina. En libro: La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. **Perspectivas Latinoamericanas**. Edgardo Lander (comp.) CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Julio de 2000. p. 246.

OFICINA DEL ALTO COMISIONADO DE PAZ Y PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA DE COLOMBIA. **Biblioteca del Proceso de Paz con las FARC-EP**. Tomo VII: “Mecanismos e instancias de Participación y la Mesa de Conversaciones desde los Territorios. Bogotá: Bogotá: Imprenta Nacional de Colombia, 2018. Disponível em: <https://bapp.com.co/documento/tomo-vii-los-mecanismos-e-instancias-de-participacion-de-la-mesa-de-conversaciones-y-la-construccion-de-paz-desde-los-territorios/>. Acesso em: 20 maio 2025.

OFICINA DEL ALTO COMISIONADO PARA LA PAZ Y PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA (EDS.). **Biblioteca del Proceso de Paz con las FARC-EP**, Vols. 1 e 7, 2018. Disponível em: <https://bapp.com.co/todo-lo-que-deberia-saber-sobre-los-mecanismos-de-participacion/>. Acesso em: 25 maio 2025

OLIVEIRA, Gilberto Carvalho. Estudos da Paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-172, 30 abr. 2017. Associação Brasileira de Relações Internacionais - ABRI. <http://dx.doi.org/10.21530/ci.v12n1.2017.611>.

OLIVEIRA, Lorena de; MURAD, Eduarda Maria. Feminismo Interseccional: Fortalecendo o Movimento a partir da Transnacionalidade. **Revista Novos Rumos Sociológicos**, ..., v. 10, n. 18, p. 131-151, dez. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. **Resolução nº 1325 (2000): Mulheres, Paz e Segurança**. Nova York: ONU, 2000. Disponível em: <https://www.un.org/securitycouncil/s/res/1325>. Acesso em: 10 jan. 2026.

OSORIO, Andrés Eduardo Fernandez; PINZÓN, Rocío del Pilar Pachón. Reconciliation Perspectives in Colombia: characterizing the 2016 peace agreement with the farc. **Revista Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, v. 14, n. 1, p. 31-56, 28 fev. 2020. Universidad Militar Nueva Granada. <http://dx.doi.org/10.18359/ries.3356>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NA COLÔMBIA; UNIVERSIDAD NACIONAL DE COLOMBIA – Centro de Pensamiento y Seguimiento al Diálogo de Paz. **Informe y Balance General: Foros Nacional y Regional sobre la Solución al Problema de las Drogas Ilícitas.** Bogotá: ONU Colômbia; Universidad Nacional de Colombia, 2013. Disponível em: <https://bapp.com.co/archivos/1.03.1657.pdf>. Acesso em: 20 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NA COLÔMBIA; UNIVERSIDAD NACIONAL DE COLOMBIA – Centro de Pensamiento y Seguimiento al Diálogo de Paz. **Informe y Balance General: Foro Participación Política.** Bogotá: ONU Colômbia; Universidad Nacional de Colombia, 2013. Disponível em: <https://bapp.com.co/archivos/1.03.1657.pdf>. Acesso em: 20 maio 2025.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa:** abordagem teórico-prática. 2.ed. São Paulo: Papirus, 1997.

PAFFENHOLZ, Thania. Civil Society and Peace Negotiations: beyond the inclusion: exclusion dichotomy. **Negotiation Journal**, v. 30, n. 1, p. 69-91, jan. 2014. MIT Press. <http://dx.doi.org/10.1111/nej.12046>.

PALLARES, Margarita Muñoz; RAMÍREZ, Claudia Cecilia. **Cumbre Nacional de Mujeres y Paz:** sistematización. Bogotá: Onu Mujeres, 2014.

PÉCAUT, Daniel. **Orden y Violencia:** Evolución sócio-política de Colombia entre 1930 y 1953. Bogotá: Siglo XXI Editores y Fondo Editorial Cerec, 1987.

PEÑUELA, E. **Origen del conflicto armado en Colombia.** Center for Hemispheric Defense Studies, 2001.

PIZARRO, Eduardo. **Cambiar el Futuro.** Bogotá: Penguin Random House, 2017.

POKER, José Geraldo Alberto Bertoncini; DIAS, Laércio Fidelis (org.). Direitos culturais, universalismo e movimentos sociais: o futuro dos direitos humanos. In: SALATINI, Rafael; DIAS, Laércio Fidelis (org.). **Reflexões sobre a paz:** paz e tolerância. 2. ed. Marília: Oficina Universitária, 2018. p. 217-236.

PORTOLÉS, Carmen Magallón. La Construcción de la Paz. **Papeles**, n. 73, p. 23-31, 2001.

POTTER, J. Valiant heroines or pacific ladies? Women in war and peace. In: SIMONTON, D. (ed.). **The Routledge History of Women in Europe since 1700**. London: Routledge, 2006. p. 259-298.

PUECHGUIRBAL, Nadine. Discourses on Gender, Patriarchy and Resolution 1325: a textual analysis of un documents. **International Peacekeeping**, [S.L.], v. 17, n. 2, p. 172-187, abr. 2010. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/13533311003625068>.

PURNELL, Kandida. **Rethinking the Body in Global Politics: bodies, body politics, and the body politics in a time of pandemic**. Nova York: Routledge, 2021.

RED NACIONAL DE MUJERES. **Ejes**. Disponível em: <https://www.rednacionaldemujeres.org/lared/ejes>. Acesso em: 31 de outubro de 2025.

RICHMOND, Oliver P. Para Além da Paz Liberal? Respostas ao “Retrocesso”. **CONTEXTO INTERNACIONAL** – vol. 32, n. 2, julho/dezembro 2010

_____. **Peace: a very short introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

_____. **Peace in international relations**. 2. ed. Nova York: Routledge, 2020.

RÍOS, Jerónimo. **Breve historia del conflicto armado en Colombia**. Madrid: Los Libros de La Catarata, 2017.

_____. **Historia de la violencia en Colombia: 1946-2020. una mirada territorial**. Madrid: Colección: Sílex Universidad-Historia, 2023.

RUTA PACÍFICA DE MUJERES. **Quienes Somos**. Disponível em: <https://rutapacifica.org.co/ruta-pacifica/>. Acesso em: 06 de outubro de 2025.

SÁNCHEZ, O. A.. **Mapas, rutas y pistas: Sistematización de la experiencia de incidencia de la Cumbre Nacional de Mujeres y Paz 2013-2018**. Bogotá: Cumbre Nacional de Mujeres y Paz, 2018.

SANTOS, Marcelo. O conflito colombiano e o Plano Colômbia. In: SENHORAS, Elói Martins; CAMARGO, Julia Faria (orgs.). **Coleção Relações Internacionais**, v. 3. Boa Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima, 2011a.

SANTOS, Rita. Perspectivas feministas e pensamento sobre e para a paz: (re)conhecer as violências e resgatar as pazes. **Oficina do Ces**, Coimbra, v. 363, n. 1, p. 1-16, fev. 2011b.

SAPIANO, Jenna; TRUE, Jacqui. Feminist peace: reimagining peace through a feminist lens. **European Journal Of Politics And Gender**, [S.L.], v. 5, n. 1, p. 3-6, fev. 2022. Bristol University Press. <http://dx.doi.org/10.1332/251510821x16372396486217>.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, [S.L.], v. 21, n. 1, p. 109-130, abr. 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922006000100007>.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989. Tradução: Christine Dabat, Maria Betânia Ávila.

SEOANE, José; TADDEI, Emilio. **Nuevo internacionalismo y América Latina: el movimiento global y el ALCA**. Viento Sur, n. 107, 2009. Disponível em: https://cdn.vientosur.info/VScompletos/VS107_SeoaneyTaddei_Nuevointernacionalismo.pdf.

SILVA, Bárbara Ellynes Zucchi Nobre. **Processos de Paz na Colômbia** – dos intentos de Andrés Pastrana à instalação da Mesa de Havana. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Universidade Estadual de Campinas e Pontificia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150590>. Acesso em: 20 de abril de 2025

SJOBERG, Laura; TICKNER, J. Ann. Feminist Perspectives on International Relations. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; A SIMMONS, Beth (ed.). **Handbook of International Relations**. 2. ed. São Paulo: Sage Publications Ltd, 2012. p. 275-291

SMITH, Sarah; AGIUS, Christine. BODIES/BIOPOLITICS/IDENTITY: Feminist perspectives. In: VÄYRYNEN, Tarja *et al* (ed.). **ROUTLEDGE HANDBOOK OF FEMINIST PEACE RESEARCH**. Nova York: Routledge, 2021. p. 275-283.

SMITMANS, María Teresa Aya. El Proceso de Paz en Colombia:: dos pasos adelante, un paso atrás. **Revista del Instituto de Estudios Internacionales de La Universidad de Chile**, Santiago, v. 1, n. 1, p. 163-179, set. 2017. Artigo de Opinião.

SVAMPA, Maristella. Movimientos sociales, matrices socio-políticos y nuevos escenarios en América Latina. **One World Perspectives**. Kassel: Universität Kassel, 2010.

TAFUR, M. **Las luchas y reivindicaciones de las mujeres rurales en Colombia: el caso de la Asociación Nacional de Mujeres Campesinas, Negras e Indígenas de Colombia**, **Anmucic**. 2015. Dissertação (Mestrado), Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, 2015.

TERÁN, Johana Alexandra Trujillo. **Entre encuentros y desencuentros: la construcción de identidad colectiva en el marco de la primera Cumbre Nacional de Mujeres y Paz**. 2020. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Maestría En Ciencias Sociales, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Ciudad de México, 2020.

TILLY, Charles. **From mobilization to revolution**. Menlo Park: Addison-Wesley Publishing Company, 1978.

_____. **Social Movements, 1768–2004**. Boulder: Paradigm Publishers, 2004.

TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security**. New York: Columbia University Press, 1992.

_____. You just don't understand: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists. **International Studies Quarterly**, v. 41, 1997. p. 611 – 632. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2600855>

TOURAINÉ, Alain. An introduction to the study of social movements. **Social Research**, v. 52, n. 4, 1985, p. 749-787.

TRIFU, Liliana Aura. Reflexiones sobre la paz positiva. Un diálogo con la paz imperfecta. **Revista de Paz y Conflictos**, v. 11, n. 1, p. 29–59, 2018. DOI: 10.30827/revpaz.v11i1.5602. Disponível em: <https://revistaseug.ugr.es/index.php/revpaz/article/view/5602>. Acesso em: 13 jun. 2025

VALENCIA-AGUDELO, Germán Darío; VILLARREAL-MIRANDA, Kevin David. Participación de la sociedad civil en el proceso de paz con las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia -FARC- ep- (2012-2016). **Entramado**, v. 16, n. 2, p. 238-250, 1 jun. 2020. Universidad Libre. <http://dx.doi.org/10.18041/1900-3803/entramado.2.6745>.

VARGAS, Virginia. Los feminismos latinoamericanos en su tránsito al nuevo milenio: una lectura político personal. In: **Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder**. Buenos Aires: Clacso, 2002.

_____. A construção do horizonte feminista latino-americano no século XXI: uma nova geopolítica do conhecimento. **Revista Prol@-Prolam/USP**, v. 20, n. 38, p. 122–140, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/189356>. Acesso em: 18 jun. 2025.

VAYRYNEN, T. *et al.* Introduction, in: VAYRYNEN, T. *et al.* (eds) **Routledge Handbook of Feminist Peace Research**, London: Routledge, 2021, pp 1–10.

WALKER, R. B. Movimentos Sociais/ Política Mundial. **Revista Monções**, 10 (20): 2021. pp. 601-654.

WIBBEN, Annick T.R.. GENEALOGIES OF FEMINIST PEACE RESEARCH: themes, thinkers, and turns. In: VÄYRYNEN, Tarja *et al* (ed.). **ROUTLEDGE HANDBOOK OF FEMINIST PEACE RESEARCH**. Nova York: Routledge, 2021. p. 17-28.

YOUNG, Nigel. Concepts of Peace: from 1913 to the present. **Ethics & International Affairs**, v. 27, n. 2, p. 157-173, 2013. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0892679413000063>.